



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGEL

JÉSSICA CATHARINE BARBOSA DE CARVALHO

**LITERATURA E ATITUDES POLÍTICAS:
OLHARES SOBRE O FEMININO E ANTIESCRAVISMO NA OBRA DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

TERESINA-PI
2018

JÉSSICA CATHARINE BARBOSA DE CARVALHO

**LITERATURA E ATITUDES POLÍTICAS:
OLHARES SOBRE O FEMININO E ANTIESCRATIVISMO NA OBRA DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação submetida à banca como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Área de concentração: Literatura

Orientador: Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves

TERESINA-PI
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C331L Carvalho, Jéssica Catharine Barbosa de.
Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis / Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho. – 2018.
128 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves.

1. Análise Literária - Prosa - Poesia. 2. Atitudes Políticas. 3. Literatura Negra Brasileira. 4. Mulher e Imprensa. I. Reis, Maria Firmina dos. II. Título.

CDD 801.95

JÉSSICA CATHARINE BARBOSA DE CARVALHO

**LITERATURA E ATITUDES POLÍTICAS:
OLHARES SOBRE O FEMININO E ANTIESCRATIVISMO NA OBRA DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves (Orientador)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes (Examinador interno)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Profa. Dra. Assunção de Maria Sousa e Silva (Examinadora externa)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira (Examinador externo)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET – MG)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, entre bonanças e turbulências, sempre me dá forças para seguir adiante em busca dos meus objetivos.

Aos meus pais, Erivaldo Carvalho e Marleide Soares, e ao meu irmão Erick Marleisson, pelo amor e apoio em todos os momentos, respeitando minhas escolhas e minhas ausências. Estarmos juntos sempre é motivo de alegria e fortalecimento para mim.

Ao meu companheiro, Ronyere Ferreira, sobretudo pelo amor, mas também pelo modo incansável com que me ensina mais um pouco sobre a pesquisa – incluindo-se aqui o quanto pudemos construir importantes diálogos que ressoam neste estudo – sobre a união entre literatura e história, sobre a vida, da melhor maneira possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves, por ser exemplo de professor e pesquisador, e por acompanhar meu desenvolvimento com paciência. No grupo *Teseu, o labirinto e seu nome*, por meio de seu trabalho como coordenador, foi criado um ambiente estimulante de pesquisa e compartilhamento de conhecimentos, em encontros que nos tornam mais seguros ao aprofundar as discussões acerca dos contornos de nosso campo de pesquisa.

Às(aos) amigas(os) do grupo de pesquisa *Teseu, o labirinto e seu nome*, em especial Lana Leal e Ella Bispo, que sempre trazem reflexões para tornar nosso trabalho melhor dentro daquilo que nos propomos a pesquisar, além da afetividade tão necessária no ambiente, por vezes, difícil da Universidade. São nas conversas do nosso grupo de pesquisa que percebo a verdade de que “teoria não é vacina”, não estamos imunes aos nossos preconceitos, nem às muitas barreiras que a sociedade nos impõe, mas estarmos juntos torna tudo mais leve.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, pelos conhecimentos compartilhados e amizade. Aos colegas da turma 2016-2018 pelas discussões empreendidas e companheirismo.

A Rafael Balseiro Zin, dedicado pesquisador, pela amizade e incentivo, e por compartilhar comigo o amor por Maria Firmina dos Reis e sua obra.

Aos membros da banca de arguição, Prof. Dr. Sebastião Alves e Profa. Dra. Assunção Silva, sempre solícitos e atenciosos, acompanhando meu desenvolvimento desde a Qualificação e agora na etapa final do Mestrado; e Prof. Dr. Luiz Oliveira, pela amizade, e por aceitar o convite para ler este trabalho, dispensando a atenção necessária para torná-lo melhor. Talvez um dia eu saiba como agradecê-los na mesma medida em que me ajudaram.

À CAPES, pela concessão de bolsa no período do Mestrado. No atual momento de instabilidade política e ataque às universidades públicas, com consequente diminuição do incentivo à pesquisa no país, busquei valorizar a oportunidade e tornar o financiamento útil para a construção de conhecimentos acerca da obra de Maria Firmina dos Reis.

Recordar é preciso

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente náufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.

EVARISTO, Conceição. Recordar é preciso.
In: _____. *Poemas da recordação e outros
movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 11.

RESUMO

Maria Firmina dos Reis, escritora e professora maranhense, é reconhecida atualmente como uma das precursoras da literatura negra brasileira, em sua manifestação no século XIX, tendo iniciado sua atuação literária em 1859, por meio da publicação do romance *Úrsula*. Além do romance, a escritora participa ativamente da imprensa do período, publicando, entre outros gêneros, poesias voltadas para temáticas e estilo concernentes ao Romantismo. Tendo isso em vista, esta Dissertação analisa a obra de Maria Firmina dos Reis, prosa e poesia, a partir de dois pontos: a) sua atuação na imprensa do período, situando sua literatura no contexto do surgimento das produções literárias femininas no século XIX; b) sua produção em prosa, a partir do conceito de lugar de fala, compreendendo sua produção literária a partir da possibilidade de atitudes políticas manifestadas nos textos, nos quais reflete uma perspectiva antiescravista. Para fundamentar a pesquisa, utilizam-se, sobretudo, os estudos de Evaristo (2009; 2014), Ribeiro (2017), Lobo (1993), Cuti (2010), Said (2011), Eduardo Duarte (2009; 2014) e Constância Duarte (2016). Argumenta-se que Maria Firmina dos Reis, a partir da literatura produzida e atitudes políticas voltadas para a compreensão de certas práticas de restrição à mulher e ao negro, busca inserir-se no meio letrado como sujeito consciente em relação às práticas de dominação, destacando criticamente temáticas históricas e sociais, desenvolvendo uma literatura que dialoga com seu tempo e contesta alguns aspectos da sociedade oitocentista.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis: prosa e poesia. Atitudes políticas. Literatura negra brasileira. Mulher e imprensa.

ABSTRACT

Maria Firmina dos Reis, a writer and teacher from Maranhão, is nowadays recognized as one of the forerunners of Brazilian black literature in her manifestation in the 19th century and began her literary acting in 1859 through the publication of the novel *Úrsula*. Besides this novel, the author participated actively in the press of that period, publishing, among other genres, poetry dedicated to thematic and style concerning Romanticism. In light of this, this master's thesis analyzes the Maria Firmina dos Reis's work, prose and poetry, from two points: a) her acting in the press of that period, situating her literature in the emergence context of women's literary productions in the 19th century; b) her prose production, from the place of speech concept, understanding her literary production through the possibility of political attitudes manifested in the texts which reflect an anti-slavery perspective. In order to base this research, some studies were used, mainly those of Evaristo (2009; 2014), Ribeiro (2017), Lobo (1993), Cuti (2010), Said (2011), Eduardo Duarte (2009, 2014) and Constância Duarte (2016). It is argued that Maria Firmina dos Reis, as of the produced literature and political attitudes oriented toward understanding of certain restriction practices to women and black, seeks to insert herself in the literate environment as a conscious subject in relation to the domination practices, highlighting critical historical and social themes, developing a literature that dialogues with her time and contests some aspects of the 19th century society.

Keywords: Maria Firmina dos Reis: prose and poetry. Political attitudes. Brazilian black literature. Woman and press.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 ENTRE LITERATURA E ATITUDES POLÍTICAS | 20 |
| 2.1 Conceitos reestruturadores da literatura e da crítica literária no Brasil | 22 |
| 2.2 “O negro sempre falou”: atitudes políticas na literatura negra brasileira | 42 |
| 3 IMPRENSA E LITERATURA FEMININA NO SÉCULO XIX | 62 |
| 3.1 Imprensa feminina e subversão aos padrões vigentes | 64 |
| 3.2 Olhares sobre o feminino: a produção poética de Maria Firmina dos Reis | 75 |
| 3.3 Antiescravismo sob a ótica da mulher negra: <i>Úrsula e A escrava</i> | 93 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 114 |
| REFERÊNCIAS | 119 |

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos têm crescido os estudos de teorias e críticas literárias que valorizem, além de textos canônicos e escritores já consagrados pela crítica, as vozes dissonantes que ressoam de espaços e sujeitos antes ignorados por ela. Ideias, identidades e sujeitos outros tomam, também, as páginas de pesquisas acadêmicas na área dos estudos literários, que o trazem efetivamente como parte do desenvolvimento da literatura e suas nuances no Brasil. Regina Dalcastagné (2012) aborda essa questão afirmando que a literatura brasileira é um território contestado, vozes e sujeitos têm emergido, e não apenas na literatura contemporânea, em textos que questionam os limites impostos pelo discurso excludente da teoria e da crítica literária. Para a autora,

Muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele. Hoje, cada vez mais, autores e críticos se movimentam na cena literária em busca de espaço – e de poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala. (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 7)

Nesse sentido, a identidade e a história dos sujeitos entram em cena para as discussões, tendo em vista tanto o texto e seu aspecto estético e formal para o desenvolvimento da crítica, como também de onde cada um desses textos surge, o que remete para a observação do aspecto político da crítica literária e de seu poder; para a complexidade do objeto literário e suas especificidades; enfim, para a possibilidade de escolha atinente ao crítico no tratamento que oferece ao seu *corpus* de estudo, seja ele reconhecido ou não como literatura. Em resumo, e para situar o campo de pesquisa a que este trabalho, em parte, discute, realiza-se um estudo de crítica literária atendendo às atuais discussões acerca da importância de questionar a forma como se contruiu o discurso sobre o cânone, tornado elemento de segregação e valoração, que privilegia e reforça a exclusão de grupos e sujeitos marginalizados, entre eles, a autora centro desse estudo: Maria Firmina dos Reis.

Diante disso, ressalta-se que o objetivo desta Dissertação é analisar grande parte da produção literária de Maria Firmina dos Reis, compreendendo suas atitudes políticas e intelectuais, em relação à mulher e ao negro, no contexto histórico-social em que a escritora mostrou-se no mundo das letras na província maranhense, firmando a literatura que produzia sob um olhar atento às demandas históricas e ao movimento literário em que atuou. As análises empreendidas centram-se em responder a seguinte questão: É possível compreender

atitudes políticas na literatura escrita por Maria Firmina dos Reis, dada a sua caracterização no âmbito da literatura negra brasileira, em sua manifestação no século XIX?

Assim, neste espaço de disputa, conflito e consagração, propõe-se a análise de textos literários de uma mulher negra, literatura representativa no Brasil e em diálogo com outras obras e autores nacionais de seu tempo, ao passo que também trazia aspectos inovadores, em especial voltados para a temática da escravização negra no país. Já no século XIX olhares outros se manifestavam em relação à escravização, desenvolvendo-se uma resistência aos padrões de representação do sujeito negro. Segundo Norma Telles (1997, p. 401-402),

A cultura europeia dava a licença ideológica para o imperialismo, mas sua influência avassaladora teve também o movimento inverso, isto é, provocou sempre em diferentes graus, resistências e desafios. Como nenhuma visão de mundo ou sistema social tem total hegemonia sobre seu domínio, assim também as formas culturais que coexistiram ou apoiaram o empreendimento imperial não a tiveram, discussões e contraposições estiveram sempre presentes, tanto nas metrópoles quanto no ultramar. É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.

Desse modo, *sempre*¹ há a resistência daqueles que também utilizam-se de estratégias para “afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles” (SAID, 2011, p. 11), e a literatura é parte fundamental dessa resistência, especialmente o romance, tendo em vista sua relação com a sociedade e o fato de que instigou lutas importantes que, até a atualidade, ecoam nos textos produzidos. Assim, este estudo trabalha com a perspectiva de que a literatura é parte da tradição cultural e, além disso, há estreita conexão entre práticas sociais e histórias de domínio com a literatura das sociedades que adotam essas práticas. Tomando por base a proposta de Edward Said (2011, p. 13), compreender o contexto espaço-temporal em que as obras literárias são produzidas, inclusive quando pensamos nos textos de Maria Firmina dos Reis, é uma forma de aprofundar o entendimento sobre a própria obra literária e o

¹ Edward Said (2011) afirma a resistência de sujeitos submetidos ao processo de colonização, obliterando a ideia de passividade comumente atribuídas a esses povos. Essa resistência se faz de diversas maneiras, mas estão *sempre* presentes. Nesse trabalho, utiliza-se essa marcação tanto em relação às mulheres, sobre as quais mostrava-se a forte imposição patriarcal, quanto em relação aos sujeitos negros, submetidos ao processo de escravização, ambos vítimas de um sistema de opressão e resistentes a uma condição imposta socialmente. Tornar o uso do termo *sempre* em itálico filia-se, igualmente, à compreensão da premissa de Said (2011) na introdução de *Cultura e imperialismo*, que também rege os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Pesquisa *Teseu, o labirinto e seu nome*, afirmando “a regularidade (quicá a necessidade) da resistência das populações colonizadas por Inglaterra e França, entre os séculos XVIII e XIX” (ALVES, A., 2014a, p. 80), premissa que contribui para pensar também as diversas resistências *sempre* presentes de comunidades subjugadas socialmente no Brasil.

modo como ela estava inserida em seu contexto de produção, tendo em mente que certas concepções não são enterradas nesses contextos.

Refletir sobre isso leva ao seguinte ponto: quando se fala em literatura brasileira, fala-se de uma produção majoritariamente branca², tomando o termo como uma afirmação ou construção política, como também é o negro, uma representação da história de privilégios. Sendo a literatura uma forma de expressão, isso quer dizer que certas perspectivas são ocultadas ou silenciadas; modos de conceber determinados períodos de construção da sociedade e literatura nacional são desconsiderados, por vezes, para a manutenção de uma unidade, afinal, “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (SAID, 2011, p. 11). Reconhecer esse aspecto significa, ainda, que as relações de poder permanecem marginalizando determinados grupos, e que a construção do cânone nacional, pouco aberta a um modo amplo de conceber a literatura produzida no país, nesse momento, passa por profundas transformações.

Em relação à literatura de Maria Firmina dos Reis, a primeira e mais conhecida obra da escritora é o romance *Úrsula*, publicado originalmente em 1859. Este texto tem sido reconhecido pelo público desde a década de 1970, por meio da publicação da edição *fac-similar* por Horácio de Almeida³ e também do livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Moraes Filho⁴, ambos em 1975. A obra tem, ainda, uma edição de 1988,

² Regina Dalcastagné (2012) realizou, em conjunto com o grupo de pesquisa em literatura brasileira contemporânea, um estudo acerca da representação do negro na literatura nacional, seja como voz autoral ou personagem de obras literárias. Em levantamento de cerca de 258 romances nacionais publicados entre os anos de 1990 e 2004, e mais 130 romances publicados entre 1965 e 1979, constata-se que a literatura brasileira é branca, masculina e de classe média, e os personagens correspondem, majoritariamente, a esse mesmo perfil. Surge, dessa forma, questionamentos acerca da formação da literatura nacional, bem como as nuances que acompanham as construções que até hoje se fazem dela. Em grande medida, a produção literária nacional diverge da própria formação populacional e histórico-social do país, sendo sintomático o fato de que a construção do cânone literário fundamenta-se em práticas de exclusão de grupos já marginalizados socialmente. (Conferir: DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012).

³ Horácio de Almeida redescobriu o romance *Úrsula* e outros escritos da escritora Maria Firmina dos Reis em meio a diversas caixas antigas de um sebo na cidade do Rio de Janeiro, em 1962, tendo sido ele o primeiro a descobrir a origem da escritora e o pseudônimo utilizado na publicação original do livro, *Uma maranhense*. A partir de sua descoberta, Horácio de Almeida realizou outras pesquisas e, em 1975, foi prefaciador da edição *fac-similar* do romance, 116 anos após a publicação da primeira edição, atestando-se o quanto esta obra de Maria Firmina dos Reis foi esquecida da tradição literária brasileira, mesmo que mostre dialogar com o movimento a que se filia, o Romantismo.

⁴ O estudo de José Nascimento Moraes Filho é uma compilação em que encontramos produções diversas de Maria Firmina dos Reis e documentos que atestam a sua atuação na sociedade maranhense. O livro, apesar da organização pouco eficiente dos materiais disponibilizados, possui uma diversidade de textos imprescindível para os estudos sobre a autora. Por meio dele, nota-se a sua participação na imprensa como escritora, a sua atuação com professora na sociedade maranhense, bem como o modo como era vista entre as pessoas que a conheceram em vida, pois Moraes Filho também disponibiliza entrevistas com filhos de criação e ex-alunos de Maria Firmina dos Reis. Tendo em vista a pouca quantidade de dados sobre a vida da romancista, informações

pela editora Presença, organizada por Luíza Lobo e prefaciada por Charles Martin; e edições de 2004 e 2009 pela Editora Mulheres, e em 2017, ano em que se celebra o centenário de morte de Maria Firmina dos Reis, uma nova edição foi publicada pela editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais, organizada por Eduardo de Assis Duarte. Mesmo com essas edições nota-se que a autora permanece desconhecida do grande público, Algemira Mendes (2006), em pesquisa em que busca por vestígios do nome da romancista nos principais manuais literários brasileiros, destaca que o nome da escritora foi esquecido durante muitos anos da tradição literária do país; assim como a pesquisadora, também Eduardo de Assis Duarte (2004, p. 267) menciona uma espécie de “espessa cortina de silêncio” em torno do nome e produção de Maria Firmina dos Reis, (re)descoberta apenas a partir da publicação da edição *fac-similar* organizada por Horácio de Almeida e, mais enfaticamente, após a publicação de 2004, em que consta o posfácio escrito por Duarte⁵.

Desde a primeira reedição salta nas críticas o aspecto antiescravista impresso pela escritora, que soube dar ao seu livro um tom destoante das vozes ecoadas em torno da

como o nascimento, em 11 de março de 1822, conforme documentos recentemente encontrados, o início da vida em um lar predominantemente feminino, bem como seu papel como professora, única aprovada em concurso para professora de primeiras letras na Vila de Guimarães, realizado em 1847, quando contava 25 anos, são recorrentes nos trabalhos que tratam da trajetória de Maria Firmina dos Reis, frutos da pesquisa realizada por Morais Filho. Mais do que a repetição desses poucos dados, nota-se a importância deles para a construção do perfil externado nas obras literárias da autora de *Úrsula*. As poucas informações não se desvinculam de uma prática política, no sentido de ser e colocar-se como minoria social, ao mesmo tempo em que promove a denúncia por meio de parte significativa de sua obra literária conhecida até o momento. Conhecer mais sobre a vida da romancista atesta, nas pesquisas mais recentes, o quanto ainda é possível descobrir. No ano de 2017, que marcou o centenário de falecimento da escritora, novas informações surgiram, inclusive sobre a sua data de nascimento, antes mencionada como 11 de outubro de 1825 nas principais pesquisas acadêmicas sobre a escritora, reafirmando-se a dificuldade em conhecer melhor a história da população negra no país, mesmo quando destacam-se em âmbito público.

⁵ Na busca por referenciais bibliográficos sobre *Úrsula*, encontramos produções acadêmicas, sobretudo, nas áreas de Letras e História. Entre os trabalhos divulgados na área de Letras destacam-se a tese de Algemira Mendes (2006), em levantamento da presença do nome da escritora na crítica literária brasileira e estudo de aspectos do romance; e a dissertação de Adriana Oliveira (2007), trabalhando a questão do gênero e a desigualdade social denunciada por Maria Firmina dos Reis. Na área da História, destaca-se a tese de Régia Silva (2013), sobre a escravidão no Maranhão oitocentista por meio da análise de *Úrsula*; e a dissertação de Melissa Mendes (2013) sobre as representações das mulheres na obra. Em pesquisas mais recentes há ainda as dissertações de Rafael Balseiro Zin e Luciana Martins Diogo, ambos da área de Ciências Sociais, o primeiro apresentando a trajetória intelectual da escritora a partir de sua produção literária, tendo em vista a posição manifestada frente às questões de seu tempo, como a escravidão; e Luciana Diogo levando em consideração o papel de Maria Firmina dos Reis como representante da literatura feminina oitocentista e sujeito que externa em suas obras *Úrsula* e *A escrava* a subjetividade negra, da mesma forma como incute na narrativa personagens negros a partir de uma perspectiva diferente do que vinha sendo apresentado na literatura do século XIX. Outros estudos importantes são: Duarte (2005), Muzart (2013), Nascimento (2009), Lobo (2011), Mott (1988), Monteiro (2009), Abreu (2013), entre outros. Em levantamento de Rafael Balseiro Zin no banco de teses e dissertações da Capes aparecem cerca de 27 trabalhos em que há a presença da obra de Maria Firmina dos Reis ou estudos sobre a autora, com número crescente de estudos a partir de 2013. Toda essa produção confirma a presença da autora no cenário literário atual, bem como a importância de sua obra para a literatura nacional ou para a reconstrução da concepção dessa literatura no Brasil.

escravidão no mesmo período, muito marcadas pela concepção cristã de que ao escravizado restava a submissão, como forma de castigo e para que recebessem sua recompensa no Céu⁶. Para Charles Martin (1988, p. 10), “*Úrsula* é o único romance de seu tempo que tenta apresentar os negros como tal, e não de acordo com estereótipos como o do bom cristão, entre outros.” Além disso, a escritora busca respeitar a imagem do sujeito negro, levando em consideração sua vivência na África e sua experiência em terra estranha sob o jugo do sistema escravista.

Assim, não impressiona que grande parte da crítica literária posterior aos estudos de Horácio de Almeida e Charles Martin enfatize esse mesmo aspecto, dado que Maria Firmina dos Reis mostrou-se como intelectual atuante sobre uma causa a partir das armas que possuía em seu tempo, sendo, hoje, considerada uma das principais expoentes da literatura negra brasileira e, reconhecidamente, a primeira mulher negra a publicar um romance com temática abolicionista em perspectiva comprometida no Brasil (DUARTE, 2017)⁷.

Dessa forma, a obra de Maria Firmina dos Reis insere-se no contexto das literaturas negras e afro-brasileiras, perspectiva sobre a qual se ancora essa pesquisa. Duarte (2014), em artigo sobre a caracterização da literatura afro-brasileira⁸, demonstra a vivacidade da escrita negra no Brasil, envolvendo obras que vão desde o século XVIII até os dias atuais, destacando as mudanças de perspectiva e objetivos dessa produção literária, caracterizada pelo tom de denúncia⁹. Fonseca (2006) questiona a importância da expressão literatura negra ou afro-

⁶ No último tópico da dissertação trataremos dessa concepção a partir de textos de autores que atuaram no mesmo período de Maria Firmina dos Reis, como Nísia Floresta, com escritos sobre a escravidão permeados por construções que enfatizavam o escravizado subjugado e, muitas vezes, sem reação para alterar uma condição imposta, recaindo no que Heloísa Toller Gomes (1988) denomina de racismo romântico.

⁷ Em diversos trabalhos que focalizam Maria Firmina dos Reis ela é citada como mulata, a exemplo de Lúcia Mott (1988), Luíza Lobo, (1993), Algemira Mendes (2006), Melissa Mendes (2011), o que pode denotar certo receio em descrevê-la como uma mulher negra, escritora e politicamente consciente sobre a sociedade em que vivia, uma concepção muito recente nos estudos em torno da escritora. No entanto, em outras pesquisas, como Conceição Evaristo (2009), Zahidé Muzart (2013), Eduardo de Assis Duarte (2014; 2017), Rafael Balseiro Zin (2016), é recorrente trazer a escritora como mulher negra, o que enfatiza o seu lugar na literatura negra brasileira. Duarte (2014, p. 383-384), afirma que Maria Firmina dos Reis era parte de uma sociedade e de um pensamento científico que praticamente a proibia de se autoproclamar negra, ou mesmo mulata; sua literatura faria parte de um conjunto de escritores que se utilizavam de um “dissimulado lugar de enunciação”, assim como Domingos Caldas Barbosa, Machado de Assis, Cruz e Souza, entre outros. Neste estudo, optamos por descrevê-la como uma mulher negra, tendo em vista, além de suas características fenotípicas, descritas por sua filha de criação no livro organizado por Morais Filho (1975), o ponto de vista empregado em suas obras, bem como o lugar de enunciação em que se coloca.

⁸ Conforme Duarte (2014, p. 381), “o termo *afro-brasileiro*, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos. Processo de hibridação étnica e linguística, religiosa e cultural”. No âmbito da literatura, segundo o autor, o termo abarcaria “as várias tendências existentes na demarcação discursiva do campo identitário afrodescendente em sua expressão literária” (DUARTE, 2014, p. 384), enfatizando-se, assim, a importância do lugar de enunciação do escritor.

⁹ Eduardo de Assis Duarte (2014) indica que o termo literatura afro-brasileira mostra-se mais elástico, a abarcar textos literários produzidos desde o século XVIII, com Domingos Caldas Barbosa, como também textos do

brasileira para a designação da produção literária de autores negros, que se inserem nesse ambiente predominantemente formado por um cânone de indivíduos brancos, que, em geral, não questionam o papel do negro para a construção da sociedade brasileira. Assim, muitas obras que compõem essa literatura servem como porta-voz para a denúncia da história que é contada apenas sob o ponto de vista de ideologias e grupos específicos, que agem promovendo o esquecimento da história dos sujeitos marginalizados, assim:

O uso da expressão ‘literatura brasileira’ para designar todas as formas literárias produzidas no Brasil não conseguiria responder à questão: por que grande parte dos escritores negros ou afrodescendentes não é conhecida dos leitores e os seus textos não fazem parte da rotina escolar? (FONSECA, 2006, p. 12)

Seguindo a mesma perspectiva, Conceição Evaristo (2009, p. 19) questiona os motivos pelos quais as literaturas negras e afro-brasileiras não são reconhecidas, dado que outras manifestações culturais, como culinária, música e dança, são conhecidas por seus referenciais à cultura negra, no entanto, conforme a autora, “quando se trata do campo literário, cria-se um impasse que vai da dúvida à negação”.

Cuti, no livro *Literatura Negro-brasileira* (2010) propõe a reflexão acerca da literatura como poder, assim como o aspecto político do texto e da crítica literária. A literatura negro-brasileira seria um dos múltiplos aspectos da literatura brasileira, sobressaindo-se o sentido da luta e da distinção no sentido de fazer perceber o caráter excludente do meio literário. Ao defender essa terminologia, o escritor evoca o sentido combatente das reivindicações sociais que marcaram o século XX, em que a acepção pejorativa do termo “negro” foi transformada em uma tentativa de identificação com uma história que, longe de significar a estagnação ou condição de fixidez, mostra a vida de uma cultura antes negada.

Ampliam-se os questionamentos em relação à apreensão dessa cultura no meio letrado e de que forma é feita a recepção desses escritos pela crítica. Terry Eagleton (2006) defende que toda teoria e crítica literária são políticas, e valores sociais e ideológicos contribuem para pensar algumas obras e autores como mais representativos, tornando-se mais suscetíveis a tornarem-se parte do cânone literário, uma seleção praticamente imutável de textos

contexto proibitivo do século XIX, a exemplo das produções de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis, como também textos dos séculos XX e XXI, sobre os quais a conscientização acerca do conceito mostra-se mais pungente, assim como desenvolve-se uma ideia de função dessa literatura. Elio Ferreira (2016), ainda a partir do conceito de literatura afro-brasileira, elege a carta de Esperança Garcia, escrita em 1770, como uma das precursoras dessa literatura no país. Cuti (2010), igualmente, reconhece a presença de precursores da denominada literatura negro-brasileira, identificando Luiz Gama, Cruz e Souza e Lima Barreto como importantes autores para a consolidação dos sentidos que abarcam esses conceitos.

constituídos pela crítica literária, a partir de padrões que vão além dessa instituição, encontrando-se com valores sociais, políticos e históricos. Para Eagleton (2006, p. 306):

A crítica literária seleciona, processa, corrige e reescreve os textos de acordo com certas formas institucionalizadas do ‘literário’ – normas que são, num dado momento, defensáveis, e sempre historicamente variáveis. Embora eu tenha dito que o discurso crítico não tem significado determinado, sem dúvida há muitas maneiras de falar sobre a literatura que ele exclui, e muitas atitudes e estratégias discursivas que ele rejeita como sendo inválidas, ilícitas, não-críticas, absurdas.

Dessa forma, oblitera-se a pretensa neutralidade da crítica literária, afinal, o movimento de inclusão e exclusão de textos ou a perspectiva de olhar certos escritos como literários ou não-literários não se faz de forma ingênua ou descomprometida de padrões sociais estabelecidos, ao contrário, a crítica literária pode ter respaldo em seu próprio poder para moldar cada uma dessas escolhas. Igualmente, muitas teorias e críticas literárias fomentam e reforçam “os interesses específicos de grupos específicos de pessoas, em momentos específicos” (EAGLETON, 2006, p. 295), por conseguinte, as literaturas produzidas por sujeitos negros ou que problematizem questões referentes aos lugares do negro socialmente, não entrariam facilmente nesse rol.

Nesse sentido, é relevante, no atual contexto de fortalecimento dos movimentos de afirmação negra, trazer à tona escritos contestadores de uma realidade literária estabelecida como única, entendendo o canônico como construção que, a partir de sua autoridade, perpetua privilégios de classe e de raça, dado que se relaciona com instituições legitimadoras de opressões¹⁰. Essa atitude política advinda das literaturas negras e afor-brasileiras promove o questionamento de diversas bases que fundamentam o que se conhece como canônico, como também propõe uma reconstrução dessas bases, apontando critérios que reconhecem a relação entre a ideia de instituição literária e o contexto histórico-social e manutenção de privilégios, uma relação desenvolvida a partir do silenciamento de alguns sujeitos. Retornando ao texto de

¹⁰ Para evitar generalizações, ressaltamos a posição de Édouard Glissant em relação aos cânones ocidentais, que teriam fomentado, por meio de seu modo de construção e estética, a colonização e exploração, no entanto, há autores e obras pertencentes a esse lugar de cânone ocidental que também protestaram contra práticas imperialistas. Conforme o autor: “os escritores ocidentais e os poetas ocidentais puderam ser os precursores da colonização. Podemos citá-los todos: Chateaubriand, Conrad, etc. Mas existiram também – porque o ocidente não é monolítico – existiram também nas literaturas ocidentais poetas que, sonhando o mundo, protestaram contra a sua colonização: ‘Os brancos estão chegando...’ escrevia Rimbaud. E Aimé Césaire retoma esse tema em *‘Et les chiens se taisaient’* (E os cães se calavam) [...] Isso significa, então, que não existe maniqueísmo em se tratando desse assunto. Mas cabe ressaltar que é bem verdade que a literatura tradicional no ocidente é uma literatura do ser e do absoluto, e isso pressagia a generalização.” (GLISSANT, 2005, 92). A ideia de absoluto, para Glissant, enfraquece as possibilidades de desvios e subversões em sistemas e relações, assim, estaria ligada aos discursos e práticas que se querem universais, reforçando os próprios domínios de poder.

Duarte (2014), é exatamente sob isto que se fundamentará a construção da literatura afro-brasileira: a partir de critérios estéticos, mas também de critérios políticos e histórico-sociais. Em sua proposta de sistematização dessa literatura, Duarte aponta cinco constantes discursivas que a identificam, todas agindo em conjunto de forma que a obra literária tenha algo que o leitor possa extrair e a partir disso pensar a forma de organização da sociedade que o cerca.

Entre esses termos – seja literatura negra, literatura afro-brasileira ou negro-brasileira – há mistos de unidade e diferenças, ocorrendo certas particularidades que as unem, além de especificidades políticas. Neste estudo, não se pretende apontar ou criar cisões entre eles, algo que se mostra desnecessário, afinal, na construção de todos esses termos algumas das finalidades são fortalecer um campo de estudo, proporcionar ao público leitor o conhecimento das obras e autores que compõem essa literatura no Brasil, assim como propor a reflexão acerca do amplo processo de desumanização a que foi/é vítima a população negra no país.

Dessa forma, prevalece o sentido de reconhecer esses sujeitos e suas histórias como parte integrante e construtores da sociedade brasileira. Um debate semelhante está presente em outros países, sobretudo em relação aos sujeitos e sua autodenominação. Sobre essa questão, Shirley Campbell Barr (2015) afirma que denominar-se de qualquer uma dessas formas, negro, afro ou afrodescendente, traz implicações políticas importantes, que não devem ser desconsideradas: “Porque hoy, auto definirse como negro o negra, se ha constituido en un acto de afirmación política y está asociado no solamente con pertenencia étnica, sino que está revestido de una alta dosis de conciencia y activismo.” E é esse o principal aspecto que levamos em consideração ao discutir cada um desses termos, a partir dos sentidos que apresentam para a literatura, de maneira que posicionar-se no uso de um deles implica a escolha do referencial teórico-crítico para o embasamento das análises empreendidas.

A obra de Maria Firmina dos Reis estaria inserida neste contexto especialmente por conta do ponto de vista manifestado em suas produções. Em *Úrsula* e “A Escrava” a figura do sujeito negro escravizado aparece como um importante difusor de crítica social. Antonio Candido, ao tratar sobre a questão do tema da escravidão na nossa literatura, afirma que ele nasce a partir de um sentimento humanitário surgido em fins do século XIX, antes disso “o negro, escravizado, misturado à vida cotidiana em posição de inferioridade, não se podia facilmente elevar a objeto estético, numa literatura ligada ideologicamente a uma estrutura de castas” (CANDIDO, 2000, p. 247). *Úrsula* subverte esta posição ainda em 1859, com ele, Maria Firmina dos Reis dá início à sua carreira literária, escrevendo uma obra ambientada no século XIX em que consta uma posição frente as relações que regiam a sociedade patriarcal.

As atitudes políticas de Maria Firmina dos Reis manifestam-se no romance desde o prólogo, em que a escritora tece desculpas aos ilustres literatos, manifestando consciência em relação à possível recepção de sua obra no meio letrado oitocentista, afinal, adentrar no âmbito literário em um período em que a instrução feminina era mínima parecia uma tentativa pouco profícua para as mulheres¹¹:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma ilustração misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2004, p. 13)

Ainda no prólogo do romance, apesar da possível recepção que a obra teria, a escritora propõe o desafio, dando a lume um romance de autoria feminina, assinando como Uma maranhense (DUARTE, 2004), e assumindo consciência no que tange a organização da sociedade em que estava inserida, destacando o lugar ocupado pelas mulheres e sujeitos escravizados. Assim, há significados implícitos, pois a escritora, utilizando-se de uma astúcia literária em que molda a linguagem a partir da moral vigente, passa a manifestar uma crítica à sociedade e aos costumes de seu tempo. Além disso, há a construção de uma subjetividade negra, reafirmando-se o aspecto político de seus posicionamentos e a busca pela liberdade em expressá-los de modo a promover uma mudança social.

Ao afirmamos a construção da crítica antiescravista por meio do lugar de fala¹² de Maria Firmina dos Reis, pensamos a partir da perspectiva elaborada por Conceição Evaristo (2009) acerca da noção de escrevivência e Djamilá Ribeiro (2017) com o conceito de lugar de fala, afirmando-se o lugar social desses sujeitos e a forma como a subjetividade do autor não se desvincula do ponto de vista difundido no texto. O romance de Maria Firmina dos Reis é

¹¹Conforme Zahidé Muzart (1990, p. 69) o prefácio de escritoras do século XIX servia, entre outros objetivos, para discutir ideias, não assumindo uma espécie de função específica para esse paratexto, que seria de apresentar o escrito ou fazer algum tipo de explicação. O prefácio (ou prólogo) escrito por Maria Firmina dos Reis seria uma “plataforma de combate”, no qual a escritora aponta, inclusive, a pouca instrução formal destinada às mulheres no período. Ainda conforme Muzart, esse texto teria que conquistar os homens de letras e os críticos literários, objetivo alcançado por Maria Firmina dos Reis, ainda que com algumas ironias no decorrer do texto.

¹²Na presente dissertação optamos pelo uso da expressão lugar de fala a partir da perspectiva abordada por Djamilá Ribeiro (2017), que será melhor trabalhada no tópico 3.3, no entanto, o campo de discussão acerca dessa expressão é amplo, inclusive por meio de outras terminologias, como lugar de enunciação. Alguns textos tradicionais que tratam desses conceitos são: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014; MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes, subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. E um texto fruto do Projeto de Pesquisa *Teseu o labirinto e seu nome* que pode ser consultado é: ALVES, Alcione Corrêa. *Teseu, o labirinto e seu nome: sobre o lugar de enunciação às literaturas africanas contemporâneas*. *Boitatá*, Londrina, n.17, jan-jul 2014b, p. 101-116.

parte de um posicionamento da escritora: uma mulher negra, escrevendo e inserindo-se no meio literário da província maranhense no século XIX.

Além do romance *Úrsula*, que inaugurou sua atividade nas letras, Maria Firmina dos Reis foi participante ativa na imprensa maranhense, publicando poesias nos jornais *Jardim das Maranhenses*, *Eco da Juventude*, *Semanário Maranhense*, *A Verdadeira Marmota*, *O País*, *Pacotilha*, entre outros, em um período em que escrever poderia significar uma subversão aos padrões estabelecidos, em que ao homem estabelecia-se o âmbito da intelectualidade e à mulher as atividades no interior do lar.

Na produção de Maria Firmina dos Reis, seus escritos são permeados por problemas atinentes a seu tempo, a escravidão como importante elemento para *Úrsula*, o amor juvenil, a solidão e a saudade nas poesias publicadas nos jornais e no livro de poesias *Cantos à beira-mar* (1871), bem como a questão da liberdade, entre outros temas, que a fazem integrante desse meio e refletem o desejo de socialização dos escritos e ideias. O conto “A escrava” (1887), também é construído com a temática da escravização, além do conto “Gupeva” (1861; 1863; 1865), com temática indianista, e outros escritos em que o estilo romântico e os temas sociais permaneciam. Estudar sua produção de maneira ampla possibilita perceber a forma como a escritora, como mulher negra, subvertia os papéis sociais comuns a sua época e mostrava-se ativa intelectualmente.

No caso do romance *Úrsula*, o contexto histórico-social em que a obra é ambientada corrobora para pensar a construção da narrativa como fruto da subversão quanto ao modo de trabalhar o tema do negro na literatura. Na obra, o comportamento dos personagens, a construção de cenas e diálogos, o encadeamento de conflitos e as relações entre as personagens são marcadas pela presença de percepções próprias acerca da causa antiescravista, reforçadas anos depois por meio da publicação do conto “A Escrava”. Nas poesias, igualmente, nota-se em parte de sua produção a relação que estabelece com a condição feminina no século XIX, afirmando-se o desejo de emancipação e a atitude de denúncia da construção de amarras sociais para tornar a mulher sujeito passivo e recolhida ao lar, ideologia que promovia o distanciamento da mulher do ambiente público.

Sendo assim, para a melhor fluidez do trabalho e organização dos objetivos propostos, esse estudo está dividido em dois capítulos, em que se explora a fortuna teórico-crítica selecionada e sua relação com as análises empreendidas.

No primeiro capítulo abordamos a questão dos conceitos de literatura negra, afro-brasileira e negro-brasileira, entendendo-os como pontos que se entrecruzam para a compreensão de uma produção literária muito diversa, conceitos que abarcam textos

produzidos no passado e no presente, com autores que, em parte, constroem sua escrita literária a partir de um viés de atitudes políticas frente aos problemas de seu período de atuação. Nesta pesquisa, os conceitos e suas especificidades são importantes para perceber as atitudes políticas de Maria Firmina dos Reis como ação consciente transferida para sua produção literária.

Para a noção de atitudes políticas abordada neste trabalho analisamos as características dos conceitos, bem como de obras literárias publicadas no século XIX e na atualidade, o que possibilita a construção de critérios para o estabelecimento dessa noção. Entre os critérios ressaltamos os seguintes: o reconhecimento de autores como sujeitos do discurso proferido nas obras literárias, a denúncia e resistência contra a opressão e a produção literária de oposição e/ou enfrentamento ao discurso hegemônico. Assim, ainda neste capítulo, são empreendidas interpretações de obras de escritores e escritoras negras do passado e do presente, que manifestam em suas narrativas uma postura de transgressão frente aos padrões estabelecidos, de modo a fazerem de sua prática escrita um instrumento de luta¹³.

No segundo capítulo buscamos compreender o espaço de atuação destinado às mulheres no âmbito da imprensa oitocentista, frisando as possibilidades para a entrada delas nesse meio, assim como a importância de situar essa produção como parte de um movimento de emancipação feminina nascente, que utilizava a escrita como um instrumento de subversão. Maria Firmina dos Reis também usou desse meio e, através dele, deixa entrever as construções literárias e um pouco de suas possibilidades no âmbito letrado, mesmo diante de eventuais barreiras que se impunham entre a mulher e o ambiente público. A publicação de poesias foi o principal meio utilizado pela escritora para se manter ativa na imprensa. Apesar de sua produção mais conhecida ser o romance *Úrsula*, suas poesias publicadas em jornais maranhenses e no livro *Cantos à beira-mar* são a maior parte de sua obra, de modo que sua postura como mulher na sociedade mostra-se de maneira acentuada nesses escritos, bem como, por meio deles, abre-se possibilidades de análises em perspectiva comparada ao seu *Álbum de lembranças*¹⁴.

¹³As discussões deste capítulo foram iniciadas ainda em 2016, quando da participação no III Simpósio Internacional de Literatura Negra Íbero-americana, ocorrido na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde pude encontrar e conversar com alguns dos pesquisadores centrais para esse estudo, como Cuti e Eduardo de Assis Duarte. Após o evento, o amadurecimento dessas discussões proporcionou visões diversas das empreendidas em outros momentos de pesquisa, como no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O belo sexo nas letras maranhenses: Maria Firmina dos Reis e a crítica política no romance *Úrsula*”, defendido em 2015, quando o conceito de literatura afro-brasileira supriu as análises, ainda que tenham sido observadas algumas lacunas de interpretação, que, por meio da atual pesquisa, talvez possam ter sido satisfeitas.

¹⁴Neste capítulo ressalta-se os conhecimentos construídos ainda no âmbito das disciplinas Metodologia de Investigação em Ciência da Linguagem, ministrada pelo Prof. Dr. Sebastião Lopes, e na disciplina História e Literatura, ministrada pela Profa. Dra. Teresinha Queiroz, onde pude me aproximar mais de outros aspectos da

Ainda neste capítulo há também o foco nas produções em prosa de Maria Firmina dos Reis *Úrsula* e “A escrava”, que fornecem ao leitor uma gama de interpretações em relação ao caráter antiescravista de suas narrativas, bem como a análise a partir do lugar de fala da escritora como mulher negra, inscrito no texto literário e realizado por meio de um projeto vinculado ao Romantismo brasileiro. Por meio dessas duas obras é possível analisar que a figura da autora não está ausente no texto, bem como uma ideia de literatura como instrumento de poder que poderia atuar na realidade circundante, ainda que pese sobre esse pensamento o fato de que “Mudar o mundo é tarefa grande demais para a literatura” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 73), no entanto, subscreve-se a possibilidade de se fazer visível, reforçar uma ideia ou mesmo ter nos personagens um ponto de encontro em discursos que não se desvinculam do espaço-tempo em que são construídos.

Este trabalho une-se a tantos outros, alguns aqui já citados, que recentemente têm se dedicado a trabalhar profundamente a obra de Maria Firmina dos Reis, compreendendo seu papel na resistência de sujeitos negros no âmbito do século XIX. Com essa demanda de estudos, muitos desenvolvidos por conta do centenário de falecimento da escritora (1917-2017), novas informações estão sempre surgindo, seja sobre sua obra, seja sobre sua vida na sociedade maranhense ou outros tantos aspectos, assim, esta pesquisa mostra-se como mais um viés de análise sobre a obra de Maria Firmina dos Reis.

obra de Maria Firmina dos Reis, inclusive sua produção poética, além de poder refletir sobre o campo da escrita feminina no Brasil. A ideia primeira em trabalhar essa produção consolidou-se após a participação no IX Colóquio Mulheres em Letras, ocorrido em 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que os questionamentos acerca da crítica literária em torno da obra da maranhense me fez pensar sobre a necessidade de trazer outros aspectos de sua produção, de maneira a propor a reflexão acerca da diversidade temática e contornos possíveis de uma literatura negra brasileira no âmbito do *contexto proibitivo* do século XIX. Essa posição foi reafirmada no evento Desvendando Maria Firmina dos Reis, também em 2017, no Centro de Pesquisa e Formação do SESC –SP, onde foram reunidos pesquisadores da obra da escritora no ano que marca o centenário de seu falecimento, e onde pude perceber que o interesse pela obra da maranhense, em seu conjunto mais amplo, é mais uma das formas de firmar seu nome como relevante no cenário da literatura nacional, visto tanto seu posicionamento ao adentrar na imprensa do período oitocentista quanto sua postura antiescravista.

2 ENTRE LITERATURA E ATITUDES POLÍTICAS

O Romantismo no Brasil mostrou-se como o movimento literário em que emergem os escritos em defesa de sujeitos negros e escravizados no Brasil, antes disso, a presença do negro na literatura, majoritariamente, reforçava estereótipos e demonstrava a concepção comum à época em relação a esses personagens na vida social. Com o advento do Romantismo, e não necessariamente em virtude das características do movimento, mas, sim, por conta de toda uma transformação social nascente, este cenário torna-se diferente.

É neste período, especialmente a partir da década de 1830, que o negro também passa a assumir a pena e a escrever sobre questões atinentes à essa população no país, mesmo que ainda de maneira difusa, mas não menos comprometida. Conforme Ana Flávia Pinto (2010, p. 19-20) surge uma imprensa negra – no sentido de jornais “feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse da população negra” – mantida por sujeitos que lutam pelo espaço e assumem o envolvimento com a causa abolicionista e outros movimentos de libertação de maneira organizada, promovendo a ideia de que, diferente das narrativas cotidianas, a resistência negra *sempre* esteve presente de diversas formas, inclusive por meio da intelectualidade¹⁵. Apesar de não ter integrado, até onde se sabe, a denominada imprensa negra, Maria Firmina dos Reis atuou no mesmo período do advento dessa imprensa, manifestando uma posição favorável à causa antiescravista.

Diante disso, surgem autores que se destacam em seus espaços de atuação, entre eles, ainda no século XIX, Luiz Gama, um dos precursores da literatura negra no país. Por meio de sua escrita, seja em jornais ou outros meios, o escritor ultrapassa a concepção tradicional de representação do negro no período, colocando-se de modo intelectualmente ativo e compreendendo as estratégias de silenciamento de modo a ultrapassá-las. Segundo Cuti (2010, p. 66), “O divisor de águas na dicção negra se dá ainda em um momento anterior à poesia abolicionista que fez eclodir a obra de Castro Alves. São os versos de Luiz Gama que

¹⁵Conforme Heloisa Toller Gomes (1988), o movimento abolicionista foi reconhecido e mantido como algo construído por brancos, com pouco destaque para a resistência negra e suas diversas formas de atuação. Em grande medida, o discurso abolicionista vedou a entrada do sujeito negro ou escravizado no movimento, promovendo o silenciamento dessas vozes. Assim, o movimento abolicionista “foi levado, no Brasil, como um assunto de brancos” (GOMES, 1988, p. 87), sem tentativas de uma educação política para os negros reivindicarem seus direitos à liberdade. Apenas no final do século XIX as lutas abolicionistas comandadas pelos negros assumem maior legitimidade socialmente, em virtude de um movimento de mudança da opinião pública em torno da escravidão, assim, segundo Emília Viotti da Costa (2008), o poder público já não poderia manter um sistema falido, enquanto o grupo abolicionista crescia e se formava por “imigrantes, negros livres ou libertos – homens e mulheres das mais variadas proveniências e camadas sociais” (COSTA, 2008, p. 116). Dessa forma, as frentes de lutas foram variadas e, por mais que a legitimidade da participação dos negros tenha sido palpável apenas já próximo da abolição, a resistência e estratégias utilizadas contra o sistema escravista *sempre* estiveram presentes

configuram um ‘eu’ lírico negro.” Dessa forma, é por meio deste escritor que se origina de maneira enfática a construção de uma subjetividade negra que ecoa para uma ideia de coletividade, afinal, sua voz ressoa outro tipo de representação e de se estar em sociedade como sujeito negro.

No mesmo período de atuação de Luiz Gama, outros autores conquistaram algum destaque ao abordarem a temática da escravização, como Maria Firmina dos Reis. Nos anos seguintes cresce em número e consciência crítica os autores que se dedicaram a temáticas atinentes à população negra, possibilitando, anos depois, a concepção que hoje conhecemos como literatura negra brasileira, ou literatura afro-brasileira, ou literatura negro-brasileira, ou literatura afrodescendente, entre outros termos hoje consagrados pela crítica dedicada a essa produção literária.

Neste capítulo busca-se abordar os conceitos mencionados, bem como de que forma contribuem para a concepção das literaturas produzidas por sujeitos negros no país. Considera-se, ainda, o aspecto político dessa produção, e de que forma cada um dos conceitos fundamenta muitas das análises de obras dos mais diversos tempos e espaços de atuação. Destaca-se que cada um dos conceitos não limita a produção dos autores que se identificam com essas literaturas, afinal, os conceitos em si não precisam ser uma preocupação para os autores ao realizarem sua produção literária, é um problema apenas da crítica que se dedica a essas literaturas. A particularização suscitada pelos conceitos promove a ideia de conscientização e denúncia, além de agenciarem o questionamento em relação ao cânone tradicionalmente concebido, desconstruindo preceitos previamente estabelecidos em relação à unidade da literatura nacional.

Ao trazermos a concepção das atitudes políticas para o centro da discussão sobre os conceitos, buscamos identificar as especificidades das obras, negando a perspectiva de que escritoras e escritores identificados à literatura negra brasileira devam trabalhar com certos temas, ou prender suas produções a determinadas formas. Ao contrário, percebemos as atitudes políticas também na liberdade de cada uma das escritoras e escritores na construção de suas obras e nas temáticas escolhidas para empreenderem suas produções. Nas análises aqui realizadas foca-se mais detidamente na atitude política de enfrentamento direto aos discursos hegemônicos, seja no século XIX, como o fez Maria Firmina dos Reis, seja na atualidade, mas cada uma das interpretações desenvolvidas parte também da ciência de que, como qualquer outra literatura, impera a liberdade temática, formal, de estilo, enfim, que nenhuma dessas produções das literaturas negras estão especificamente centradas em posições de enfrentamento direto, mas, como uma escolha deles, esses sujeitos podem ter muito a dizer.

2.1 Conceitos reestruturadores da literatura e da crítica literária no Brasil

Nas últimas décadas há um constante crescimento dos estudos sobre a produção literária de sujeitos negros, trazendo à tona questões pertinentes em torno da caracterização dessa literatura, bem como de que modo ela mantém relação ou se opõe a uma produção dita canônica no país. Estudá-la requer uma perspectiva além da arte literária em seu aspecto estético, de forma que seja possível perceber o entrecruzamento entre o que é dito e produzido dentro e fora do ambiente acadêmico.

O conceito de Literatura Afro-brasileira atualmente vigente no campo dos Estudos Literários, no Brasil, possui uma história ampla. A literatura produzida por sujeitos negros a partir de uma ótica comprometida politicamente foi estudada, inicialmente, por pesquisadores como Roger Bastide, em 1943, que identificou nuances de uma produção literária que destoava dos textos canônicos brasileiros¹⁶.

A partir de discussões recentes em torno dos elementos que caracterizam essa literatura negra e afro-brasileira¹⁷, busca-se apoio em reflexões críticas sobre os conceitos em questão, bem como nas posições de estudiosos que promovem debates acerca dos elementos para compreendê-la. Cita-se Luíza Lobo (1993), que empreendeu um estudo amplo sobre as origens e possibilidades da literatura negra brasileira, identificando seus aspectos sociais e políticos; Eduardo de Assis Duarte (2014; 2015) que, ao sugerir o conceito de Literatura Afro-brasileira como algo em construção, utiliza essa tipologia para tratar dos textos literários que a

¹⁶Roger Bastide, a partir do estudo *A poesia afro-brasileira* (1943) é o precursor de uma tradição de estudos acerca da produção da literatura negra e afro-brasileira. Depois de seu trabalho, surge ainda Raymond Sayers, em 1958, e Jorge Rabassa, em 1965, com estudos acerca da presença do negro na literatura brasileira. Conforme Duarte (2014) esses e outros estudos foram de fundamental importância para a consolidação da pesquisa em torno da atuação do sujeito negro como autor ou como temática de textos nacionais. Ainda conforme Duarte (2014, p. 29), de 1980 aos anos 2000 surgem diversos trabalhos comprometidos em um projeto de fortalecimento do Movimento Negro e as demandas desse movimento, entre os trabalhos destacam-se David Brookshaw (1983), Zilá Bernd (1988; 1992; 2011), Oswaldo de Camargo (1987), Luíza Lobo (1993), Maria Nazareth Soares Fonseca (2006), entre tantos outros pesquisadores que proporcionaram novos e necessários olhares para essa produção no país, acrescentando posições que reconstróem a tradição literária brasileira a partir de um ponto de vista em que emergem as vozes de outros sujeitos e histórias. Outros estudos surgem em virtude da demanda originada da lei 10.639/03, que promoveu um maior investimento em pesquisas em torno da história, arte e cultura afro-brasileira, que pudessem ser utilizados na formação de professores para levarem esse conhecimento para as salas de aula.

¹⁷No decorrer desse tópico optou-se por recorrer ao uso desse termo: literatura negra e afro-brasileira, para se referir aos diversos conceitos que buscam caracterizar essa literatura, ou seja, apenas um modo mais resumido de tratar do conceito de Luíza Lobo (1993), de literatura negra brasileira; literatura negro-brasileira, de Cuti (2010) e literatura afro-brasileira, de Eduardo de Assis Duarte (2014). Essa opção ocorre em virtude do próprio teor do tópico em discutir as características e aplicabilidade desses conceitos nas atuais discussões em torno da produção de escritores negros no país. Edmilson de Almeida Pereira (2015) utiliza-se da forma literatura negra e/ou afro-brasileira, o que parece sugerir que os conceitos tratam de uma coisa só, no entanto, apesar de se referirem majoritariamente ao mesmo *corpus* literário, cada conceito tem suas especificidades e concepções acerca das características das literaturas produzidas por mulheres e homens negros, assim, a opção pelo “e” serve a uma ideia de sequência dos conceitos elencados lado a lado, mas que possuem distinções.

compõe; em outra perspectiva, Cuti (2010; 2015) propondo o conceito de Literatura Negro-brasileira e a figura de um leitor ideal negro; ainda neste debate, Conceição Evaristo (2009; 2014), considera a vivência como mulher negra em sua atividade de escrita, o que torna a autoria e o lugar de fala um aspecto central para a caracterização dessa literatura. Nestes termos, é possível observar pontos que se entrecruzam nas abordagens dos teóricos mencionados, quais sejam, o caráter político dessa escrita e a questão do ponto de vista utilizado pelo escritor na construção do texto literário¹⁸.

O presente estudo se desenvolve a partir do questionamento em relação ao caráter político dessa literatura, fruto, entre tantos outros elementos, do desenvolvimento das lutas sociais de movimentos negros, que tiveram seu marco inicial na década de 1920, nos Estados Unidos, e se expandiram, na década de 1930, para o Caribe e para a França no âmbito do movimento da *Négritude*, reunindo autores de diversas culturas e nacionalidades, e chegando ao Brasil na década de 1940, a partir do Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento. O texto literário, mesmo no século XIX, como a produção de Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama, por exemplo, tem aparecido como uma das formas de resistência e denúncia contra o preconceito racial, constituída também pelo valor estético que a torna *corpus* privilegiado para o estudo das lutas, e transformações empreendidas por elas, que ganharam força especialmente a partir de meados do século XX.

Recriar uma concepção de literatura e ressignificar termos tem sido um trabalho realizado há décadas por escritores e teóricos que lutam e advogam pelo reconhecimento da literatura negra e afro-brasileira, atravessando ideias e concepções já construídas e estabelecidas no atual cenário literário do país. Pensar a atuação do sujeito negro no âmbito excludente da intelectualidade brasileira passa pelo processo de reconhecê-lo como criador de sua própria produção literária, e consciente de sua participação social, trazendo as marcas do racismo e da falsa ideia de supremacismo branco na identidade social constituída e abraçada pela população.

No Brasil, a presença do personagem negro na literatura tem sido marcada por estereótipos que mascaram o preconceito nas letras nacionais, corroborando com uma imagem do homem e da mulher negra apenas como objetos, longe de um protagonismo ou consciência

¹⁸Diante do vasto rol de estudos em torno das características da Literatura Negra e Afro-brasileira, há a necessidade de um recorte, desse modo, selecionamos pesquisadores que promovem a reflexão acerca da terminologia a ser utilizada e elementos que distinguem essa produção: Luíza Lobo (1993), Eduardo de Assis Duarte (2014), Cuti (2010) e Conceição Evaristo (2009). Outros autores também serão mencionados, como Nazareth Fonseca (2006; 2014), Edimilson Pereira (2015), Ronald Augusto (2012; 2017), Miriam Alves (2010), pois também geram questionamentos e debates acerca dos conceitos aqui discutidos, assim como sobre a atuação de escritores negros, passando de temática de obras literárias a sujeitos do próprio discurso.

sobre o sistema e práticas de exclusão e racismo. Na literatura nacional, sua apresentação ocorre muito mais como tema do que como voz do discurso, o que sugere uma história de escravização, em que o sujeito negro foi colocado à margem e visto mais como força braçal do que como intelectual. Assim, a literatura passa a reforçar domínios sociais de poder, ao passo que mantém o sujeito negro, como aquele que organiza o texto e acrescenta ideias sobre o mundo, à margem.

Cuti (2010, p. 86), ao analisar de que forma o negro é apresentado na literatura nacional, mostra alguns vieses, entre eles, o personagem caricatural, sem profundidade; adereço dos personagens brancos; apetrecho do cenário natural, em suma, um personagem sem história. Eduardo de Assis Duarte (2015, p. 2), da mesma forma, reconhecendo o país como possuidor de uma população multiétnica, questiona sobre a presença desse sujeito na literatura nacional, afirmando que “No arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores.” Nessas literaturas sobressai, ainda, o estereótipo, tanto do homem, representado comumente como vilão, quanto da mulher negra, representada como corpo a serviço dos prazeres de homens brancos. Ressalte-se também o uso do tema do negro em uma perspectiva folclórica e satírica, presente em obras como *Macunaíma*, sob o véu do negrismo.

Para Eduardo de Assis Duarte, o negrismo pode ser entendido como mera “utilização, por quem quer que seja, de assuntos atinentes aos negros” (DUARTE, 2014, p. 388). O Negrismo foi característico na literatura nacional no momento em que o sujeito negro era tratado apenas como objeto de obras literárias, representada de maneira inferiorizada e estereotipada pelo cânone literário reconhecido. Luiz Henrique Oliveira (2014) defende que, pelo menos desde 1928, com Mário de Andrade, notam-se autores que trabalham com o tema ou personagem negra recaindo no viés negrista, em uma perspectiva de utilização de símbolos, culturas e imagens, mas a partir de um lugar de enunciação descomprometido com a temática:

Buscavam desempenhar uma representação positiva do afrodescendente, ora destacando seus feitos e participações heroicas em nossa história, ora satirizando os ‘donos do poder’, ora colocando em evidência tanto os heróis quanto aqueles anônimos do dia a dia, ora remontando o contexto de trocas diversas na diáspora. (OLIVEIRA, 2014, p. 17).

Ainda nesse ponto de vista, conforme Lobo (1993, p. 171), “A literatura brasileira foi escrita maciçamente por escritores brancos. Enquanto classe dominante, automaticamente eles

começaram a imprimir no papel uma imagem pejorativa, destrutiva, corrosiva do escravo e posteriormente do negro livre que lhe eram inferiores socialmente”. Desse modo, essa perspectiva negrista pode ser associada à crítica de Cuti (2010) referente ao modo como alguns dos escritores canônicos trouxeram a imagem no negro para a literatura nacional, e contribui para pensar a defesa do lugar de fala do sujeito negro para a construção da literatura negra e afro-brasileira no país, afinal, partir do lugar de fala de um sujeito não-negro, que jamais passou pela experiência do racismo no Brasil, para tratar dessa população, vendo o contexto da população brasileira, em que a cor da pele define certos privilégios sociais, poderia tornar essa literatura mais suscetível ao estereótipo.

Para compreender o ingresso do negro na literatura, de objeto a sujeito, é necessário pensar em, pelo menos, dois momentos da presença do negro na literatura: o primeiro marcado pela dificuldade de reconhecimento no campo letrado, em que via sua entrada restringida, visto o contexto de desprezo da imagem e história do sujeito negro no meio social, preconceito levado também para o meio intelectual. Fruto desse processo são obras literárias que trazem, majoritariamente, o negro caricaturizado. Em momento posterior, a partir da construção de sua consciência como sujeito negro, e a construção de espaços de fala, este passa a assumir a voz sobre sua própria história, publicando textos que tornam-se “mais ligado[s] ao eixo da corrosão do que ao da tradição” (LOBO, 1993, p. 175) da literatura nacional, desenvolvendo uma produção repleta de uma consciência e, posteriormente, de uma estética negra, mesmo que, primeiramente, ainda de maneira difusa, demonstrando seu lugar como sujeito do discurso, ultrapassando a perspectiva negrista que pautou boa parte da literatura canônica nacional.

Assim, a presença do sujeito negro em nossa literatura, desde seu surgimento e primeiras construções, até a produção atual, tem deixado de lado a subjetividade negra, e em muitos casos a sua humanidade, relegando-o à segundo plano, e papéis que constroem uma narrativa que embute ao negro uma representação negativa e estereotipada; e quando não o faz, promove a representação de um sujeito não identificado com sua cor ou por sua história, a exemplo de *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, ou *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, ambos operando a partir do embranquecimento e negação de uma história e passado africano, ou ainda por meio da individualização do sujeito virtuoso. Nas obras citadas, apenas os dois protagonistas são merecedores de reconhecimento, ao passo que aos outros sujeitos escravizados ou descendentes resta o estereótipo. Constitui-se, desse modo, uma história literária assumindo essa perspectiva, e resquícios dela recaem ainda na atualidade, conforme Eduardo de Assis Duarte (2015, p. 7):

Como se vê, o texto contemporâneo reproduz, em grande medida, a atitude predominante no romance brasileiro de todos os tempos: o sequestro do negro enquanto individualidade pensante, guardião de uma memória tanto individual quanto familiar ou comunitária; o sequestro do negro enquanto voz narrativa, expressa na primeira pessoa do singular, com as prerrogativas inerentes ao desnudamento da subjetividade em todos os seus aspectos; e o sequestro, por fim, da própria humanidade inerente à maioria dos brasileiros ao retratá-los sob a moldura estreita ditada pelo estereótipo e pelos metarrelatos da cordialidade e da democracia racial¹⁹.

Ainda assim, especialmente desde as décadas finais do século XX, vem surgindo tentativas de transformar o modo como é apresentada a imagem do negro na literatura nacional, com o surgimento de antologias que ampliam o alcance às produções de autores identificados com a temática, que deram início a um novo segmento literário. Conforme Fonseca (2006), algumas dessas iniciativas foram os *Cadernos Negros*, estreado em 1978 por influência de movimentos de independência política iniciados na África e que, através dos textos, trouxe ao Brasil a herança da conscientização do papel do negro na sociedade, bem como na literatura. Nesse momento questionou-se a posição pejorativa em que o negro era apresentado pelos autores do cânone, para, enfim, colocá-lo como autor de sua própria história. O objetivo dos *Cadernos Negros* era, primeiramente, expandir a produção dos negros no Brasil, e também promover a visão crítica de sua posição social e literária. Consolida-se, neste momento, a consciência negra e a atitude política que vinha sendo construída até então, mesmo que ainda não se manifestasse enfaticamente a partir de conceitos ou critérios formais, mas repassada em textos literários repletos de uma visão daquele que sente na própria pele o que é “ser negro”²⁰ na sociedade brasileira. (LOBO, 1993, p. 174).

¹⁹Silva e Tobias (2016, p. 183-184) abordam a questão do mito da democracia racial no Brasil, uma construção histórica que, desde a escravidão, beneficia um sistema e estrutura social considerada ideal. Nos livros de história e em muitos estudos relativamente recentes prevalece a apresentação do sistema escravista como uma relação de benevolência entre senhores e escravos, e não como uma violência que transformou toda uma concepção de sociedade e relações sociais no país. Com a abolição, apesar das mudanças na estrutura econômica, a estrutura social permanecia a mesma: sujeitos brancos e negros “transportaram consigo valores, padrões, ideais, técnicas de comportamento específicos do mundo escravista, que convergiam com a identificação do negro como membro da camada inferior.” Assim, a discriminação até hoje perpetua a distância social originada na vigência do sistema escravista, pois as representações dadas aos sujeitos negros foram construídas a partir de aspectos negativos e estereótipos: o negro como preguiçoso, malandro, etc. Nesse contexto, o mito da democracia racial seria uma forma de eximir o branco de qualquer responsabilidade ou “solidariedade moral” para com os sujeitos que foram vítimas da escravização e sua descendência, um mito criado pela elite dominantes para dar continuidade a sua hegemonia, e deixar a cargo dos sujeitos negros suas dificuldades em ascensão, ou mesmo aceitação social, como se a eles faltasse competência ou inteligência para alcançar patamares maiores socialmente. Assim, esse mito retarda, em grande medida, o processo de conscientização do sujeito negro sobre a opressão sofrida socialmente, ao passo que também impede a formação de grupos de luta organizados para transformar essa situação.

²⁰Édouard Glissant tece crítica ao movimento da negritude pelo uso da expressão “ser negro”, por acreditar que não há o “ser”. O teórico ressalta que “O ser é uma grande, nobre e incomensurável invenção do Ocidente, e particularmente da filosofia grega. A definição do ser desencadeou rapidamente, na história ocidental, todas as

Outra iniciativa foi a antologia organizada por Zilá Bernd na década seguinte, *Poesia Negra Brasileira*, mais tarde reeditada com o título *Antologia da poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil* (2011), apresentando a cultura negra de forma positiva e promovendo a conscientização desse segmento da população, ressignificando traços do corpo e da cultura; entre tantos outros, que principiaram questões literárias e também políticas, ao proporem a reflexão acerca da história, da cultura, do preconceito, promovendo, sobretudo, o reconhecimento do valor estético e intelectual da produção afrodescendente.

No entanto, a literatura negra e afro-brasileira não tem sua existência atrelada apenas aos movimentos sociais do século XX, havendo a presença de escritores nos séculos anteriores, que já afirmavam um ponto de vista diferenciado em suas obras, a exemplo de Domingos Caldas Barbosa, Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Souza, Lima Barreto, entre outros, que ora valorizavam o corpo e os traços negros como sinônimo de beleza, como Luiz Gama no poema “Meus amores”, ora traziam a visão da sociedade preconceituosa, como no texto “Emparedado”, de autoria de Cruz e Souza. Maria Firmina dos Reis lança, no Maranhão oitocentista, o romance *Úrsula* e o conto “A Escrava”, nos quais destaca a violência dos senhores e, ainda que não ofereça o protagonismo ao personagem negro, é “ideologicamente inovador” (DUARTE, 2004), reforçando características positivas em suas atitudes na medida em que constrói personagens nobres e virtuosos, em um período marcado pela estereotipia e representação negativa de escravizados e descendentes de africanos na literatura canônica.

Desse modo, anos depois, desenvolve-se no Brasil uma literatura com uma estética negra, uma atitude política marcada pelo tom de denúncia e ressignificações, com novas motivações, que vão além do mercado editorial ou simpatia dos leitores já conquistados pelo cânone, no sentido de reverter concepções negativas arraigadas no imaginário nacional. Luiza Lobo (1993) foi uma das primeiras teóricas desse campo a propor um conceito, afirmando que “poderíamos definir a literatura negra no Brasil (ou afro-brasileira) como a produção literária de descendentes de africanos que se assumem ideologicamente como tal” (LOBO, 1993, p. 207). A busca na produção literária negra e afro-brasileira é pela maneira diferente de ler e compreender o texto literário e problematizar e expressar a identidade do autor e sujeito do discurso. Nessa perspectiva, novas questões são postas, como quem é esse sujeito, de onde

espécies de sectarismo, de absolutos metafísicos, de fundamentalismos cujos efeitos catastróficos podemos observar em nossos dias. Penso ser necessário afirmar que existe apenas o *sendo*, ou seja, existências particulares que se relacionam, que entram em conflito, e que é preciso abandonar a pretensão à definição do ser.” (GLISSANT, 2005, p. 148). Dessa forma, Glissant recusa à pretensão absoluta da definição do ser, e o que esse termo implicaria ao sujeito negro, considerando a ideia de processo e mudança que sempre está acontecendo.

enuncia e qual seu objetivo, bem como de que forma pode ser visto e descrito na literatura nacional²¹.

Há três terminologias usuais para se referir a essa produção no Brasil, literatura negra, literatura afro-brasileira e literatura negro-brasileira²², todas trazendo suas significações, mas constituídas por autores e textos que coincidem, reunidos em antologias e manuais que trazem essa questão à tona. Eduardo de Assis Duarte vem trabalhando com a terminologia Literatura Afro-brasileira, ao mesmo tempo em que proporciona espaços de discussão e reflexão em torno das implicações que sugerem cada um dos termos usados. Cuti (2010), por outro lado, defende a manutenção da palavra “negro” na distinção dessa literatura, pensando a partir da construção e ressignificação de uma identidade negra, fruto de lutas e movimentos que ocorreram fora do ambiente acadêmico, local onde o termo “afro” estaria mais consagrado. Conceição Evaristo (2009) e Luiza Lobo (1993), do mesmo modo, referem-se, majoritariamente, à literatura negra, fruto de uma concepção que, para além de aspectos discursivos e estéticos, pauta-se nas experiências concretas para caracterizar essa produção.

Para Cuti (2014, p. 46), um dos critérios básicos para se produzir a literatura negra seria despojar-se da branquidão que a sociedade brasileira impõe, algo que os escritores negros

²¹Atualmente, este despertar dos leitores de literatura nacional para a existência da literatura negra e afro-brasileira tem sido realizado de maneira maciça pelos mais diversos meios de comunicação, especialmente por meio da divulgação de textos literários e críticos na internet, tendo amplo alcance de público. Em 2017, tendo em vista o crescimento do interesse e das discussões em torno dessa produção, a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), uma das maiores feiras literárias nacionais, escolheu como autor homenageado Lima Barreto, um dos expoentes da literatura negra brasileira, além de render homenagens e levar como convidados escritores da literatura negra contemporânea, um passo para o reconhecimento dessa produção. No entanto, cabe ressaltar que, em grande medida, essa transformação se deve à concepção de que é compromisso desse e outros eventos estarem afinados com as mudanças sociais correntes, oferecendo oportunidades para outros sujeitos. Nessa perspectiva, a qualidade literária estaria concebida como algo em segundo plano, dando-se continuidade à inferiorização da produção intelectual de sujeitos marginalizados. Paulo Werneck, curador da FLIP em 2016, afirmou que o tema de 2017 nasce de um compromisso social com o debate, deixando entrever que seria um motivo maior do que o reconhecimento do caráter literário dessa produção. Permanece, dessa forma, o que afirmou criticamente Luíza Lobo (1993, p. 175): “Focalizando a literatura negra que surgiu desde a década de 1970 como uma possibilidade de releitura cultural, então se percebe que nela não importa sua *qualidade*, mas sim sua *oportunidade*.” Perspectiva que permanece sendo sintomática, mesmo no período atual, afinal, as bases de construção da cultura e da literatura nacional devem ser questionadas, mas a reconstrução dessas bases pelo viés literário, mais do que por compromisso social, tem a possibilidade de partir do reconhecimento da qualidade estética e literária, algo, por vezes, negado.

²²Literatura afrodescendente é outro termo usado para se referir a essa produção literária, inclusive mais utilizada em outros países da América do Sul. No contexto brasileiro, conforme Nazareth Fonseca (2006, p.24), “a expressão ‘Literatura Afrodescendente’ parece se orientar por um duplo movimento: insiste na constituição de uma visão vinculada às matrizes culturais africanas e, ao mesmo tempo, procura traduzir as mutações inevitáveis que essas heranças sofreram na diáspora.” Assim, a expressão estaria mais ligada a um dos temas caros dessa produção, a ancestralidade africana e a ressignificação dessa cultura no país, sendo importante por mostrar que a construção identitária nacional, inclusive em sua manifestação literária, tem na figura do negro africano um importante ponto de encontro. Para o nosso trabalho, optamos por não adentrar nos significados dessa expressão, pois, para o atual momento da pesquisa e foco central do estudo, a ligação com as discussões acerca da diáspora africana e suas consequências para a produção cultural, intelectual e artística do país não serão tratadas de maneira aprofundada.

vêm fazendo e conseguindo, tendo em vista que há um leitor negro para ler e pensar sobre a sua produção, destravando o pensamento antes aprisionado pelo poder hegemônico²³. A questão do leitor negro perpassa pela terminologia criada e defendida por Cuti, sendo o horizonte de recepção do texto algo que, por muito tempo, frustrou ideias, afinal, o escritor negro não poderia romper diretamente a expectativa do leitor branco por meio da crítica a seu modo de conceber a sociedade, sob o risco de não ser reconhecido ou tornar-se vítima daquilo que critica em sua obra. Assim, ter a oportunidade de ter suas obras lidas por sujeitos identificados com o que é narrado é o momento em que pôde, pela primeira vez, pensar no ato comunicativo da literatura, conforme Cuti:

Já no ato da escrita, um leitor ideal vai se formando na mente do escritor, alguém que ele gostaria, intimamente, que lesse o seu texto. As costureiras dedicatórias são a revelação da ponta do *iceberg* deste leitor concebido no ato da própria escrita, sem que, muitas vezes, o escritor tenha consciência. Isso ocorre porque, ainda que o ato da escrita seja solitário, na maioria das vezes ele enseja o princípio de um grupo: o autor e o leitor. É um ato de comunicação. (CUTI, 2010, p. 28)

Dessa forma, esse leitor transforma e guia os caminhos do texto literário, oferecendo ao escritor a confiança necessária para promover o diálogo com o seu leitor, utilizando-se de elementos estéticos e de uma subjetividade própria que o torne próximo àquele que o lê. É um querer-se negro e a possibilidade de estender esse desejo para o sujeito a quem se dirige, além da possibilidade de alcançar outros grupos de maneira a proporcionar uma experiência de leitura sob a perspectiva do olhar do sujeito negro para diversos temas e contextos, formando uma atitude política marcada pela identificação entre texto e leitor, de maneira a promover a conscientização do leitor, ao tempo em que figura no texto a necessidade de transgredir determinados discursos negativos que, por vezes, chegam mais cedo ao público de leitores negros, por meio do próprio caráter segregador da literatura canônica nacional.

Daí um dos motivos para a denominação literatura negro-brasileira, assumindo uma identidade que é fruto da luta e do desejo. Para Cuti, o termo “afro” não é capaz de promover essa ligação com as lutas sociais, além de poder dar margem à exclusão, afinal, “a afro-

²³Ao mencionar este aspecto, Cuti (2014, p. 54) lembra o poema de Luiz Gama: “Desculpe, meu amigo / eu nada te posso dar / na terra que rege o branco / nos privam até de pensar”. Esse poema traz à luz uma questão fundamental para a literatura negra: reconhecer-se como sujeito pensante, como um intelectual capaz de produzir, mas impedido de ganhar voz. Ainda segundo o escritor, “é com o surgimento de leitores negros no horizonte de expectativa do escritor, bem como de uma crítica com tal característica, que haverá um entusiasmo para que a vertente negra da literatura brasileira se descongele da omissão ou do receio de dizer a sua subjetividade” (CUTI, 2010, p. 28). Poder pensar e se livrar das amarras que o leitor branco impõe mostra-se como uma libertação necessária. Ter um leitor negro recepcionando a obra, e uma crítica literária com estudiosos negros promove a diferença, bem como expande espaços para a enunciação e para a escuta do texto literário.

brasilidade pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial ou, até, ser um discriminador.” (CUTI, 2010, p. 35). A literatura negro-brasileira parte da ressignificação, de uma luta terminológica, mas principalmente política; de uma luta que está fora do controle das elites e de um desejo coletivo de se auto afirmar. Socialmente, ao negar o termo negro, “estamos diante de um projeto de ‘engenharia’ ideológica, cujo objetivo é esvaziar o sentido das lutas da população negra do Brasil, sobretudo o seu principal fator: a identidade, este querer-se negro, este assumir-se negro, este gostar-se negro”. (CUTI, 2010, p. 43)

Assim, a crítica de Cuti e a afirmação da necessidade de uma literatura negra partem, pelo menos, de três pontos: a) a utilização do termo “afro” engloba uma parcela da população que não é atingida pelo racismo, bem como não possui uma subjetividade construída por meio da experiência do “ser” negro; b) o “afro” para distinguir essa produção remete à ligação com a África, e seus mais de 54 países que, pensando em termos de literatura, não refletem diretamente sobre os problemas de discriminação do Brasil²⁴; c) as expressões afro-brasileiro e afrodescendente não trazem em seu bojo semântico as lutas sociais contra o sistema opressor, sendo, além disso, formas reconhecidas por ele, a serviço da intelectualidade e das Universidades, campos sociais historicamente excludentes da população negra no Brasil.

Dessas críticas, a primeira causa um rol de reflexões que vão além do texto literário, cabe questionar, inclusive, o que seria o elemento mais importante para caracterizar essa literatura, se o autor ou o discurso do texto literário, afinal, tratando-se de literatura, a obra deveria assumir o protagonismo. Para refletir sobre essa questão, é necessário compreender que, sob essa perspectiva, a energia vivencial corrobora para a construção do texto literário,

²⁴A concepção de África como continente, formado por diversos países, etnias e culturas é algo relevante para a produção da literatura negro-brasileira, de forma que reconhecer essa diversidade remete ao processo de desconstrução da estigmatização do continente e, também, de toda a população afrodescendente, tendo em vista que, tanto a ideia de África quanto de negros são construções de grupos historicamente hegemônicos, que já vem desde o século XVI em um processo de minimização dos povos africanos. Conforme Barros (2014, p. 42), “Diante da necessidade de representar um mundo que se expandia extraordinariamente com a descoberta de novas terras e com a crescente familiarização europeia em relação aos continentes já conhecidos, a imaginação da África como um grande e indiviso bloco continental que continha os negros era, naturalmente, uma perspectiva geográfica que se adaptava bastante bem àquela ideia generalizadora a respeito das populações negras, esta outra perspectiva que se construía a partir de um desprezo pelas multivariadas etnias africanas.” Essa concepção vem, até os dias atuais, ocupando o imaginário ocidental, corroborando com a visão estereotipada sobre a população negra, como cultura e tradição menor. Imprimir nas páginas dos textos de literatura negra e afro-brasileira a memória do passado africano, bem como sua cultura, mostra-se como reação contra essa construção historicamente constituída de inferiorização desses povos, o que, por muito tempo, serviu como argumento para a escravização, pois, além de considerar a unicidade do continente, criou-se também a noção de uma África selvagem e propensa para o pecado, e a salvação viria por meio da escravização no mundo ocidental. Tratar dessa temática também é aspecto da literatura negra e afro-brasileira, constituição de uma identidade cultural e nacional própria, mas não desvinculada de sua ancestralidade, que segue importante para as construções identitárias desses sujeitos.

mas a técnica e o ponto de vista também são elementos essenciais. Na concepção construída por Cuti, mostra-se mais nitidamente sua posição em favor de uma literatura negra escrita por autores negros, identificados com a temática e subjetivamente ligados à questão racial. Diante da complexidade dessa questão, a importância do discurso autoral e do texto literário em si é reconhecida, manifestando a necessidade de livrar-se do racismo, algo ainda em falta no texto literário produzido por escritores brancos.

A perspectiva da literatura negro-brasileira rompe um sistema de opressão pensado dentro e fora das paredes do literário. Pensado, inicialmente, como fruto das lutas sociais, trata também de textos e autores importantes no momento embrionário dessa literatura, que travaram essa luta contra o sistema de opressão a partir dos elementos e estratégias que possuíam, inclusive no século XIX, mesmo afastados de organizações coletivas, traçando caminhos de resistência a partir de sua própria individualidade, afinal, em virtude desse contexto, autores como “Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Cruz e Sousa e Lima Barreto são exemplos do isolamento estético-literário no quesito subjetividade negro-brasileira.” (CUTI, 2010, p. 80). A afirmação racial de autores desse período se faz “no interior do texto, portanto, percebe-se que o ponto de emanção do discurso reivindica para si a identidade com os discriminados e não com os discriminadores.” (CUTI, 2010, p. 63).

Nesse contexto, para os autores politicamente voltados à temática da escravização, não só a figura literariamente construída do escravizado era motivo para a construção do texto, mas a preocupação com o sujeito em si e sua condição de subjugado por um sistema opressor. Em *Úrsula*, por exemplo, desde o primeiro capítulo, a partir da figura da narradora, percebe-se uma enunciação voltada para a defesa do escravizado e uma voz contrária ao sistema opressor, que o denuncia como injusto: “E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma.” (REIS, 2004, p.23). Nesse ponto, o argumento religioso é central da narrativa, que coloca brancos e negros como semelhantes. Pelo discurso, mostra-se uma autoria negra, política e subjetivamente construída como tal.

Em relação ao romance de Maria Firmina dos Reis, autora mencionada por ele como “mestiça negro-brasileira” (CUTI, 2010, p. 79), Cuti reconhece a perspectiva negro-brasileira apenas a partir dessa figura do “eu” narrador da obra, trazido ao primeiro plano, ao passo que os personagens negros ficariam como pano de fundo e a autora seguiria “o mesmo diapasão branco-brasileiro na abordagem das cenas da escravidão: o flagelo e sua conseqüente comiseração” (CUTI, 2010, p. 78), mencionando que, em certos trechos da obra “As teorias

racistas insinuam-se, com a projeção da suposta inferioridade atávica que não pôde ser resfriada.” (CUTI, 2010, p. 79).

Assim, o autor faz a crítica à perspectiva assumida por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*, mesmo que reconheça o posicionamento mais incisivo no conto “A escrava”, de 1887, e também as limitações do tempo em que a escritora atuou. No entanto, percebe-se que sua caracterização para a obra de Maria Firmina dos Reis não se mostra tão frutífera, afinal, observamos muito mais do posicionamento antiescravista da escritora, especialmente levando em consideração o que era produzido até então. Conforme Heloísa Toller Gomes (1988), no contexto do Romantismo, o autor branco constrói um personagem negro estereotipado e distante de uma representação condizente com a realidade social, assim, o caráter humano desse sujeito, com toda sua complexidade, era simplificado para atender aos anseios de um público que não queria ter seus ideais questionados. Com isso,

mesmo na literatura abolicionista, algo de curioso sucede: fala-se muito da escravidão e bem menos do negro [...] Na maior parte dos textos abolicionistas o negro é tratado mais como símbolo vivo de uma ideia – a de que a escravidão é inaceitável – de que como a representação de uma figura humana.” (GOMES, 1988, p. 2)

O romance de Maria Firmina dos Reis escapa a essa percepção, afinal, em *Úrsula* os personagens negros têm voz ativa na narrativa, contam ao leitor sua própria história, bem como mostra-se sua consciência e revolta em relação ao sistema de opressão. O personagem negro não aparece apenas idealizado e distante, ou somente como corolário para as ações dos personagens brancos, eles possuem sua história e a narram sob sua perspectiva de consciência e revolta, cada uma delas para o leitor. A perspectiva política expressa na narrativa, assim, deve ser observada a partir do contexto e estilo literário predominante, evitando-se a análise da obra apenas sob a perspectiva adotada contemporaneamente, afinal, certas leituras contemporâneas realmente não cabem, e podem se mostrar anacrônicas, como buscar certas marcas de negritude características da sociedade atual na obra da escritora, visto que no contexto de Maria Firmina dos Reis certos aspectos apareciam de maneira bem diversa.

Eduardo de Assis Duarte entra na discussão do conceito propondo o uso da terminologia literatura afro-brasileira, defendendo que o termo “afro” funciona para destacar a ideia de “perturbador suplemento” (DUARTE, 2014, p. 383) que a literatura afro-brasileira tem se tornado frente à literatura brasileira. Além disso, traz uma significação própria que, contrariando o que afirma Cuti, não esvazia o sentido da luta dos movimentos sociais do

século XX, englobando desde os autores do século XVIII, como Domingos Caldas Barbosa, até escritores contemporâneos. Conforme o autor:

Quando acrescentado ao texto do escritor negro brasileiro, o suplemento ‘afro’ ganha densidade crítica a partir da existência de um ponto de vista específico a conduzir a abordagem do sujeito negro, seja na poesia ou na ficção. Tal perspectiva permite elaborar o tema de modo distinto daquele predominante na literatura brasileira canônica. (DUARTE, 2015, p. 7)

A ideia da literatura afro-brasileira como vertente da literatura brasileira e, mais do que isso, “perturbador suplemento” para ela, marca a posição de Eduardo de Assis Duarte, que se atém a essa função da literatura afro-brasileira afirmando ser o motivo pelo qual as certezas são questionadas, e a unidade do todo nacional se desfaz. O termo “afro” caracteriza essa produção, e também o projeto literário de diversos autores e autoras negras, a exemplo de Conceição Evaristo, Cuti, Mirim Alves, Oswald de Camargo, entre outros, que se utilizam do texto literário para promover a denúncia contra o preconceito racial (DUARTE, 2015, p. 10). Um dos temas mais presentes é o passado reconstituído, afim de buscar a ressignificação e valorização de uma herança africana, que foi transformada para se tornar elemento da poesia.

Para Eduardo de Assis Duarte a construção do texto e da autoria são complexas, arregimentando posições diversas entre os teóricos que a estudam. Para ele, Zilá Bernd relativiza a questão, defendendo a produção de autores não negros como potencialmente pertencentes à literatura afro-brasileira, para ela, o centro da análise é o critério temático, ou o discurso e o texto literário que possui características que o identificam a essa produção. Em oposição, Luiza Lobo (1993) afirma a necessidade de um autor negro, da vivência desse autor, que vai além do querer-se negro ou identificar-se com a luta, o que, eventualmente, qualquer pessoa poderia fazer. Para ela, é necessário promover uma visão interna da discriminação racial no país. Já para Duarte, um dos elementos centrais é o ponto de vista, este tomado como categoria de análise adotada pelo escritor, algo mais relevante do que o “sujeito de enunciação próprio” que se autoproclama negro, a exemplo de autores do século XIX, que mesmo não propondo tal proclamação, até mesmo por conta de uma espécie da proibição do poder hegemônico do período, não deixam de esboçar e desenvolver uma literatura afro-brasileira, como Maria Firmina dos Reis ou Machado de Assis.

Desde a preocupação com a autoria, outras questões fundamentais entram em cena, dentre elas a questão terminológica. Se Cuti defende a manutenção do termo *negro* para caracterizá-la, dando ênfase à ressignificação e luta, Eduardo de Assis Duarte advoga pelo

termo *afro*, afirmando certa abrangência em literatura negra, dentro e fora do Brasil, além da conotação negativa da palavra negro no imaginário social brasileiro. Para Duarte:

Assim, já por esse pequeno sumário da questão, pode-se deduzir que, da militância e celebração identitária ao negrismo descomprometido e tendente ao exótico, passando por escritos distantes tanto de uma postura quanto de outra, literatura negra são muitas, o que, no mínimo, enfraquece e limita a eficácia do conceito enquanto operador teórico e crítico. E isso sem entrar na cadeia semântica do adjetivo que, desde as páginas da Bíblia, carrega em praticamente todas as línguas faladas no Ocidente as marcas de negatividade, inferioridade, pecado, morte e todo tipo de sortilégio, como já apontado por Brookshaw (1983), dentre outros.

Já o termo afro-brasileiro, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos. Processo de hibridação étnica e linguística, religiosa e cultural. (DUARTE, 2014, p. 381)

Desse modo, Duarte aponta que, mesmo com os processos de luta, a significação do termo negro ainda estaria atrelada a questões negativas, o que não contribuiria para o fortalecimento ou mesmo reconhecimento da escrita de homens e mulheres que se dedicam na produção da literatura afro-brasileira. Além disso, se para Cuti (2010, p. 39) o termo “afro” funciona como atenuador do sentido político dessa literatura, para Duarte (2014, p. 382) o termo “negro” aparece num viés essencialista. No entanto, apesar de reconhecer a eficácia do conceito de literatura afro-brasileira como mais elástico e possível para abarcar uma tradição literária marcada por determinadas características, Duarte também aponta, mesmo que criticamente, o caráter atenuador do termo afro-brasileiro, levando-se em consideração o atual contexto das relações raciais no Brasil. Para ele,

É certo que, por abraçarem toda a gama de variações fenotípicas inerentes à mestiçagem, termos como afro-brasileiro e afrodescendente trazem em si o risco de assumirem sentido homólogo ao do signo ‘pardo’, tão presente nas estatísticas do IBGE, quanto execrado pelos fundamentalistas do orgulho racial traduzido no slogan ‘100% negro’. (DUARTE, 2014, p. 382)

A questão tem fundo sociológico e político, o que não a torna menos importante para pensar a questão do conceito literário. Ele corrobora com as discussões propostas acerca do caráter atenuador do termo afro-brasileiro, mas enfatiza a pertinência do termo de modo a aproximar essa produção como vertente da literatura brasileira, ao passo que afirma que o viés temático e étnico poderia funcionar como censura prévia aos escritores. Aos dois autores cabe a crença de que a literatura negro-brasileira e afro-brasileira são vertentes da literatura brasileira, sendo ela diversa; Cuti defende o mesmo, no entanto, aponta mais enfaticamente seus domínios políticos e o não reconhecimento dessa literatura na tradição canônica, o que

traduz os preconceitos raciais, ao passo que fomenta um pensamento que se expande para além da literatura.

Duarte, apesar da posição em relação ao termo “negro”, busca preservar o sentido político e preocupa-se em elaborar a sistematização dessa produção, propondo cinco constantes discursivas que caracterizam a literatura afro-brasileira: a autoria, a temática, o ponto de vista, a linguagem e o público, sendo entre eles o elemento fundamental o ponto de vista expresso na obra literária, afinal, “o ponto de vista adotado indica a visão de mundo autoral [...] o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação. Diante disso, a ascendência africana ou a utilização do tema são insuficientes” (DUARTE, 2014, p. 391). A atitude política manifestada na literatura afro-brasileira se destaca por marcar o distanciamento de um discurso hegemônico, promovendo uma perspectiva que supera esse discurso a partir do reconhecimento da opressão e alteamento de uma voz que narra um novo tempo. Dessa forma, além de valorizar um contradiscurso, a obra literária afro-brasileira faz a denúncia contra a opressão sofrida; o aspecto político está na forma como se refere ao passado, está no diálogo que desenvolve com um possível leitor, a quem procura conscientizar. Está, além disso, no reconhecimento do valor da luta e na auto-identificação com ela e seus desdobramentos.

Assim, a partir da concepção de literatura afro-brasileira construída por Eduardo de Assis Duarte, inclusive a partir do olhar ao caráter atenuador do termo afro-brasileiro, advogamos que, se essa literatura afirma-se a partir do olhar para os sujeitos que a compõem enquanto autoria e público, o interesse pela denominação desses sujeitos corrobora para pensar a terminologia do conceito literário em âmbito social e político. Dessa forma, pensamos que esse aspecto atenuador poderia recair para as análises empreendidas a partir da operação do conceito, tendo em vista os mais diversos contextos que abarcam essa produção, bem como a busca de construções identitárias que carregam, seja no *contexto proibitivo*²⁵ do século XIX ou no período atual.

²⁵Eduardo de Assis Duarte (2014) utiliza-se da noção de *contexto proibitivo* para trabalhar com questões atinentes ao trabalho de escritores negros no século XIX, relacionando produções de, por exemplo, Machado de Assis, Cruz e Souza e Maria Firmina dos Reis, que escreviam a partir de um dissimulado lugar de enunciação para promover a crítica a questões atinentes ao seu período de atuação. No atual momento das discussões em torno do racismo no Brasil, entende-se que a noção de *contexto proibitivo* segue necessária, especialmente para a produção de mulheres negras, lembrando de sua dupla marginalização na sociedade, que ecoa também no meio cultural. O catálogo *Intelectuais Negras Visíveis* (2017), organizado por Giovana Xavier, lançado na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), afirma a necessidade da visibilidade de produções de mulheres negras no país, inclusive a literária, questionando a invisibilidade delas em diversos campos, alteando a concepção de que elas também são sujeitos, que protagonizam a história que ainda deve ser contada, tendo em vista o fato de que pouco se conhece sobre o trabalho de mulheres negras no Brasil.

Assim, compreendendo o atual contexto de luta e a necessidade de autoafirmação como sujeitos negros e negras, apontando a fratura social que ainda marca estruturalmente a sociedade brasileira em sua relação com esses sujeitos, a terminologia de Duarte, apesar da importante sistematização e elasticidade conceitual, atenuaria o principal ponto de análise desenvolvido neste estudo: o aspecto da atitude política, elemento extra e intraliterário, pautado nas construções identitárias de sujeitos negros em contextos de violências que jamais facilitaram suas lutas ao alçarem suas vozes em espaços nos quais elas não eram bem-vindas e onde, por vezes, foram desqualificadas.

Cuti, no artigo “Quem tem medo da palavra negro?” (2010), fundamental para a percepção da importância que a palavra “negro” assume na presente pesquisa, apresenta outra posição para a questão do termo, apontando o histórico de racismo da sociedade brasileira e afirmando a palavra “negro” como única que, ressignificada, não exclui o preconceito racial de seu campo semântico. Para Cuti (2010, p. 4-5):

Não se trata de mera escolha gratuita de palavra. As palavras trazem conteúdo, têm suas histórias no idioma, seus significados e suas morfologias não são para sempre. É por isso que elas são escolhidas ou rejeitadas. Naquele momento (e ainda hoje) foi escolhida a palavra ‘negro’ porque ela é a única do léxico que, ao ser empregada para caracterizar organização humana, não isenta o racismo [...] Focalizando o Brasil, último país a abolir a escravização (esse dado é importante!), vamos encontrar os próprios negros assumindo a palavra no seu aspecto positivo, para nomear o seu movimento de reivindicação de plena cidadania [...] Tendo a palavra em foco servido para ofender, no momento em que o ofendido assume-a dizendo “eu sou negro”, o que ocorre é que ele dá a ela um outro significado, ele positiva o que era negativo. Aqui acontece algo estranho para quem ofende. Se a palavra perde o poder de ofender, ele, o ofensor, perde um instrumento importante na prática (discriminação) e na manutenção psíquica (o preconceito) do racismo.

Assim, o uso do termo “negro” serve ao propósito de desinstrumentalizar uma prática racista na sociedade brasileira, bem como promover o incômodo ao discriminador, que perde mais um pouco de sua percepção dominadora. Visto o histórico de discriminação do país, atenuar o termo utilizando o “afro-brasileiro” não parece servir ao propósito da compreensão, e o importante movimento de auto reconhecimento, dos negros como sujeitos, e isso é válido também para a literatura. Na mesma perspectiva, Miriam Alves (2002, p. 235) afirma que “Ao inverter a intenção negativa do termo, a literatura negra obriga-se também a inverter o olhar sobre o brasileiro negro”, reafirmando-se o que a escritora denomina de “significação sociopolítico-literária ao ato de escrever” (ALVES, M., 2002, p. 223).

Dessa forma, cabe ressaltar que a posição de Duarte frente ao conceito de literatura afro-brasileira cabe, em muitos aspectos, às análises empreendidas nesse estudo, reiterando a posição anteriormente mencionada de que cada um dos conceitos contribui para a compreensão dessas literaturas. No entanto, o atual caráter atenuador do termo “afro-brasileiro” nos limitaria na observação de alguns pontos da análise literária aqui construídas, tendo em vista a análise da atitude política na obra de Maria Firmina dos Reis fundamentada no reconhecimento dessa escritora como mulher negra, atuando intelectualmente no século XIX a partir do posicionamento em favor da população negra e escravizada em grande parte de sua produção literária. Ora, reconhecer esse aspecto é perceber que a obra de Maria Firmina dos Reis, situada em seu tempo e espaço, não atenua a situação de violência a que eram submetidos os sujeitos negros, dessa forma, trazer o termo “afro-brasileiro” nas análises poderia significar desconstruir um pouco de sua luta.

Conceição Evaristo demonstra consciência em relação a esse aspecto, e em sua caracterização reconhecemos a intersecção das características trabalhadas por Luíza Lobo, Cuti e Eduardo de Assis Duarte. Na produção de Conceição Evaristo, em especial na noção de Escrivência defendida pela escritora, tomada como elemento essencial de estilo literário, mas que funciona como ponto central da produção literária de outras escritoras negras, prioriza-se o discurso identificado a partir de uma concepção interna do autor do texto literário, formando um projeto literário, a um só tempo, estético e político. A subjetividade do sujeito empírico é o aspecto caracterizador de uma literatura negra e afro-brasileira, seu elemento vital, como aponta a própria escritora. Em entrevista concedida por Conceição Evaristo, a escritora cita alguns dos elementos que caracterizam essa literatura:

A afirmação de um pensamento étnico; a busca e a valorização de uma ancestralidade africana, que pode ser revelada na própria linguagem do texto, na estética do texto; a intenção de construir um contradiscurso literário a uma literatura que estereotipiza o negro; a cobrança da reescrita da História brasileira no que tange à saga do africano e seus descendentes no Brasil; a enfática denúncia contra o racismo e as injustiças sociais que pesam sobre o negro na sociedade brasileira. E agora apresento um elemento vital na constituição de uma literatura afro-brasileira – a autoria. (EVARISTO, 2014, p. 114)

Assim, Conceição Evaristo (2009) reúne características já mencionadas por Duarte e Cuti, ao passo que coloca a frente o aspecto da autoria, afinal, valorizar a subjetividade do autor requer reconhecer a vivência e a visão de mundo que será transposta para o texto

literário²⁶. Ao trabalhar com o aspecto da autoria como fundamental para a compreensão dos textos literários identificados com as literaturas negras, Evaristo (2009) propõe uma espécie de jogo de inversão nos elementos estruturadores para a análise de obras literárias. Normalmente, percebe-se o fenômeno literário a partir de três perspectivas, quais sejam, autor, obra e público, formando um sistema literário em que a perspectiva escolhida direciona as análises empreendidas. Antonio Candido (2010) afirma o perigo em certas análises literárias, em que fatores ditos externos ganham realce, transformando o conteúdo do estudo muito mais tendente para a análise sociológica, entre esses trabalhos o teórico destaca aqueles que situam o autor, elemento externo, como fundamental para a análise.

Conceição Evaristo (2009) subverte essa questão afirmando a importância da subjetividade autoral, pois, a literatura produzida não se desvincularia totalmente de seu contexto, do mesmo modo, o autor possui as próprias convicções e relaciona-se com o contexto em que está situado que, muitas vezes, funciona como elemento de sua produção. No caso das literaturas negras essa questão mostra-se mais latente, tendo em vista que o lugar de fala do escritor e a perspectiva de construção de sua literatura parte, entre tantas outras perspectivas, de um projeto literário maior de enfrentamento e reconstrução de óticas universalizantes e excludentes, questionando as bases de construção de um imaginário social pautado na ideia do sujeito negro relacionado a aspectos negativos. Em relação à literatura produzida por mulheres negras este pensamento também é válido, conforme Miriam Alves (2010, p. 67), “A produção textual de mulheres negras é relevante, pois põe a descoberto muitos aspectos de nossa vivência e condição que não estão presentes nas definições dominantes de realidade e das pesquisas históricas.” Assim, parte-se de outro olhar, outras reflexões e sentidos, bem como outros sujeitos para a literatura nacional.

Assim, as literaturas negras brasileiras, a partir mesmo dessa especificidade expressa desde o termo que utilizamos, rejeita o ideal de branqueamento que pautou as teorias raciais vigentes no país, impondo ao sujeito negro o estigma da diferença e de uma inferioridade inata, presente desde a ideia advinda do campo semântico da palavra negro, historicamente

²⁶Em relação ao elemento autoria para a literatura afro-brasileira, e o fato de que ele não deve se configurar como algo limitador dessa produção e das temáticas abordadas nos textos, Luiz Henrique Oliveira (2014, p. 19), mesmo tratando sobre uma literatura negrista, aponta a instância da autoria como controversa, implicando fatores biográficos e fenotípicos, mas que não deve ser considerada como dado exterior ao texto. Duarte (2014, p. 388) endossa a discussão a partir do olhar para a literatura afro-brasileira, afirmando que: “Isso nos indica a necessidade de evitar também a redução sociológica, que, no limite, levaria a interpretar o texto a partir de fatores externos a ele, como a cor da pele ou a condição social do escritor. No caso presente, [da literatura afro-brasileira] é preciso compreender a autoria não como um dado ‘exterior’, mas como uma *constante discursiva* integrada à materialidade da construção literária.” Ou seja, mais do que elemento à parte da análise literária, para a literatura afro-brasileira, a autoria exerce papel ativo para a construção dos sentidos do texto.

construída em bases ideológicas de inferiorização, que, hoje, são cotidianamente questionadas por meio dos diversos modos de resistências sobre os quais as lutas negras se formam, inclusive por meio da literatura, ressignificando a palavra para que se torne um modo de “autorreconhecimento da própria identidade e pertencimento etnicorracial” (ALVES, M, 2010, p. 42), desnudando o mito da democracia racial.

Em contextos proibitivos, na acepção de Duarte (2014), tratando do século XIX, nota-se a tentativa de mudança social, como nos casos de Maria Firmina dos Reis e Lima Barreto, que atribuem à sua literatura uma função de provocação e reivindicação de mudanças de comportamento social. Há, por meio da noção de escrevivência, a afirmação da existência de homens e mulheres negras como história e como memória, aspectos presentes em perspectivas que valorizem a experiência social e intelectual de sujeitos negros.

Sobre o aspecto de fenômeno social do texto literário, Edmilson de Almeida Pereira (2015, p. 56) questiona de que forma a sociedade brasileira tem sido captada para o discurso literário por alguns de nossos autores e autoras. Percebe-se que, no Brasil, a tendência é atenuar as tensões das diferenças, construindo na literatura uma espécie de paraíso alcançável, algo negado por boa parte das vertentes que formam as literaturas negras brasileiras, que desnudam o preconceito e propõem a reflexão acerca das temáticas e problemas acima mencionados, na fala de Conceição Evaristo (2009).

A lembrança do corpo devastado e das imposições da sociedade escravista persiste mesmo centenas de anos após a abolição, diante disso, a subjetividade do sujeito negro é elemento importante para a construção dessa literatura, ainda que não seja algo limitador ou única perspectiva possível. Maria Firmina dos Reis transpõe esse conceito, especialmente tendo em vista sua obra poética, cabendo, assim, novas reflexões e reconstrução dos conceitos atuais.

Conceição Evaristo (2009) parte também da concepção de que a escrevivência é necessária para que o próprio autor se reconheça, é também uma forma de autoafirmação. Como mencionado anteriormente, um dos desafios desse sujeito, e mostra de sua atitude política, é reconhecer-se como negro, e expor que pode produzir arte, pode realizar o ofício literário e ter sua intelectualidade reconhecida. Para a escritora, no Brasil, produtos culturais com componentes negros são reconhecidos pela sociedade, ao passo que a existência de uma literatura produzida por esses sujeitos é negada por muitos estudiosos:

Contudo, há estudiosos, leitores e mesmo escritores afrodescendentes que negam a existência de uma literatura afro-brasileira. Apegam-se à defesa de que a arte é universal, e mais do que isso, não consideram que a experiência

das pessoas negras ou afro-descendentes possa instituir um modo próprio de produzir e de conceber um texto literário, com todas as suas implicações estéticas e ideológicas. (EVARISTO, 2009, p. 17)

É sintomático pensar que, para a crítica literária nacional, a experiência de pessoas negras não configura matéria literária, a exemplo das discussões em torno da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, que foi recebido com louvor dentro e fora do Brasil, e é ainda lido e valorizado nacionalmente, no entanto, a percepção da narrativa apenas a partir de um caráter sociológico se mantém presente²⁷. Assumindo seu lugar de fala como mulher negra, e tratando em parte de sua produção literária temas que envolvem a denúncia da situação da população negra do país, a escritora provoca uma espécie de incômodo e afronta que contraria a falsa crença da democracia racial. Sobre esse aspecto da subjetividade do sujeito negro traduzido para o texto literário, Miriam Alves, tratando sobre a literatura negra já após a década de 1980, motiva a reflexão também em relação à obra de Carolina Maria de Jesus:

Quando escritores se assumem como ‘escritores negros’ e o seu produto literário se autodenomina ‘literatura negra’, isso parece motivar um mal-estar, uma indignação que pode ser entendida como uma prática de minorização do processo, que revela a mentalidade da sociedade de ignorar a vivência do negro brasileiro. É como se essa vivência, tornada assunto na ótica da literatura negra, estivesse fora da órbita nacional brasileira. Entretanto, existe uma potencialidade de transformação nesse assumir a subjetividade negra. (ALVES, M., 2002, p. 234)

Como Carolina Maria de Jesus, também outras escritoras negras brasileiras dedicam parte de sua literatura aos temas que deixam entrever de maneira mais nítida o que Miriam Alves denomina de subjetividade negra, tornando também a vivência desse sujeito mote para a criação literária. Conforme Conceição Evaristo, não apenas existem literaturas negras, como também uma vertente feminina dela, bem como a possibilidade da inserção do próprio autor no texto literário produzido, sem que isso desqualifique a arte produzida. Assim, valorizar a subjetividade negra, como sujeito que pensa e denuncia, causa o estremecimento de concepções há muito estabelecidas na tradição literária e no meio social do país, provocando a desestabilização do sistema opressor e subvertendo as noções de dominador e dominado, retirando a ideia de fixidez que esses termos imprimiam na população negra.

²⁷Exemplo disso foi a discussão na Academia Carioca de Letras, protagonizado por Elisa Lucinda e Ivan Cavalcanti Proença, quando o crítico afirmou que *Quarto de Despejo* não pode ser considerado literatura, sendo questionado por Lucinda, que se opôs a essa afirmação. (Conferir: PROFESSOR branco diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/04/20/professor-branco-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>>. Acesso em: 20 abr. 2017)

A atuação do sujeito negro na literatura nacional passa por uma transformação, que acompanha a tomada de consciência desse sujeito e sua luta para assumir novos lugares na sociedade. De objeto e personagem caricaturado na literatura canônica, o negro passa a assumir o papel de sujeito do próprio discurso, não aceitando que o outro lhe dê a voz, mas assumindo sua perspectiva para falar sobre si, sobre sua história e cultura, bem como construir uma literatura que, ao mesmo tempo em que é parte ou uma vertente da literatura brasileira, é também oposição a ela, denúncia contra o preconceito que caracteriza boa parte dessa produção e a sociedade que a acolhe. As literaturas negras assumem a perspectiva de um “eu” identificado com o discurso. Desse modo, tratar dessas literaturas é reconhecer o papel do sujeito enunciador e do seu lugar de fala, que difere do lugar do sujeito que apenas tematiza o negro e, por vezes, mantém o estereótipo.

Longe de ter o cânone como inspiração, as literaturas negras trazem, entre outros, a luta como elemento essencial, e mostra que a cultura negra não é mera contribuição para a identidade nacional, ela é ativa e compõe essa identidade de maneira significativa, transformando os papéis que caracterizam a sociedade brasileira. Cada um dos conceitos que se estabelecem para caracterizá-la, em uma busca por compreender a especificidade dessa literatura, são formas de atestar a presença e vivacidade dessa produção no Brasil.

Nenhum dos conceitos abarca definitivamente as nuances que marcam as mais variadas perspectivas com as quais as literaturas negras se moldam, Conceição Evaristo (2009), ao apontar os caminhos para uma literatura negra de autoria feminina, demonstra mais um aspecto dessa diversidade, além de Miriam Alves (2002), Luíza Lobo (1993), Cuti (2010) e Eduardo de Assis Duarte (2014), contribuindo para pensar a produção antes do florescimento de qualquer conceito, identificando as formas de luta em um momento proibitivo para uma gama de escritores que estavam sob o jugo dos estigmas da escravidão.

Dessa forma, neste estudo, as concepções adotadas por cada um dos conceitos serão importantes para a construção das análises, no entanto, estuda-se a obra de Maria Firmina dos Reis em sua amplitude temática e discursiva, identificando-se o aspecto político impresso pela autora como elemento para a compreensão da sua posição no contexto em que atuou na imprensa. Os conceitos, a partir da terminologia literatura negra brasileira, utilizada daqui em diante neste estudo, serão fundamentais para refletir sobre esse aspecto, ao passo que nutrem as análises a partir de um olhar para a obra da maranhense em seu tempo, bem como para o enfrentamento dissimulado a que se propôs em suas construções poéticas e narrativas²⁸.

²⁸A produção poética de Maria Firmina dos Reis aparece muito menos estudada quando considerada a quantidade de estudos acerca de sua produção em prosa. Nas suas poesias trata-se menos da questão

É necessário, portanto, analisar essa produção em seu contexto, identificando as marcas de aflição pelo não pertencimento ao que era considerado ideal socialmente. Maria Firmina dos Reis demonstra em seus textos a necessidade de mudança das concepções em torno do sujeito negro no meio social. Ver suas obras como pertencente à literatura negra brasileira significa buscar o lugar de onde enunciam e a partir de contextos determinados, compreendendo o esforço em “restituir humanidades negadas” (XAVIER, 2017, s.p). Analisar as formas de caracterização dos conceitos aqui mencionados, em sua relação com os escritores do século XIX, e tantos outros ainda pouco estudados, é perceber que todos ainda se mostram insuficientes para atingir a complexidade das produções de homens e mulheres negras do passado e contemporaneamente, que buscam ir contra a prática de apagamento da memória da população negra no país.

2.2 “O negro sempre falou”: atitudes políticas na literatura negra brasileira

O conceito de literatura negra brasileira está relacionado, entre outras características, com a manifestação de atitudes políticas por meio da obra literária. No entanto, sendo o *corpus* que forma essa literatura muito diverso em seus tempos e espaços, o modo como essas atitudes políticas são exteriorizadas também passa por transformações, tendo em vista o contexto em que é escrita, o público a que se destina, o horizonte recepcional da crítica literária no momento da publicação, entre outros fatores que refletem as diversas formas com as quais essa atitude se manifestará, e como ela pode ser alterada a partir do momento em que o texto literário é lido. As perspectivas sobre as quais os críticos literários veem a literatura também corroboram em como as funções da literatura significarão, contribuindo para o modo como os textos vão se relacionar com a sociedade em que são produzidos²⁹. Especificamente

antiescravista, sendo menores as marcas da negritude, no entanto, isso pode ter ocorrido, entre tantos outros motivos, em virtude de um contexto social que, valendo-se da noção de *contexto proibitivo*, permitia muito pouco de sua postura de maneira mais incisiva. Além disso, reconhecendo a formação de um projeto literário na produção de Maria Firmina dos Reis, suas poesias refletiam sobre temas concernentes ao Romantismo brasileiro, bem como funcionavam como forma de ampliar suas sociabilidades, como veremos no capítulo seguinte.

²⁹Compagnon (2010), sobre a função da literatura, aborda o modelo humanista como um dos responsáveis pela visão da literatura a partir do aspecto de sua relação com a sociedade, bem como a visão da literatura e da experiência literária como possíveis para promover um conhecimento do mundo e fortaleza contra a barbárie. Indo além do caráter idealista dessa perspectiva, acentua-se, já na segunda metade do século XIX, a função subversiva da literatura, ela “pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo, pode acompanhar o movimento, mas também precede-lo” (COMPAGNON, 2010, p. 37), de todo modo, não romperia totalmente sua relação com o mundo; Todorov (2009), seguindo perspectiva semelhante, reconhece o caráter humanizador da literatura e sua relação com o meio social, inclusive na forma como pode ser

sobre a literatura negra brasileira, ressalta-se na crítica literária atual a relação dessa produção com seu entorno, sendo a crítica literária dedicada a ela, como vimos no tópico anterior, uma das responsáveis pela disseminação desses textos. Por um lado, isso se mostra positivo para os autores, que veem crescer a circulação de suas obras, por outro, pode se tornar algo negativo, na medida em que certos setores da crítica buscam limitar essa produção, para o escritor Ronald Augusto (2017, s.p):

Acho que parte do prestígio que a literatura negra atingiu nos últimos anos se deve também, em alguma medida, ao interesse da academia. A produção dos autores que se assumem como negros e começam a publicar já tem mais de 30 anos. Depois que as pesquisas acadêmicas começaram a ser feitas, a gente pode retroagir até o século XVIII. Mas da década de 80 para cá, essa produção está muito grande, e começou como um movimento. Muitos escritores dessa geração, como Cuti, Oliveira Silveira, Oswald de Camargo, deram a primeira munição para os acadêmicos começarem a ter interesse. E de lá pra cá a produção foi crescendo, até no exterior se estuda a literatura negra do Brasil [...] Minha única dúvida é até que ponto essa produção, na medida em que ela dá prestígio, pode ser aos poucos uma espécie de espaço de consagração e de limite, deixando a produção presa. Será que, para eu ganhar espaço, eu tenho que continuar me reivindicando como autor negro e me posicionando dentro desse nicho? Já que literatura é arte, ela tem que estar sempre a frente, não a reboque da crítica. Se os autores mudarem a sua forma de produzir, a crítica vai ter que acompanhar, propor outros modelos interpretativos. Atualmente, a academia está demarcando o que é e o que não é literatura negra. A gente não pode ficar refém desse prestígio.

Assim, ressalta-se que essas definições e conceitos não devem balizar a produção dos escritores, tampouco limitar as temáticas que trabalham ou estilos que seguem, bem como uma produção mais ou menos comprometida socialmente aos temas pertinentes à situação do negro no Brasil. Se essa é uma preocupação para alguns autores, em determinados tempos e espaços, e esse é um dos pontos de interpretação para as análises da obra de Maria Firmina dos Reis realizadas no último tópico da pesquisa, essa percepção não é a única a ser seguida, afinal, as atitudes políticas vão além dessa perspectiva, tanto para os escritores das literatura negra brasileira, quanto para a crítica literária.

apreendido pelo leitor, de modo a fazê-lo refletir sobre seu meio e sobre si. No contexto do Romantismo brasileiro, especialmente tendo em vista o gênero romance, Candido ressalta que “O eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa. Há nele uma espécie de proporção áurea, um ‘número de ouro’, obtido pelo ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime.” (CANDIDO, 2000, p. 98). Assim, a literatura não romperia sua relação com o mundo, ao contrário, é um modo de reconstruí-lo e possibilitar algum tipo de transformação no leitor, não necessariamente como objetivo do autor empírico, mas pela própria recepção pelos leitores e pela crítica. Dessa forma, a literatura, como instituição de poder, pode promover a reflexão acerca de condições sócio-históricas. Além disso, a crítica literária pode moldar a forma como as obras são construídas, de maneira que os escritores, para além de suas concepções e desejos para a construção do texto literário, modelam sua escrita a partir do desejo de aceitação de sua produção, tanto entre os críticos literários quanto entre os leitores.

No século XIX, em meio a uma manifestação do *contexto proibitivo* (ver nota 25), a dissimulação era uma estratégia necessária para assumir o tom de denúncia acerca dos temas concernentes à escravidão ou à situação da população negra no Brasil. Nesse período, construir a organização sistemática de uma literatura negra brasileira era impensável, tendo em vista, pelo menos, duas questões fundamentais: a violência e a suspeita com que era tratada a população negra no país, afinal, conforme Chalhoub (2012, p. 229), “a polícia da Corte atravessou o século XIX a prender pessoas de cor sob a dupla suspeição de que fossem escravas e de que estivessem fugidas”, mantendo-se o pressuposto da escravidão para qualquer negro, grupo “suspeito de ser escravo até prova em contrário” e, portanto, quase impossibilitados de assumir funções concernentes à intelectualidade do período; outro motivo seria a dificuldade em manter um sistema de comunicação literário a partir das bases autor-obra-público em uma vertente de pensamento que privilegiasse a temática e a estética negra.

No entanto, mesmo com essa impossibilidade, a realização de atitudes individuais, mesmo sem a sistematicidade para a construção de uma tradição, ocorreu por meio de obras de autores como Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Cruz e Souza, entre outros, que conceberam ações esparsas, mas repletas de uma postura comprometida com a população negra do país.

No século posterior, já passada a abolição, os temas e o modo de lutar contra outro sistema de opressão social também se transformaram, dando a lume uma literatura marcada pela conscientização do preconceito, face nascente da tentativa de invisibilização do sujeito negro. Com a abolição, outras possibilidades de trabalho foram conquistadas pelo negro na sociedade. Mesmo de forma precária, aos poucos esses sujeitos transpunham um passado recente e buscavam o trabalho livre em meio ao movimento de industrialização, especialmente nas grandes capitais, apesar das demonstrações mais concretas do preconceito racial, afinal, surgia um novo cenário no Brasil, especialmente no sudeste, em que a correspondência entre cor e posição social começava a se transformar.

Com isso, estratégias para lidar com os diversos meios de opressão e inferiorização da capacidade de afirmação desse sujeito, mostram-se com o reconhecimento de que a situação da população negra no Brasil, mesmo com a abolição, muito se assemelhava com o passado recente, tendo em vista a concepção desse sujeito nos mais diversos âmbitos da sociedade e a falta de medidas para integrar o ex-escravizado e sua descendência no meio social:

Só então poderemos começar a compreender por que no Brasil não houve um período de aprendizagem anterior à emancipação como nas colônias inglesas, nem se criaram depois dela escolas destinadas especificamente à

educação dos filhos e filhas dos escravos, ou uma instituição como o Freedmen's Bureau, criada nos Estados Unidos depois da Guerra de Secessão com o propósito de dar assistência aos libertos. Somente então poderemos começar a entender o silêncio das fontes sobre o que aconteceu aos escravos depois da abolição. Só então poderemos começar a entender por que os historiadores têm preferido estudar a abolição em vez de examinar suas consequências para a população emancipada. (COSTA, 2008, p. 134-135)

Nesse sentido, a literatura também assume o papel de denúncia dessas condições. Já na segunda metade do século, a consolidação dessa consciência perpassa pelo texto literário, originando, primeiramente, obras em que a angústia pela dificuldade em contornar essa situação torna-se maior, ao passo que, em momento posterior, as estratégias de luta se afirmam a partir do conhecimento sobre os meios pelos quais se pautam o poder hegemônico, sendo esse conhecimento uma parte importante para desestruturar esse poder. Autor importantes para esse momento de afirmação de uma consciência negra consolidada é Lima Barreto e Oswaldo de Camargo.

Já no presente século, crescem as possibilidades e a emergência em tratar sobre temas atinentes à população negra no país. A legitimação das literaturas negras torna-se mais latente, além da necessidade de elasticidade do cânone literário tradicionalmente concebido, agora tido enfaticamente como um local de disputa e conflito, muito mais do que de consagração, de modo a abarcar uma produção que vai muito além da mera contribuição para a literatura nacional. A consciência em relação à pluralidade dessas literaturas lança mão do grande arcabouço teórico construído acerca da tentativa de caracterizar sua formação e particularidades, trazendo novos questionamentos e lugares enunciativos para essa produção literária.

Surge, mais legitimada, a concepção de uma literatura negra de autoria feminina, tendo Conceição Evaristo e Mirian Alves como algumas das principais expoentes, além de Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes, entre outras, assumindo vertentes discursivas características dessa literatura que, buscando sair do lugar de angústia do momento anterior, vê na emergência de tratar os temas do racismo e da desigualdade social um meio de onde extrair a força poética e discursiva necessárias para transpor a violência institucional a que a população negra ainda está submetida.

Diante disso, nota-se que há muito tempo, mesmo antes do período em recorte do presente estudo, vozes negras ecoam em nossa literatura, segundo Duarte (2014, p. 15):

Do ímpeto autobiográfico à oratória, passando pelo poema, pelo drama e pela ficção, fato é que o negro sempre falou. E o fez, majoritariamente, nas

línguas dos colonizadores, que aprendeu e, em diversos momentos, rasurou, para emprestar a elas entonações, ritmos, sentidos e vocábulos inteiramente novos. Dessas falas, por vezes isoladas, à constituição de uma literatura, muitos foram os caminhos e muitas as pedras. Tal processo incluiu a paulatina aquisição do letramento, da escritura, e da cidadania, com o fim da escravização.

Expressar o seu existir como sujeito por meio da literatura foi, e ainda é, um dos desafios diante dos diversos *contextos proibitivos* que são criados para barrar a ascensão desse sujeito socialmente. Neste tópico, tratamos sobre obras que refletem concepções sobre cada um desses momentos de formação e desenvolvimento da literatura negra brasileira, analisando a atitude política e sua manifestação nas obras de Luiz Gama, a partir do poema “Prótase”; Lima Barreto, por meio do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*; e a poesia “Do fogo que em mim arde”, de Conceição Evaristo. Mesmo não sendo esses textos e autores *corpus* da dissertação, todos contribuem para pensar a noção de atitudes políticas nas literaturas negras brasileiras, bem como proporcionam reflexões acerca dessas atitudes para a literatura de Maria Firmina dos Reis, contextualizando suas obras no momento em que as produziu e publicou³⁰.

Assim, visto os contextos dos séculos XIX ao atual, para a definição de atitudes políticas que é utilizada nesse trabalho partimos de três perspectivas principais ou constantes passíveis de identificação nas obras literárias das literaturas negras brasileiras, especialmente aquelas que se propõem ao enfrentamento direto contra a opressão, quais sejam: A atitude política a partir do momento em que o escritor negro se reconhece como sujeito e se propõe ao enfrentamento de preconceitos e barreiras presentes na sociedade brasileira, mesmo que de maneira dissimulada, mas manifestando uma consciência negra (LOBO, 1993; CUTI, 2010; DUARTE, 2014); o discurso contra a opressão sofrida em suas diversas faces, partindo desde a necessidade da denúncia e transgressão no âmbito de contextos ora de escravização, ora de racismo direto e estigmatização social, ora de violências institucionais e um racismo

³⁰ O olhar atendo às obras aqui analisadas parte, também, da apropriação da premissa do Caribe como prefácio às Américas (GLISSANT, 2005), trabalhada no âmbito do Projeto de Pesquisa *Teseu, o labirinto e seu nome* como um dos instrumentos metodológicos para a construção das pesquisas empreendidas, sobre a qual “deduzimos não apenas a necessidade – por vezes imperativa – de análise e evidenciação das literaturas afro-americanas a partir de seus lugares, ou seus Diversos como, também, abrisse-nos a possibilidade de formular um princípio metodológico de comparação, segundo o qual cada uma das literaturas afro-americanas que estudamos, a partir de seus respectivos lugares, trazem em germe sua condição de prefácio a um lugar americano, eminentemente rizomático – ao que se evoca aqui, simultaneamente, a noção de rizoma de que Glissant se apropria quando da leitura dos *Mille plateaux* e a noção de prefácio enquanto ponto de partida e concentração do todo, capaz de, simultaneamente, representa-lo e apresenta-lo.” (ALVES, A, 2014c, p. 6). As literaturas negras brasileiras, como parte desse sistema das literaturas afro-americanas, podem ser tomadas como prefácio, de forma que, de um modo ou outro, ecoam histórias que se encontram e se entrelaçam, rememorando contextos e lugares de fala.

escondido sob a face da democracia racial, discurso demonstrado ainda pelo viés da angústia e da dúvida em relação à possibilidade de transpor as barreiras sociais que inferiorizam o sujeito negro (CUTI, 2010; LOBO, 1993); e o distanciamento do discurso hegemônico e a construção da força discursiva pautada no enfrentamento direto a este discurso, de modo a combater os preconceitos, em um projeto literário fundamentado tanto na denúncia pela moralização, como fez Maria Firmina dos Reis, quanto no processo de desconstrução do imaginário racista (EVARISTO, 2009)³¹.

Essas três perspectivas para a identificação e análise da atitude política nas obras literárias da literatura negra brasileira não ocorrem isoladamente. Como visto em relação aos conceitos estudados anteriormente, eles não se excluem, ao contrário, podem funcionar em conjunto, podendo ocorrer a predominância de um ou outro dependendo do contexto a que estão situadas as obras literárias analisadas. Ponto de encontro entre as três perspectivas abordadas para a identificação da atitude política na literatura é o fato de que todas abordam o sujeito negro no âmbito de marginalização social, sendo possível identificar as mudanças em relação às concepções das teorias raciais e como elas ainda se manifestam na sociedade e na vida desses sujeitos.

No século XIX, Luiz Gama, jovem escritor, advogado (rábula) e jornalista, foi autor do livro *Primeiras trovas burlescas*, publicado em 1859 pela Tipografia Dois de dezembro, de São Paulo, quando Luiz Gama contava 29 anos e assinou com o pseudônimo Getulino. O escritor atuou na imprensa paulista durante grande parte de sua vida, trabalhando como jornalista na escrita de textos com teor político e de denúncia contra o preconceito, tendo o estilo satírico predominante em suas produções, estilo que melhor dialogava com o projeto do escritor em promover críticas à sociedade patriarcal e escravocrata do período, o que fazia de

³¹Cabe ressaltar que o sentido de político construído no trabalho está vinculado, a princípio, aos critérios estabelecidos de acordo com os conceitos de literatura negra brasileira, no entanto, cabe mencionar a multiplicidade de significados do termo, sendo um deles a dimensão de práticas que desafiam lógicas ideológicas tomadas como padrão na sociedade. Joan Scott, em *História das mulheres*, elenca alguns sentidos do termo: “A palavra política é usada atualmente em vários sentidos. Primeiro, em sua definição mais típica, ela pode significar a atividade dirigida para/ou em governos ou outras autoridades poderosas, atividade essa que envolve um apelo à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática. Segundo, a palavra política é também utilizada para se referir às relações de poder mais gerais e às estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las. Terceiro, a palavra política é aplicada ainda mais amplamente a práticas que reproduzem ou desafiam o que é às vezes rotulado de ‘ideologia’, aqueles sistemas de convicção e prática que estabelecem as identidades individuais e coletivas que formam as relações entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes. Essas definições correspondem a diferentes tipos de ação e diferentes esferas de atividade, mas a minha utilização da palavra ‘política’ para caracterizar tudo isso sugere que os limites de definição e espaço são indistintos, e que, inevitavelmente, qualquer utilização tem múltiplas ressonâncias.” (SCOTT, 1992, p. 67) A compreensão adotada neste trabalho liga-se melhor ao terceiro aspecto apontado por Scott, tendo em vista a atuação da própria escritora Maria Firmina dos Reis na imprensa, bem como as ideias manifestadas em suas produções literárias.

sua escrita “uma arma, um exercício que procurava responder às injunções da sociedade escravista marcada pela hierarquização racial.” (SANTOS, E., 2015, p. 730)

Atualmente, há diversos pesquisadores que se dedicam ao estudo da vida e da obra de Luiz Gama, mesmo com a parca quantidade de documentos originais escritos pelo autor que, assim como Maria Firmina dos Reis, teve boa parte de sua produção esquecida durante décadas no país. O escritor é um dos precursores da literatura negra brasileira, demonstrando consciência no que tange a questão escravista e assumindo sua cor. Atuou também como advogado, mesmo sem diploma, em favor da abolição, sendo responsável pelo direito à liberdade de cerca de quinhentos escravizados. Conforme Eduardo Santos (2015, p. 729),

O decênio que antecede o lançamento do livro [*Primeiras trovas burlucas de Getulino*] foi marcado por intensas agitações em sua juventude. Ele foi demitido ‘a bem do serviço público’. Acusado de causar ‘turbulência’ e ‘sedição’, foi obrigado a dar baixa compulsoriamente em 1854 por insubordinação, uma vez que ameaçou um oficial que o insultou. Quando escravo, já carregava o estigma de insurreto, foi repellido por muitos compradores ‘pelo simples fato de ser eu ‘baiano’, o que ‘valeu-me a pecha!’, exclama, em seu estilo jocoso.

Toda essa fase turbulenta de sua vida, de alguma forma, pode ter contribuído para o tom manifestado nos textos que viriam tempos depois, de modo que o escritor usa da literatura e do estilo satírico para denunciar a hipocrisia social, principalmente no que diz respeito a questão da escravização no país. O mesmo exercício não se limitava apenas aos textos poéticos, estando presentes também nos textos jornalísticos do escritor, manifestando sua posição junto às minorias, ao tempo em que identificava-se com elas. Suas publicações mostravam o enfrentamento e a consciência em relação à necessidade de uma aceitação dos críticos e leitores do período, ao que Luiz Gama respondia por meio de sutis apresentações em que colocava-se em lugar humilde, explicando a finalidade de suas construções poéticas e o modo como foram desenvolvidas.

O tom marcadamente afrodescendente permanecia, assim como a sátira, mas regado de estratégias de dissimulação para alcançar a aceitação de seus escritos frente a crítica literária, o que demarcava sua postura política e o modo pelo qual a externava na sua literatura. O lugar de onde Luiz Gama enuncia demonstra a experiência desse sujeito na sociedade do período e a inquietação que pauta seu modo de articular a linguagem para denunciar, a partir da escrita literária, as práticas sociais vigentes.

Vale ressaltar que essa estratégia de dissimulação, de maneira a endossar o discurso vigente de incapacidade do negro nas atividades intelectuais, como também ocorria no caso

das mulheres, foi um recurso usado também por Maria Firmina dos Reis no prólogo de *Úrsula*, possivelmente também para conquistar a aceitação do público e da crítica para a sua obra. Afinal, mesmo para propor a crítica a costumes e tradições da sociedade em que estava inserido, o momento exigia o conhecimento e uso de padrões universais, hegemônicos, para a escrita dos textos, o que possibilitaria a leitura dos escritos, chamando atenção, primeiramente, para o formato adequado para as regras e valores vigentes. As atitudes políticas de Luiz Gama se manifestava, entre outros meios, pela busca de erguer uma literatura combatente, reconstruindo sentidos e preceitos sociais, sem ultrapassar os limites impostos, de modo a conquistar o espaço para prosseguir com sua crítica, mas não recaindo na tradição hegemônica nacional. O poema “Prótase”, o primeiro das *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, é a apresentação de Luiz Gama para o público, afirmando suas pretensões no texto, sutilmente contrárias, mas ao mesmo tempo trabalhadas nos moldes exigidos em seu tempo, de modo a transparecer dois aspectos principais: a humildade própria de quem começa a pleitear um lugar nesse meio e a ousadia em desbravar caminhos a partir de uma perspectiva comprometida:

No meu cantinho,
Encolhidinho,
Mansinho e quedo,
Banindo o medo,

Do torpe mundo,
Tão furibundo,
Em fria prosa
Fastidiosa –
O que estou vendo
Vou descrevendo.
Se de um quadrado
Fizer um ovo
Nisso dou provas
De escritor novo.

Sobre as abas sentado do Parnaso,
Pois que subir não pude ao alto cume,
Qual pobre, de um Mosteiro à Portaria,
De trovas fabriquei este volume. (GAMA, s/d, p. 1)

Nessa apresentação, o poeta apresenta a formação do livro, informando a saída de um lugar a parte da tradição literária canônica e reconhecendo a novidade de sua empreitada, o que o fez a partir do enfrentamento ao próprio receio, e a partir do desejo de descrever aquilo que vê. É dessa forma que Luiz Gama desenvolve uma literatura da diáspora, fruto de sua

experiência como homem negro em meio à cidade de São Paulo. Segundo Barr (2017), “Para os povos negros, a arte sempre esteve ligada à própria vida, a nosso modo de ser cotidiano. Está ligada à morte, à vida, ao existir e ao não existir, ao nascimento, a nossos povos, nossas comunidades, nossa história e a outras histórias que se entrecruzam com a nossa.” Dessa forma, Luiz Gama imprime em sua literatura uma função social, traçando uma linha que o liga a uma comunidade de outros sujeitos com os quais se identifica.

O recurso de colocar-se nesse lugar humilde, afirmando seu distanciamento do que alcunha de Parnaso, cumpre a dupla função de buscar a aceitação da crítica para seu livro de trovas; e manifestar a diferença dele, como poeta e sujeito social, do grupo dominante, muitas vezes referido com grande ironia nas trovas que formam o volume, inclusive no poema citado. *Primeiras trovas burlescas* afirma-se como sátira a diversos aspectos da sociedade letrada do período, denunciando seus preconceitos por meio da ridicularização de muitas das tradições que formam essa sociedade. O poema mais conhecido do livro, “Quem sou eu?”, traz a severa crítica ao grupo hegemônico, debochando das hierarquizações sociais, muitas delas construídas pela cor, que transmitia a ideia de superioridade racial. Luiz Gama, como escritor novo a se lançar em meio aos críticos, quebra com essa ideia de hierarquização, opondo-se à fixidez de lugar social imposta aos negros.

Esse prólogo de Luiz Gama guarda semelhanças com o escrito por Maria Firmina dos Reis, em *Úrsula*, afinal, também a escritora maranhense traça o perfil de alguém humilde a inserir-se no meio letrado, sem grandes pretensões, mas possuindo ideias ousadas para o período, ao que solicita aos leitores e críticos: “Deixai pois que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias d’arte, caminhe entre vós.” (REIS, 2004, p. 14). Assim, é essa obra também uma novidade, e é ela igualmente fruto da ousadia que enfrenta os padrões estabelecidos.

O objetivo do livro de Luiz Gama não é uma identificação com os temas e estilos de obras da elite letrada, como não é objetivo do autor ingressar nessa elite por meio do puro atendimento às regras, apesar de conhecê-las. Desde o início, é apontada na obra sua posição destoante da literatura produzida pelos intelectuais do período, ao tempo em que provoca os leitores, por meio da ironia, afirmando que, assim como eles poderiam julgar o texto assim que o veem, questionando a competência poética do escritor, Luiz Gama já desde o início aponta sua pretensão em, no mínimo, surpreender o leitor. O poeta continua:

Vazios de saber, e de prosápia,
 Não tratam de Ariosto ou Lamartine
 Nem rescendem as doces ambrosias

De Lamires famoso ou Aretine

São ritmos de tarelo, atropeladas,
Sem metro, sem cadência e sem bitola
Que formam no papel um ziguezague,
Como os passos de rengo manquitola.

Grosseiras produções d'inculta mente,
Em horas de pachorra construídas;
Mas filhas de um bestunto que não rende
Torpe lisonja às almas fementidas. (GAMA, p. 1-2)

O eu-lírico trata de apresentar os temas a que as trovas não vão abordar, construindo o sentido por meio da negação de um conhecimento que seus leitores já dominam, propondo novas expectativas para seus leitores, ao passo que manifesta a consciência do estranhamento que iria provocar. Além disso, mais do que o estranhamento dos próprios versos, o eu-lírico, enunciador das trovas, também é um estranho no meio em que se coloca, posicionando-se em lugar diverso dos demais literatos de seu tempo. Para buscar a legitimação da sua obra e uma aceitação do público, situa sua produção e a si mesmo como aparentemente menores diante da produção de outros mais cultos, mas não rendidos diante deles, ao contrário, as trovas são “filhas de um besunto que não rende torpe lisonja às almas fementidas”, negando-se, mais uma vez, a ingressar no mundo letrado por meio do esquecimento de suas convicções.

Fanon (2008, p. 33), concebendo duas dimensões para a fala do sujeito negro, uma com seu semelhante e outra com o branco, afirma que “falar é existir absolutamente para o outro” e “assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”, Luiz Gama utilizava-se do recurso da linguagem e da literatura para expressar essa existência, não necessariamente apenas a sua, mas de grupos sócio-raciais marginalizados, contrariando o pensamento que fundamentava a percepção do sujeito negro em sociedade, modelando sua escrita para a recepção do leitor negro, apesar de distante desse horizonte recepcional, e principalmente para o leitor branco, perturbando as certezas de suas concepções pautadas no discurso científico que inferiorizava o negro. As *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, dessa forma, entram para nossa tradição histórico-literária, e é por meio dela que o aspecto da atitude política a partir da conscientização do negro como sujeito se forma.

No poema apresentado, a identificação em nenhum momento se faz com o hegemônico ou com a cultura letrada tradicional, mas sim, com sujeitos que, como o eu-lírico, enunciam a partir de uma voz discordante e pouco presente no imaginário dos leitores que entrariam em contato com a obra. Diante disso, o poeta, por meio da voz do eu-lírico, desafia uma crítica política a diversos grupos sociais do período, estando todos os leitores avisados

desde a primeira trova do livro. Assim, a literatura mostra-se como arma possível para agir contra preceitos tradicionais arraigados na população. E a atitude de Luiz Gama é, pelo viés da ironia, denunciando essas concepções a partir da consciência construída por meio do conhecimento que possuía das ações e costumes dos intelectuais do período, utilizando-se, nesse momento, da sátira para a construção de sua crítica.

Como Luiz Gama, o escritor Lima Barreto também parte do conhecimento sobre as práticas de uma elite para a construção de sua crítica. No romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, primeira publicação do escritor, em 1909, Lima Barreto desenvolve um texto para abordar os temas da invisibilização dos negros na sociedade, bem como a manipulação da imprensa. No mesmo período em que publicou esse romance, Lima Barreto já havia começado a obra *M. J. Gonzaga de Sá*, que só mais tarde publicaria. Por trás da publicação de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, segundo Lilia Schwarcz (2017, p. 211), havia um projeto: escandalizar o público leitor com a narração e com as referências utilizadas para a construção da obra.

No livro, uma das questões mais polêmicas é a construção de personagens baseados em pessoas e grupos do convívio social de Lima Barreto, como os jornalistas, “sujeitos à políticas de influência e a práticas corruptas de toda sorte”, e os literatos, “dândis sem responsabilidade social e com formação artificial e importada” (SCHWARCS, 2017, p. 211). Além disso, o escritor também satiriza um dos grandes jornais do período, e um dos que mais estavam em circulação, o *Correio da Manhã*, que aparece na obra sob o título *O Globo*.

Lima Barreto, já por meio desta obra, torna-se um dos maiores exemplos de literatura política, no sentido de externar o aspecto engajado da sua produção literária, por conta da identificação com as personagens que cria. A tomada de consciência de alguns de seus protagonistas é parte da conscientização do próprio escritor sobre a realidade social que vivencia. A atitude realizada por Lima Barreto não é apenas para provocar a mudança de pensamento do seu leitor, tampouco para alertar sobre o abuso das instituições e do Estado apenas com seu outro, mas, sim, mostrar-se como sujeito social, parte do processo de construção do seu texto e um dos interessados pela mudança que deveria ocorrer, se não por suas mãos, mas por meio do seu modo de refletir e externar suas frustrações com a organização social falha:

Sem dúvida, jaz latente aqui, como de resto em toda a sua obra, a inspiração haurida na experiência pessoal do autor. Relevo, entretanto que, traduzido numa criação artística, suas vicissitudes pessoais se despem do caráter confessional, adquirindo uma envergadura simbólica, transpondo o campo

de significação do particular para o geral, do individual para o social, do incidental para o universal. (SEVCENKO, 2003, p. 218)

Para o escritor, sua atividade baseia-se no espaço e tempo em que esteve, fazendo emergir as tensões e conflitos de seu tempo, mas excede esse presente, porque não é ele que satisfaz seus anseios, por isso, a função crítica sobressai nas obras de Lima Barreto. Os protagonistas trazem a marca do seu meio, e são objetos contundentes para a crítica social, pois são dotadas de uma dignidade tocante, ao mesmo tempo em que eram vítimas da sociedade. Longe de cultuar o aspecto civilizatório, o escritor expõe as fissuras do progresso e se opõe às fachadas erguidas sobre a miséria social, política e pessoal da população. Dessa forma, Lima Barreto propunha a comunicabilidade do seu texto com os leitores: se seu público mudava, a linguagem deveria chegar a todos, e é essa preocupação de ser compreendido que faz mais contundente sua crítica.

A atitude política, neste caso, sobressai a partir da perspectiva da denúncia angustiada frente as amarras sociais de seu tempo, desenvolvendo sua posição contra a opressão sofrida sob a face da cordialidade. No início do século XX, as teorias raciais versavam sobre o branqueamento da população, vendo na miscigenação uma salvação para a suposta inferioridade da raça negra, afinal, a figura do mulato, a meio caminho entre o negro e o branco, “conseguiu se impor na sociedade escravocrata do Brasil Colonial e Imperial como nova diferença sujeita a menos desigualdade.” (BARROS, 2014, p. 99). Em *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, o narrador afirma sobre o livro:

Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sofrimentos ao espírito geral e no seu interesse com a linguagem acessível a ele [...] Com elas [as recordações], queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obriga-los a pensar de outro modo; a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontram na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados. (BARRETO, 2010, p. 137)

A literatura de Lima Barreto é uma forma de recuperar a solidariedade entre as pessoas, “Daí a força de penetração e impacto perfeitamente calculada de seus textos, ajustados de forma notável ao papel crítico atuante e inconformista a que o autor os destinava” (SEVCENKO, 2003, p. 200). Para o escritor, a forma excludente como o progresso chegava e a falta de empatia com sujeitos marginalizados ia além de uma realidade crível, e esse era um dos motivos pelos quais dava um tom realista às suas narrativas, afinal, nada que pudesse imaginar seria maior do que o insólito processo de transformação do período de produção de suas obras. A feição triste de sua produção não destoava de uma realidade

circundante, em que era necessária a sua intervenção, assim como a de outros literatos e intelectuais³².

Em *Recordações do escrivo Isaias Caminha* a literatura de Lima Barreto surge com um fundo social, e escolhe, desde o princípio, um lugar de onde deve enunciar. A solidão é o sentimento que perpassa a primeira parte da narrativa, mesmo que saltem as críticas e ataques às elites. Tudo é transmitido com profunda amargura para tornar mais contundente a denúncia contra a exclusão social dos negros durante o período que se sucedeu à abolição. Entre os temas trabalhados na narrativa estão os modos de funcionamento da imprensa a partir do olhar de um homem negro, que forma uma segunda narrativa que leva à compreensão das relações de poder que se estabeleciam na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, essa perspectiva oferecida para a obra não marcou positivamente a carreira de Lima Barreto, pois a resposta para o audacioso escritor, que apenas iniciava sua produção literária, foi o silêncio que repercutia um futuro incerto para a empreitada de Lima Barreto no meio letrado a partir da publicação de romances:

Entre acertos e erros, escárnio e mensagem dirigida, Lima mostrava suas garras diante da imprensa, e fazia dela uma plataforma de ataque à República das Letras e a tudo aquilo de que se julgava excluído. A investida, forte, não foi em vão. No caso da imprensa, o silêncio foi o melhor contra-ataque. (SCHWARCS, 2017, p. 226)

Na primeira parte da narrativa, o foco recai sobre o personagem narrador, Isaias Caminha é um rapaz negro, de família humilde e que vivia distante da capital, mas que pôde lhe oferecer boa educação, uma oportunidade abraçada pelo personagem, que desenvolveu grande amor pelos livros. Já com parte de sua formação concluída, o jovem decide ir rumo ao Rio de Janeiro concluir os estudos e trabalhar, já estabelecido em sua cidade como um rapaz inteligente e desejoso de novos ares para suas ambições. Ao manifestar esse desejo, instala-se na família longo e profundo silêncio que, além dos receios com a mudança, guardava a compreensão de que, para um homem negro, certas barreiras atingiriam seus anseios. Poucos dias após chegar ao destino pretendido, Isaias Caminha afirma que

³²No limiar do século XX, o Rio de Janeiro era, além do maior centro populacional do país, a capital do progresso, uma cidade em plena ebulição e estruturalmente ainda pouco preparada para as diversas transformações planejadas para ela. Abrigando uma grande diversidade populacional, muitas eram as classes que sofriam com a precarização e epidemia de doenças, que assolavam principalmente a população mais pobre. Os quatro princípios de mudança para a higienização da cidade eram: a condenação de hábitos ligados à sociedade tradicional; a negação de elementos da cultura popular que maculavam a civilização; política de expulsão de populares do centro; e o cosmopolitismo agressivo, ações que promoviam a transformação da cidade e a tentativa de mudar os rostos e vidas que ocupavam o centro em pleno processo de urbanização (SEVCENKO, 2003).

Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão.

Oprimido com sua antevisão de misérias a passar, de humilhações a tragar, o meu espírito deformava tudo o que via. (BARRETO, 2010, p. 107)

Esse marcador de diferença para o sujeito negro na sociedade brasileira ocorre ainda no século XIX, com a população negra escravizada e, numa escala não muito diferente, com os negros alforriados. Em *Úrsula* é reconhecida a diferença entre ser livre verdadeiramente, associado com uma ideia de África como o espaço da liberdade, em contraposição à posição de alforriado em país escravista. Susana e Túlio são personagens que demonstram consciência em relação à escravização como prisão do corpo do sujeito negro, afligidos por saberem que mesmo quando sentem a liberdade em suas mentes, o corpo permanece preso ao sistema escravista. Na fala de Túlio, após construir a imagem de uma África de liberdade:

Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que se engolfara, e a realidade opressora lhe aparece – é escravo e escravo em terra estranha! [...] porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e o seu choro, só Deus compreende! Ela, não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora, porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos. (REIS, 2004, p. 39)

Como Túlio reconhece seu corpo preso por conta da escravização que o acompanha desde o nascimento, visto sua condição como filho de escravizada, também a personagem Susana não vê esperança de liberdade no país, sua concepção é muito mais forte do que a de Túlio, que ainda acreditava na alforria como uma forma de libertação. A velha africana, já tendo experienciado a verdadeira liberdade fora do sistema escravista, afirma a descrença acerca das possibilidades de liberdade do sujeito negro no Brasil, questionando a Túlio, após este ser alforriado: “-Tu! Tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?...” (REIS, 2004, p. 114). A mesma pergunta pode ecoar em espaço e tempo no país, encontrando, inclusive, o contexto pós-abolição de Isaías Caminha, o qual Lima Barreto situa sua narrativa.

Para Isaías Caminha, mesmo no contexto do século XX, o sentimento de opressão pronunciara-se em virtude de sua cor, ocorrendo situações de inferiorização ainda no decorrer da viagem para o Rio de Janeiro, em que se mostrava para o jovem toda a configuração de uma sociedade que apenas há pouco tempo era vista sem o jugo do sistema escravista³³. Nesse

³³Após a abolição muitas práticas contra o negro continuaram colocando-o como sujeito inferior socialmente, pautando-se na organização social baseada na cor, o que fundamentava ferramentas do Estado para distanciar o

contexto, o personagem encontrava-se sob uma estrutura social muito recente, o que contribuía para uma espécie de incompreensão em relação à forma como era visto e tratado socialmente naquela cidade. A evidência do preconceito racial inicia com pequenos indícios que promovem a confusão em Isaías Caminha, mas que, aos poucos, toma a forma de uma consciência dos processos de subjugação do negro no momento de efervescência da urbanização no Rio de Janeiro.

O incômodo em relação à presença de Isaías Caminha, bem como a rejeição ao seu reconhecimento como um estudante, entre outros tratamentos recorrentes na chegada à capital, e outros elementos que reforçam a concepção de que “a escravização cessara apenas formalmente, caso se tome em consideração as condições de vida possíveis aos negros libertos nas ilhas” (ALVES, A., 2014a, p. 90). Tudo isso promove a transformação do personagem, da inocência e desejos dos seus dezenove anos, ao forçado processo de amadurecimento, se não pela idade, pelas situações de miséria e acusações de falta de capacidade, fundamentadas nas concepções sobre sua cor. Ainda no trem para a capital surge o primeiro ímpeto para a conscientização do personagem:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: "Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!" Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa. Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços

negro da ascensão social. Mesmo em tempos e espaços não muito distantes da atualidade, conforme Mott (1988, p. 29) “Muitos dos adjetivos que qualificam, ainda hoje, o negro de forma pejorativa resultam da resistência de seus antepassados à escravidão: nada realizava além do necessário, daí ser considerado ‘preguiçoso’, fingia-se ignorante e incompetente, portanto ‘infantil’ e ‘incapaz’”. Além disso, a forma como o processo de abolição ocorreu também não favoreceu a mudança das concepções negativas acerca do negro, ainda visto, assim como os abolicionistas, como responsáveis pelas dificuldades financeiras de fazendeiros que tinham perdido suas fortunas após a abolição e, “Cinquenta anos depois, ainda era possível ouvir o eco dessas vozes” (COSTA, 2008, p. 128), que culpavam o negro por uma espécie de desgraça econômica, enquanto aos negros libertos restava a escolha entre a miséria e a opressão. Dessa forma, as mobilizações abolicionistas, protagonizadas por negros e brancos, bem como a resistência dos escravizados, especialmente na última década antes da abolição, marcaram o modo como o sujeito negro passou a ser visto socialmente nas décadas seguintes, mantendo-o distante de posições sociais privilegiadas.

não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. (BARRETO, 2010, p. 79-80)

Pronuncia-se novamente o conhecido silêncio que marcou sua ida ao Rio de Janeiro. A reação não se esboçava de modo a fazer crer sua visibilidade de maneira positiva aos olhos dos que sentenciavam Isaías Caminha a partir de convicções construídas em torno da cor³⁴. A angústia pela necessidade da compreensão de que algo poderia lhe furtar os seus anseios é marcante na primeira parte da narrativa, em que há o reconhecimento de como o sujeito negro era visto naquela sociedade, manifestado inclusive pelo fato de não saber como reagir em situações como a citada acima. A busca por compreender a motivação pelo tratamento a que foi relegado torna sua angústia mais latente, ao passo que transmite ao leitor o reconhecimento dessa motivação, ainda que de maneira confusa e incrédula³⁵. Como análise última a ser considerada, sua tez “pronunciadamente azeitonada” encobre as outras considerações sobre si, como se um manto se formasse sobre seu físico, até que, para a dimensão social onde estava sendo inserido, apenas esse aspecto sobressaísse em sua formação física e de caráter. Analisando o modo como está fundamentado o racismo institucional no país, percebe-se que as marcas da escravização e das concepções ideológicas acerca da população negra seguem presentes:

³⁴Mesmo que Lima Barreto tenha escrito em um período diferente de Luiz Gama, já sem o jugo do sistema escravista como sombra a refletir sobre sua criação literária, sentimento semelhante de constatação acerca dos julgamentos empreendidos pela sociedade perpassava na narrativa, marcada pelo tom de ironia, no entanto, marcada também pelo sofrimento de cada um de seus personagens ao perceberem a continuação do estigma da escravidão após décadas passadas da abolição. O momento de compreensão do preconceito e do racismo forma um impacto necessário na narrativa, de modo que é esse impacto que, mesmo diante de um período diferente do pré-abolição, explica o contexto de discriminação e formação das desigualdades sociais, que até os dias atuais atravessa a vida de sujeitos negros. Dessa forma, “Mesmo em sujeitos negros contemporâneos, hoje inseridos e integrados em ambientes democráticos e de garantias constitucionais universais, as práticas socialmente convencionadas de segregação e intolerância rememoram a estes sujeitos, cotidianamente, que ‘a marca está presente’. Mesmo que nenhuma negra(o) estejam formalmente escravizadas(os), rememora-se cotidianamente a sujeitos negros seu suposto lugar, como forma de assinalar que ‘a marca está presente’, seja em seu fenótipo, seja em quaisquer signos que tracem uma aproximação de qualquer natureza com a ideia comum de culturas africanas subsaarianas.” (ALVES, A., 2014a, p. 80) Essa afirmação dialoga, ainda, com a produção literária de outros escritores, que igualmente reiteram a presença dessas marcas, como Carlos Assumpção, no poema “Protesto”, quando relembra o passado e sua continuidade nos versos “Sobre grillhões e correntes/ Que no passado eram visíveis/ Sobre grillhões e correntes / Que no presente são invisíveis / Invisíveis mas existentes”.

³⁵Cuti (2010, p. 4) explica a histórica violência do discriminador praticada contra o sujeito negro, justificando essa prática como uma espécie de medo branco em relação à ascensão do negro, bem como o receio pela reação de vingança desse sujeito contra a opressão sofrida, seja no contexto pré-abolição ou no período pós-abolição: “Na época colonial, os escravizadores usavam a técnica da violência preventiva. Para lermos o presente das relações raciais no Brasil, temos de considerar o significado daquilo hoje. A prática discriminatória é uma intimidação que funciona no dia a dia como uma atitude preventiva dos brancos racistas contra o que os assusta. Um negro com poder, para a consciência e, sobretudo, inconsciência racista, só pode significar a prática da vingança.” Assim, o personagem de Lima Barreto transita por esse momento de reconhecimento do discriminador da possível retaliação contra seu preconceito, desse modo, reveste-se dessa mesma violência preventiva, buscando demarcar um espaço inferior para o sujeito negro.

Como se o atual cenário político-cultural brasileiro operasse uma atualização, radical e tácita, do princípio *one drop rule*. Fundamos-nos em outras matrizes jurídicas, mas a fundamentação de nossos racismos adota, em suas últimas consequências, um princípio análogo como justificativa de supressão da diferença associada ao fenótipo negróide. (ALVES, A., 2014a, p. 80)

Outros momentos concretizam a transformação do personagem, desde sua dificuldade em encontrar um emprego, a impossibilidade de voltar aos estudos, o emprego de contínuo na redação do jornal *O Globo*, não correspondente a sua formação, mas apenas o suficiente para mantê-lo no lugar social destinado aos de sua cor. A mudança é completada quando Isaías Caminha afasta-se de sua família e, finalmente, vê-se estabelecido e resignado na posição que lhe foi conferida. Diante disso, deixa-se levar pela ilusão de ter alçado ao mais alto de sua competência, mesmo sabendo do contrário, afinal, por mais que se destacasse pessoalmente, a própria estrutura social, expressa pela ideia de supremacia branca, já havia designado sua posição. Assim, a própria construção moral do personagem é ressignificada no decorrer da narrativa, de tal forma que os dramas da primeira parte logo cedem lugar para outros temas, visto que o processo de conscientização sobre sua condição no espaço e tempo em que estava inserido resultava no simples reconhecimento de que, se havia muito a ser feito para promover uma mudança, poucos eram os instrumentos disponíveis e poucos os efeitos alcançados.

Lima Barreto traça no romance muito do que seria a construção de sua literatura nos anos seguintes, mantendo o aspecto combativo e a compreensão das relações sociais estabelecidas em seu entorno, desenvolvendo a criação literária a partir de seu lugar de fala. Isaías Caminha narra suas memórias resignado com o que vivenciou no Rio de Janeiro, focando no modo como se manifestava o preconceito racial em suas diversas faces. A narração do protagonista indica que “um rapaz nas condições de Isaías, com todas as disposições, pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas batido, esmagado, prensado pelo preconceito” (BARRETO, 1911 apud BARBOSA, 2010, p. 41), um argumento que aponta a atitude política do escritor frente às estruturas sociais de seu período de atuação, ao tempo em que se encontra com as estruturas de poder dos anos seguintes³⁶.

³⁶Ainda no século XX, com diversas transformações desde a publicação do romance de Lima Barreto, o preconceito surge sob outras faces e lança-se ao negro de maneira diferente, acentuando-se a indiferença da população branca em relação às complexas teias sociais que afastam o sujeito negro da possibilidade de ascensão. Oswaldo de Camargo, no livro *A descoberta do frio*, publicado originalmente em 1979, problematiza a questão do preconceito racial. Ao construir a narrativa, Oswaldo de Camargo entra para a corrente de escritores negros que não se omitem de tratar de temáticas pertinentes a essa população; ao grupo de escritores que não embranquecem sua escrita em busca de melhor aceitação da crítica, ao contrário, faz da literatura um instrumento de luta pelo qual combate o preconceito, construindo uma estética negra que provoca a crítica literária, o leitor e a todo aquele que, assim como como os personagens brancos racistas da narrativa, não

Já no final do século XX, com a construção de bases mais sólidas da literatura negra brasileira, há a consolidação da atitude de reconhecimento das práticas de marginalização da população negra no país, enfatizando a indiferença como um dos fatores que fortalece essa concepção, o que deu margem para o desenvolvimento de outras perspectivas para a constituição da literatura negra brasileira, promovendo configurações variadas de criação dessa literatura e sujeitos que ocupam suas páginas. Conceição Evaristo é uma das autoras que souberam olhar esse desenvolvimento para firmar a concepção da literatura negra de autoria feminina, tendo a mulher negra como principal personagem para a composição literária. Ao concordar com pesquisadores que afirmam a existência do ponto de vista, a autora oferece novos significados a ele, afirmando que ele não surge por geração espontânea, havendo um sujeito responsável por criá-lo a partir de sua subjetividade. Além disso, há também a figura do sujeito receptor desse texto, um deles o leitor negro, que poderá identificar resquícios de sua própria memória naquilo que é narrado por meio dos personagens de Conceição Evaristo.

Em seu romance inaugural, *Ponciá Vicêncio* (2003), conforme a própria escritora, há muito de suas vivências e memórias em um contexto social humilde materialmente, mas rico em histórias, costumes, poesias e tradições, que acabaram tornando-se mote para sua produção literária. Um dos motivos que a leva a escrever é falar contra a submissão das mulheres, alteando, por meio da escrita, as indagações que tanto a incomodavam desde a infância, que, no fundo, são permeadas pelas situações de imposições machistas, desigualdade social, preconceito. Escrever, recriando essa reflexão sobre a realidade vivenciada a partir daquele já mencionado “contradiscorso literário a uma literatura que estereotipiza o negro [...] a enfática denúncia contra o racismo e as injustiças sociais que pesam sobre o negro na sociedade brasileira.” (EVARISTO, 2014, p. 114), percepções que fundamentam seu entendimento sobre a literatura negra brasileira, é um modo de responder a perguntas que a incomodavam, e que foram aos poucos sendo compreendidas, seja por meio do conhecimento adquirido pelos livros, seja por meio de suas próprias experiências.

No poema “Do fogo que em mim arde”, presente na antologia *Poemas da recordação e outros movimentos* (2017), a literatura negra brasileira é um projeto de enfrentamento aos discursos universalizantes de construção do objeto literário, um meio pelo qual sujeitos negros produzem o objeto artístico a partir de, entre outros tantos temas, sua própria

conseguem demonstrar mais do que a indiferença. Assim, o teor da atitude política presente na obra sobressai por meio da denúncia das violências institucionais que abandonam o sujeito negro à própria sorte, bem como a partir do efeito que provoca e do seu modo de construção. A concepção da estética negra construída a partir da literatura permanece ainda na atualidade, em que a literatura negra brasileira é estruturada por meio da quebra da expectativa da crítica literária, marcada pelo preconceito, a respeito da produção de sujeitos negros.

subjetividade e experiência na sociedade brasileira de hoje. A possibilidade de sujeitos negros apresentarem sua própria voz é o fogo que traz a luz aos olhos embaçados pela história literária canônica, e destrói a ideia de que ao sujeito negro restam apenas as formas consideradas menores de cultura no país. Se for necessário o fogo para abrir caminhos, se for por meio dele que o sujeito negro é revelado como sujeito, esse mesmo fogo está sendo disseminado e alcançando espaços antes impensáveis:

Sim, eu trago o fogo,
o outro,
não aquele que te apraz.
Ele queima sim,
é chama voraz
que derrete o bivo de teu pincel
incendiando até às cinzas
O desejo-desenho que fazes de mim.

Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
é este o fogo,
o meu, o que me arde
e cunha a minha face
na letra desenho
do autorretrato meu.
(EVARISTO, 2017, p. 81)

Como Luiz Gama, Conceição Evaristo também marca o lugar de onde enuncia, bem como o desejo de, pela escrita, subverter o pensamento social em torno do negro, questionando as representações desse sujeito, especialmente em contextos ligados à intelectualidade. Seja na literatura ou em outros âmbitos, a representação desse sujeito segue, majoritariamente, o caminho do estereótipo, mesmo contemporaneamente, quando nota-se a demanda pela emergência nos estudos que tratam da população negra no Brasil. Assim, o olhar para a subjetividade negra, de forma a afirmar sua posição enquanto autor do discurso, e capaz de construir bases que sustentem sua posição consciente e opositiva em relação às práticas sociais que o fixam em posição submissa, é necessário para o desenvolvimento de uma estética que se torne ponto de questionamento. Conforme Ella Bispo (2017, p. 16-17),

Compreendendo que a ideia de sujeita mulher e negra que figura na literatura canônica está consolidada pelo olhar Branco e masculino, nos versos de “Do fogo que em mim arde” (EVARISTO, 2008, p. 19) o eu poético sinala uma recusa ao fogo imputado exogenamente e faz da chama própria a matéria para cunhar sua imagem na “letra-desenho”, celebrando a liberdade de autorrepresentação literária desde um corpo negro e feminino. Em muitas

culturas o fogo é considerado um elemento sagrado no qual o poder de destruição está lado a lado com o potencial para o renascimento e a sequente elevação. Como potencializador de transformações, tal elemento está relacionado às emoções e à força criativa interior.

A voz da mulher negra, assim, fundamenta as prerrogativas da construção dessa literatura, alteando um pensamento que manifesta, na atualidade, sua compreensão do duplo processo de marginalização da mulher negra socialmente. Por meio dessa literatura, a memória evoca um passado de escravização e angústias, ao tempo em que reage por meio do reconhecimento da própria força. São por meio dos textos da literatura negra brasileira que “a representação do passado, a partir do lugar de enunciação de homens e mulheres negros e negras, que descendem de um longo processo de escravização, advoga que a marca do impacto das violências sofridas pelo tráfico e pela diáspora está presente diuturnamente.” (LEAL, 2016, p. 17), e é a partir dessa representação que funda-se o enfrentamento necessário nos atuais contextos de deslegitimação de vozes negras atuantes e racismo estrutural.

Essa mesma compreensão perpassa outros momentos da participação da mulher negra na vida literária, a exemplo de Maria Firmina dos Reis, que expressa, por meio de suas narradoras, eu-líricos e personagens, um olhar acerca de construções e amarras sociais na criação de sujeitos inseridos nessa complexa cadeia de relações sociais.

As atitudes políticas de todos esses escritores e escritoras se manifestam ao público desde o momento em que se propõem a escrever, do momento em que buscam inserir-se em um meio que lhes é, por vezes, negado. Além disso, quando optam por tratar sobre temas que indicam o enfrentamento direto ao discurso hegemônico, traçam de maneira incisiva o seu próprio lugar de fala como homens e mulheres negros e negras, afinal, visto a singularidade de cada uma das obras desses escritores e escritoras, de seus estilos, considerando a diversidade apresentada em suas literaturas, o lugar de sujeitos negros que os inscrevem no mundo transparece, na medida em que constroem uma estética negra, mesmo sem a consciência exata dessa expressão, como no caso do século XIX.

Na análise dessas literaturas sobressai, assim, a possibilidade de criação de projetos literários ligados, em certa medida, pela perspectiva de resistência e oposição aos discursos que inferiorizam sujeitos negros, inclusive quando estão presentes no âmbito da intelectualidade. A diversidade de temas, formas de expressão, características próprias do projeto literário dos autores, fazem da definição de atitudes políticas, e do conceito de literatura negra brasileira, algo muito amplo e sujeito a contínuas mudanças, no entanto, promover essa reflexão e tornar mais acessível o contato com as obras de escritores dessas literaturas pode ser uma forma de agenciar novos questionamentos, novas definições e novos caminhos para a compreensão dessas literaturas e atitudes políticas.

3 IMPRENSA E LITERATURA FEMININA NO SÉCULO XIX

A primeira e mais conhecida obra de Maria Firmina dos Reis é o romance *Úrsula* (1859), em que salta nas pesquisas atuais o aspecto antiescravista impresso na narrativa, o que faz da escritora importante nome da literatura negra brasileira. Mas, para além de sua produção em prosa, muito de sua produção literária foi construída durante os cerca de cinquenta anos em que atuou na imprensa, especialmente com poesias publicadas entre as décadas de 1859 a 1911 em diversos jornais maranhenses, além da participação na coletânea *Parnaso Maranhense* (1861) e a publicação do livro *Cantos à beira-mar* (1871), assim, analisar a abrangência dessa produção é ver como a escritora soube modelar os temas, o estilo e a linguagem em busca da aceitação de seus escritos, ao tempo em que promovia a reflexão acerca do papel social da mulher e sobre a situação do sujeito negro nesse contexto.

A produção poética lhe rendeu a atenção do público leitor e comentários positivos sobre sua produção, quando tinha seu nome mencionado ao lado de “a poetisa maranhense...” ou “a professora pública de Guimarães...”, demonstrando o reconhecimento dos jornais do período oitocentista em relação à atuação literária da escritora. Assim, procura-se abordar um pouco sobre o entorno de Maria Firmina dos Reis, afinal, como mulher e negra, essa ascensão ao mundo das letras não se fez por acaso. Durante algum tempo, pode-se observar as variações na forma como a escritora e professora aparece nos jornais. Diante disso tudo, surge uma espécie de teia de relações sociais estabelecidas, que merecem atenção para que se compreenda melhor sua atuação na imprensa e as possibilidades nesse meio.

Nos dois tópicos seguintes, aborda-se um pouco sobre a sua literatura, a parte do gênero poético, com dois objetivos: analisar o contexto de entrada do público feminino no meio letrado, identificando as possíveis dificuldades e anseios que o novo movimento promovia para as mulheres; e considerar sua produção poética como expressão dos sentimentos vividos como sujeito inserida no meio social. Para tanto, recorre-se à pesquisas que contribuem para pensar a participação da mulher na vida social, assim como de que maneira esse aspecto aparece nas obras da escritora, como algo que denominamos aqui como “olhares sobre o feminino”, identificando marcas que possibilitam relacionar os temas das poesias a esse contexto feminino do século XIX. Além disso, considera-se a noção de Escrivivência, que une o ponto de vista do texto e a autoria à produção literária; e, ainda, a experiência expressa pela escritora em seus textos, sendo suas poesias mais uma das formas de compreender sua atuação no meio letrado. Conforme Diva Cunha (2014, p. 257):

Até as primeiras décadas do século XX, o espaço da informação, do saber e, por extensão, do poder, era âmbito exclusivo do masculino. Escrever e publicar era quase impensável para as mulheres, que, limitadas ao espaço privado, não tinham como competir de igual para igual com os homens. Para ser aceita como escritora, a mulher necessitava enquadrar-se no modelo do feminino estabelecido pela sociedade, abrindo mão dos seus mais legítimos anseios e sufocando os seus desejos. A adequação ao modelo imposto exercia-se tanto na vida real e no controle de sua produção, que passava pela escolha dos temas, no tratamento dado a estes, quanto na própria linguagem, que determinava o vocabulário a ser usado.

A adequação às regras sociais e modelos é mais um aspecto do *contexto proibitivo* de atuação de Maria Firmina dos Reis enquanto escritora. Na análise de suas obras nota-se o modo como se relaciona a outras produções femininas, tanto em relação à linguagem quanto aos temas abordados e o modo de tratá-los na literatura. Se, por um lado, é possível identificar certos contrastes, em geral, a poesia da escritora toca em assuntos caros ao público feminino e ao movimento literário característico, de forma a possibilitá-la ascender no ambiente letrado, conquistando leitores por meio do apelo a sentimentos adequados ao período de sua atuação.

Suas poesias, gênero mais presente nos jornais, não abordam de modo enfático o tema da escravização negra, tema a que os estudos atuais vinculam a obra da escritora, assim, no terceiro tópico do capítulo, as análises são dedicadas ao romance *Úrsula* e ao conto “A escrava”, sobre os quais é possível analisar seu posicionamento antiescravista, bem como o lugar de fala de onde seus textos são construídos ao abordar o tema da escravização. Essas obras trazem o contexto histórico-social em que a escritora publicava, assim como práticas e costumes do tempo, inclusive das relações sociais estabelecidas entre senhores e escravizados. O aspecto da memória e a fala de sujeitos negros abordando sua história são igualmente presentes, fazendo dessa literatura ponto chave de discussão acerca do lugar de fala e modos de expressão da literatura negra brasileira no século XIX, a partir das especificidades desse contexto. Assim, o último tópico traz alguns dos problemas atuais acerca da obra de Maria Firmina dos Reis, mas não se desvinculam de outros aspectos de seu trabalho como escritora.

Percebe-se que, em sua obra antiescravista, Maria Firmina dos Reis trabalha a temática da escravização representando o personagem negro sob uma ótica positiva, ancorada não somente na perspectiva cristã de construção do modelo de escravizado, mas na perspectiva de humanização desse sujeito, apresentando-o com caráter virtuoso, ao passo que também demonstra consciência e resistência em relação ao sistema que o oprime. Essa construção se deve, em grande medida, ao lugar de fala da escritora, que permeia seus escritos de maneira a manifestar aspectos, por muito tempo, desconsiderados dos textos canônicos que tematizam a escravização, em especial, a constituição de um “Eu” que narra as experiências.

3.1 Imprensa feminina e subversão aos padrões vigentes

Ao falar sobre escrita feminina no século XIX implica que iremos falar sobre as dificuldades de reconhecimento, as dificuldades de publicação, o empecilho encontrado desde a busca pelo espaço para desenvolver o texto literário. Fala-se, ainda, de um confuso período em que, ora se incentiva a empreitada feminina, ora se julga a mulher como sujeito incapaz, ou mesmo uma ameaça, que vê na emancipação feminina algo que alteraria irremediavelmente a ordem natural do mundo³⁷.

Para os homens, essa transformação provocou certos temores, a ponto de, por algum tempo, utilizarem-se de estratégias que pudessem barrar esse deslocamento de posição social das mulheres, ao que elas também respondiam com outros métodos, como a utilização de pseudônimos masculinos em suas produções, conforme Queiroz (2009, p. 209), um meio funcional, ainda que com poucas ocorrências no Brasil, para transpor a agressividade masculina. A mulher, dessa forma, torna-se uma espécie de ameaça, e o reconhecimento vindo de uma ou outra nota nos jornais fortalece o movimento de emancipação, mesmo que de maneira ainda difusa, em meio a elogios que valorizavam a inteligência, e especialmente o propósito sentimental das poesias.

Ao mencionarmos a obra de Maria Firmina dos Reis não nos distanciamos muito desse contexto, afinal, ao olharmos as centenas de jornais que circularam na sociedade maranhense no período em que atuou a escritora, bem como a falta de comentários críticos mais aprofundados sobre sua produção, dentro ou fora dos jornais criados e direcionados para o público feminino, fato é que Maria Firmina dos Reis não era uma mulher desconhecida na região, mas tampouco chegou a aproveitar qualquer prestígio mais relevante na sua carreira literária, como outros poetas maranhenses do mesmo período, a exemplo de Gonçalves Dias ou Sousândrade. Não que faltasse talento à escritora, ou que ela não seguisse as normas e

³⁷Neste tópico o objetivo principal é tratar sobre a escrita feminina no século XIX, de modo a compreender o contexto em que a escritora Maria Firmina dos Reis esteve presente no meio literário. No entanto, cabe salientar que há um ponto que diferencia Maria Firmina dos Reis de outras escritoras do mesmo período, que hoje são mais conhecidas, a exemplo de Júlia Lopes de Almeida, Nísia Floresta, Luíza Amélia de Queiroz, entre outras: a escritora maranhense foi uma mulher negra, duplamente marginalizada. Além disso, até onde se sabe, não casou ou teve relacionamentos com homens da elite letrada, de forma que pouco se conhece em relação às possibilidades que a levaram a publicação de seus livros e textos nos jornais. Na discussão empreendida não desconsideramos esse aspecto central do fato de Maria Firmina dos Reis ter sido uma mulher negra, no entanto, é preciso mencionar que a crítica literária em torno da atuação da mulher negra na imprensa é mais escassa, contrapondo-se à enorme quantidade de material que temos sobre a condição da mulher (branca) no século XIX, sobre sua atuação na imprensa ou no meio letrado, sobre as possibilidades de ascensão nesse meio, entre outros aspectos. Desse modo, na construção do tópico, utilizamos os textos que dispomos acerca da temática, estudos voltados sobre a atuação da mulher branca, que traz semelhanças com a trajetória da mulher negra, mas também algumas diferenças que pouco podemos mensurar no atual momento da crítica literária acerca da atuação dessas mulheres negras.

estilos formais da literatura Romântica praticada até então; vemos que um dos problemas centrais recai na instrução formal destinada às mulheres e ao incentivo precário à produção feminina, ainda que um incentivo existente, que certamente Maria Firmina dos Reis soube aproveitar para manter-se intelectualmente ativa e atuante na imprensa local.

No período em que a escritora maranhense atuou, a escrita feminina não era uma atividade considerada frutífera para mulheres, afinal, muitas sofriam ataques por essa atividade, além de serem rotuladas de maneira negativa socialmente, caso desejassem seguir a carreira pública como escritoras. Segundo Terezinha Schmidt (2000), toda a construção literária nacional é pautada por um viés masculino, em busca de uma irmandade horizontal de nação, de cunho universalista, sobre a qual a mulher do século XIX não pôde erigir sua voz, tendo em vista que foram sempre “destituídas da condição de sujeitos históricos, políticos e culturais” (SCHMIDT, 2000, p. 86). Sob essa perspectiva, a escrita feminina recai, em grande medida, em um silêncio apropriado para se manter a construção romântica da nacionalidade nascente.

Retornando à discussão em torno do cânone literário, cabe salientar que estar nele significa possuir, dentro de um âmbito de poder, a representatividade em torno de uma narrativa. Schmidt (2000), assim como Norma Telles (1997) e Edward Said (2011), aponta que o cânone literário nacional foi construído de forma a apagar ou promover o esquecimento sobre as diferenças, assim, a escrita feminina ou uma narrativa sob outro prisma, que não o hegemônico, estaria passível de questionar bases de estabilização do ideal nacional do contexto oitocentista. Conquistar o direito a representatividade, em especial para as mulheres, mantida em ambiente interno pelo controle patriarcal, mas também para outros grupos marginalizados, significava desatar amarras sociais construídas com o objetivo de manter um discurso único sobre o qual um grupo hegemônico se constituía, qual seja, o de homens brancos (DALCASTAGNÉ, 2012), representantes de uma elite intelectual e cultural no Brasil. Em relação à nascente escrita feminina, conforme Queiroz (2011, p. 204):

A leitura e a escrita de romances, no século XIX, conquistavam o universo feminino e pareciam bastante adequadas às mulheres. Tanto a leitura quanto a escrita dos romances permitiam às mulheres o acesso a novos espaços geográficos, sociais, culturais e humanos, através das descrições detalhadas de estados psicológicos interiores e de cenas exteriores. Possibilitavam perceber as cidades em movimento; acompanhar suas sociabilidades pela imaginação; erotizar-se, viver paixões intensas, conhecer o mundo proibido do amor e da sexualidade, mesmo que de forma imaginária [...] Nesse século, o romance atinge o apogeu como gênero, ao tempo em que as mulheres passam a ter forte presença como escritoras e como leitoras. Entretanto, essas novas práticas não são aceitas passiva e pacificamente em

virtude dos deslocamentos sociais que propiciavam, às vezes silenciosos, mas quase sempre tagarelas, que eram vistos como desconfiguradores dos papéis atribuídos a cada sexo.

Escrever no século XIX, para as mulheres, poderia significar uma afronta ao funcionamento da sociedade, marcada ideologicamente pela figura do homem em atividades intelectuais e a mulher nas atividades domésticas e criação dos filhos, submissa ao poder masculino. Na atividade da escrita, aos homens era importante tratar de questões filosóficas e sociais, enquanto às mulheres, quando lhe era permitido ler e escrever, e isso significar uma atividade produtiva, estavam destinadas apenas as frivolidades e temas pouco ligados ao convívio social. Ler e escrever deveriam ser exercícios no interior dos lares, sem reflexões que levassem a mudanças. A participação na imprensa, igualmente, era mais aceita para os homens, apesar da existência de jornais editados e destinados ao público feminino, alguns dedicados a reafirmar a cultura patriarcal, e outros permeados pela questão educacional e reflexões acerca do papel da mulher, afirmando um desejo de emancipação feminina, que somente mais tarde teria eco expressivo.

Nesse contexto de tímida entrada das mulheres no mundo das letras, e do letramento a partir do acesso às escolas³⁸, as revistas e jornais que circulavam na sociedade eram os principais meios para que a mulher exercesse aquilo que aprendia aos poucos, mas nem por isso deixaria de ser desenvolvido. O aprendizado da leitura leva esse público aos romances folhetins, um dos responsáveis por possibilitar o crescimento da leitura no Brasil, e logo aos volumes completos de romances europeus, considerados perigosos em virtude dos comentários que tinham origem em países como a França e o talento de George Sand, considerada um antimodelo feminino e péssima influência para as novas leitoras (QUEIROZ, 2011, p. 204). Os jornais não eram naturalmente os espaços prontos para a escrita feminina, ao contrário, a participação da mulher nesse meio é fruto de lutas que enfrentaram o

³⁸Conforme Lúcia Mott (1988), durante o período colonial, a educação feminina não era vista como algo necessário, de modo que não existiam escolas para mulheres, apenas a possibilidade de educação nos conventos para um público muito limitado de mulheres ricas. Para as mulheres pobres, indígenas e negras, qualquer tipo de educação formal era dificultado, ocorrendo casos diminutos de mulheres negras alfabetizadas. Com a chegada da família real ao Brasil (1808), ocorreram transformações no âmbito político, econômico e cultural do país e, entre eles, anos depois, também no campo educacional. O acesso à educação primária para as mulheres por meio das escolas ocorreu por volta de 1827, quando “foram instaladas as primeiras escolas para as meninas e realizados os primeiros exames para admissão de professoras. Somente mulheres de comprovada honestidade e prudência poderiam candidatar-se. Além de alfabetizadas e com conhecimento das quatro operações exigia-se das professoras saber costurar e bordar!” (MOTT, 1988, p. 56). Nesse momento o número dessas escolas no país era mínimo, e a quantidade de professoras insuficiente para a demanda, promovendo um ensino precário, mas que possibilitou a entrada da mulher no mundo das letras, além de causar receio em relação às mudanças sociais advindas da nova prática. Tudo isso era acompanhado também pelo desenvolvimento da imprensa no país, uma mostra do desejo de construir o ambiente para o desenvolvimento da modernidade no Brasil.

contraditório momento de resignação e emancipação feminina no período, sendo a escrita nos periódicos mais um dos meios de reivindicação e conquista de novas formas de visibilidade para a mulher.

Havia, assim, o local fixado de postura social da mulher, e as leituras poderiam provocar mudanças indesejadas. Mas esse movimento foi inevitável, afinal, tanto a mulher entrou em contato com tais escritos perniciosos, quanto manifestaram suas críticas sobre cada um deles, e também produziram seus próprios textos literários, contestando a ideia de que, no século XIX, “à mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação” (TELLES, 1997, p. 403). Além disso, elas fundaram espaços para isso, confrontando instituições limitadoras calcadas na percepção da mulher como sujeito passivo, como a escola, a família, a Igreja, o Estado, instituições legitimadoras da opressão e importantes para a construção da imagem da mulher esposa e mãe, distante das atividades intelectuais. Nesse contexto,

O discurso sobre a ‘natureza feminina’, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando ‘usurpadora’ de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição. (TELLES, 1997, p. 403)

Maria Firmina dos Reis, em registro do seu *Álbum de lembranças*, documento onde mantinha registros espaçados de sua vida, desenvolve um texto dividido em três partes sob o título “Resumo da minha vida”, em que podem ser verificados escritos que abordam sobre a vida da mulher na sociedade oitocentista, e uma visão dos padrões estabelecidos por esse discurso. Nesses textos são narrados sentimentos de desesperança em relação a muitos aspectos de seu estar em sociedade. A escritora menciona o poder opressor da instituição escolar, a falta de instrução formal mais completa, a solidão, a saudade da infância como época de inocência, entre outros aspectos que se confundem com outros registros de mulheres do século XIX:

De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores, que minha avó cultivava com tanto esmero; talvez por isso eu tanto ame as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã, e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância; e nos seus seios eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos. (REIS in MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

Neste trecho, mostra-se a falta de instrução formal e a conseqüente insatisfação com relação à sua tímida presença na vida de diversas mulheres, que, como ela, registram a condição de isolamento pela qual se mantinha a ordem patriarcal. A casa materna, ou o ambiente interno e distante das rodas sociais, na companhia de outras mulheres que contribuíram para a formação de Maria Firmina dos Reis, dão termo às “disposições naturais” que revelam uma fragilidade contestada pela própria escritora, ao inserir-se em meio público por meio de seus trabalhos como escritora e professora de primeiras letras. Assim, ao mesmo tempo em que é reconhecida a tentativa de distanciar a mulher da vida pública, toma-se isso como mote para que, por meio da escrita, se questione o papel social destinado a elas. Ainda neste trecho percebe-se a insatisfação sobre a qual não se sabe o real motivo, afinal, o natural resume-se a uma vida de privações, ir além disso poderia provocar estranhamentos, sentimento esse externado na narração.

Sentimento semelhante pode ser reconhecido no poema “Minha Vida”, publicado em 13 de maio de 1861 no jornal *A Verdadeira Marmota*, e na coletânea *Parnaso Maranhense*, no mesmo ano, com algumas alterações³⁹, em que, já na primeira parte, observa-se a construção de um eu-lírico melancólico, a mesma melancolia presente em diversos registros do *Álbum* de Maria Firmina dos Reis. Além deste sentimento, tem-se a percepção da vida de maneira negativa, destacando-se a tristeza e a solidão dos dias, mas não sem a busca da menor beleza que possa se harmonizar com os sentimentos do eu-lírico, visto que mesmo os movimentos da natureza parecem expressar uma espécie de aflição intransponível:

Um deserto espinhoso, árido e triste
Atravesso em silêncio. Erma solidão!...
Nem uma flor, que ameigue estes lugares.
Nem uma voz que amenize o coração!

É tudo triste... e a tristeza acaso
Convém a minha alma?... oh dor! oh dor!...
Eu amo acalantar-te no imo peito,
Como a fragrância, que se esvai da flor.

Secas as folhas pelo chão caídas.
Calcada aos pés, o seu ranger me apraz;
Um ai sentido como que murmuram.
Que lembra as queixas, que o proscrito faz.

³⁹Transcrevemos um trecho do poema como publicado na coletânea *Parnaso Maranhense*, pois as edições do jornal *A Verdadeira Marmota* não podem mais ser encontradas; temos contato com esta poesia como divulgada neste jornal apenas por meio do livro de Morais Filho (1975), que traz esse e outros poemas da escritora publicados no mesmo periódico.

E atenta eu escuto esse gemer queixoso,
 Que com minha alma triste se harmoniza,
 Não sei se ameiga as dores; mas ao menos
 Meus profundos pesares – ameniza. (REIS, 1861, p. 223-224)

Esse poema traz a perspectiva do encontro entre o sentimento de melancolia, ou uma dor espiritual que se desconhece a origem, e a percepção de vida de maneira triste e solitária, que parece ser natural ao eu-lírico, possibilitando a relação entre a narração da escritora sobre o reconhecimento de seus sentimentos e a visão do eu-lírico sobre si. O “atravessar em silêncio” demonstra, além do desejo de uma voz que o desfaça, a compreensão da solidão que a ronda, bem como o olhar sobre o menor dos movimentos que possa, de alguma forma, amenizar a desesperança. O olhar do eu-lírico de seu estar no mundo de maneira solitária tece relações com a concepção comum de vida das mulheres no século XIX, vistas com a função primordial de cuidar do lar e da família, construindo-se um imaginário pautado na domesticação das mulheres, o que reforçava a construção ideológica desse sujeito e amarras sociais que criavam temor⁴⁰.

No entanto, muitas mulheres buscaram entender esse contexto e transformá-lo utilizando-se de diversos meios, entre eles a escrita. Zahidé Muzart (2003), destaca a amplitude de jornais editados por mulheres ou que manifestavam a participação desse público na imprensa de maneira positiva, possibilitando espaços para isso. Mas, para além das iniciativas e grande quantidade de produção, mais reconhecida pelo menos desde 1852 com a publicação e circulação do *Jornal das Senhoras*⁴¹, salienta-se o quanto cada uma dessas mulheres tornou-se desconhecida com o passar dos anos⁴². Os periódicos eram lançados com objetivos diversos, entre eles a conquista de direitos, tais como uma educação melhor para as

⁴⁰Ainda sobre esse poema, a pesquisadora Luciana Diogo (2016, p. 39) faz considerações importantes, relacionando o sentimento externado pelo eu-lírico, o tema vinculado ao Romantismo e uma perspectiva da própria escritora: “Aqui, vemos Maria Firmina dos Reis imprimindo nesses versos sua perspectiva de relativo distanciamento com relação à sua realidade, enaltecendo o tema da solidão, o qual pode ser lido em uma chave romântica, mas também pode se referir a uma posição no mundo, ou seja, pode-se supor que Firmina via e sentia a realidade a sua volta repleta de conflitos, o que ela observava de um modo pessoal.”

⁴¹O *Jornal das Senhoras* foi uma publicação editada por Joana Paula Manso de Noronha, escritora argentina que trouxe para o Brasil ideias de emancipação já disseminada no país vizinho. A revista circulou no Rio de Janeiro e foi uma das primeiras publicações no Brasil editada por mulheres e destinada ao público feminino, causando admiração e surpresa para o público local, que via em suas páginas artigos de literatura, moda, teatro, notícias de fora, sempre buscando a emancipação feminina por meio da instrução e conscientização. (DUARTE, 2016).

⁴²Em pesquisa nos dados da Biblioteca Nacional, Katiana Santos (2015) encontra 35 mulheres que realizaram publicações no século XIX, um número muito pequeno considerando a quantidade de escritores cadastrados nesse século e, ainda assim, grande parte dessas escritoras é desconhecida do público leitor, tanto do período quanto atualmente. Em seu estudo, ela destaca que na Biblioteca Nacional “Estão catalogados 1.349 (mil trezentos e quarenta e nove) escritores, deste apenas 2,59% são mulheres, ou seja, 35 escritoras. Tal dado reforça a percepção de que as atuais relações de poder prejudicavam a escrita feminina. Fatores como ausência de escolaridade, proibições, castigos e falta de incentivo favoreciam a ausência de publicações feitas por mulheres.” (SANTOS, 2015, p. 51).

mulheres. No entanto, espalhavam-se, ainda, os jornais de cunho conservador e patriarcal, e frequentemente surgiam jornais emitindo as duas perspectivas quanto ao papel da mulher, conforme Constância Lima Duarte (2016, p. 25), “A emancipação intelectual, política e social da brasileira ficou, assim, a mercê de forças que ora a impulsionavam para a frente, ora a queriam estacionada na ignorância e na dependência.”

Para Muzart (2003), o fato de várias dessas escritoras terem se tornado desconhecidas é, antes de tudo, um esquecimento político, afinal, muitas iam além da ordem pré-estabelecida em suas atividades de escrita, causando desconfortos que poderiam desestabilizar um pensamento vigente, afinal, em alguns dos textos havia uma perspectiva engajada, mesmo nos destinados a um público mais amplo, fora do círculo dos jornais femininos, e publicados em livros assinados pelas próprias autoras. Tal ousadia pode ter causado o esquecimento dessas autoras em âmbito nacional, conforme Muzart:

Observa-se que aquelas [mulheres] que compactuaram com o status quo, que compactuaram com ditaduras e opressões, ou simplesmente foram senhoras burguesas bem comportadas, essas foram muito louvadas. Na verdade, o esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político. (MUZART, 2003, p. 227)

Assim, tem-se que muitos escritos e suas autoras foram obliterados pela crítica e deixados fora de caminhos da tradição literária que pudessem leva-los ao reconhecimento, perdendo-se também muito do desenvolvimento do pensamento feminino durante décadas, afinal, uma das estratégias para barrar o desenvolvimento desses escritos foi a desqualificação dos textos e de suas autoras. Conforme Lobo (2014), algumas dessas mulheres, hoje com os nomes esquecidos na crítica literária, foram marcadas pela denominação de loucas por sua desobediência ao modo tradicional de organização da sociedade, além disso, durante muito tempo “o fulcro do questionamento sobre a literatura de autoria feminina é a vitimização” (LOBO, 2014, p. 30), reafirmando-se o papel passivo destinado a sujeitos marginalizados⁴³. Em relação às mulheres, a loucura destituiria sua rebeldia para mudar legitimamente uma condição imposta, assim, mostrava-se como estratégia competente para torná-las cada vez mais distantes da emancipação. Ainda segundo Lobo:

⁴³Edward Said, em *Cultura e Imperialismo* (2011), em estudo de romances ingleses canônicos, destaca que a passividade é o papel normal, e indiscutível, a que são relegados diversos grupos, como aqueles que tiveram seus territórios invadidos e tornaram-se colonizados no período de crescimento do imperialismo, entre os séculos XIX e XX, como se a resistência não ocorresse, muitas vezes, em igual medida. Essa é uma estratégia que confirma a autonomia da noção de homem universal, que promove, de maneira enfática, o apagamento de outros sujeitos e culturas, diminuindo sua inclusão no conceito de universalidade, conceito hoje questionado em virtude do crescimento de uma consciência intelectual e política, mostrando-se a necessidade de discussão e (re)construção de concepções que obliteram, por exemplo, as vozes de mulheres, negros e tantos outros grupos sobre os quais se impõe a redução de suas histórias.

Não se deve causar perplexidade que se tenha destacado com tanta ênfase no século XX a literatura de mulheres, depois a literatura de mulheres afro, e mais recentemente a literatura gay de ambos os sexos, uma vez que essa produção retrata o fato político novo da igualdade entre sexos e raças. (LOBO, 2014, p. 30)

Dessa forma, enfatizam-se nos estudos atuais a possibilidade de representatividade e as ações dessas mulheres, inclusive por meio da literatura, por mais que o apagamento da resistência tenha alcançado frutos consistentes durante tantos anos. Para além de um otimismo ainda precoce para surgir, mesmo na atualidade, poder reconhecer vozes escondidas possibilita mudanças importantes, que dia após dia aspiram emergir. Dessa forma, mesmo nesse conluio de perdas, algumas mulheres conseguiram ganhar espaços para, hoje, na ascensão de estudos voltados para esses sujeitos, terem suas reflexões (re)descobertas a partir de um ponto de vista que, ao mesmo tempo em que situa escritos aos seus contextos e desejos de emancipação, propõe o exercício de repensar esses textos no contexto atual.

Esse interesse pela presença das mulheres nos periódicos se fortalece especialmente na década de 1980, segundo Constância Lima Duarte (2016, p. 17), motivado pelo interesse de mulheres pesquisadoras que buscaram rever sua própria história, permitindo, assim, a produção de diversos trabalhos acadêmicos em que se desvela o papel da mulher como sujeito no século XIX, em sua busca por direitos e emissão de opiniões. Desse modo, os jornais mostraram-se como veiculadores de textos literários importantes para o início de muitas mulheres no mundo das letras, bem como para o desenvolvimento de um pensamento social, que mais tarde estariam presentes nos livros produzidos. Conforme Constância Lima Duarte,

independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência. (DUARTE, 2016, p. 14)

A região Nordeste mostrou-se como celeiro fértil para a criação e divulgação de diversos escritos, bem como a manifestação de opiniões e discussões acerca da condição feminina na sociedade do século XIX, ou mesmo sobre questões políticas que envolviam outros grupos, como o tema da escravidão. Ver os escritos das mulheres no período, bem como o crescimento de periódicos dedicados a promover a emancipação feminina, é observar

o nascimento de uma postura feminista mesmo antes do florescimento do movimento de maneira incisiva, no século XX, afinal, o pensamento de mudança é anterior à organização formal, mas nem por isso menos considerável, especialmente visto o *contexto proibitivo* no qual tantas mulheres buscaram questioná-lo, mesmo que de forma sutil⁴⁴.

Na província maranhense, o desenvolvimento da imprensa ocorria gradualmente, fruto das transformações socioeconômicas que aconteciam desde a capital, São Luís, até outros espaços, em que o interesse pela escrita começava a surgir. Conforme Mendes (2013, p. 30):

Essas mudanças socioeconômicas no Maranhão, processadas a partir do aumento das exportações, ligado ao enriquecimento das famílias de elite, contribuem para a modificação de alguns costumes. A sociedade local, de natureza agrária, ligada à terra, começou a ceder lugar, embora lentamente, para uma sociedade urbana que tomou como exemplos os modelos de civilidade importados da Europa. Dentro desse contexto, no Maranhão oitocentista, as transformações sociais e urbanas caracterizaram-se pelo surgimento de novos espaços de sociabilidades, o que contribuiu para uma mudança na mentalidade local.

Esse movimento civilizatório era comum a diversas capitais do país, o que proporcionava o desenvolvimento das artes, o incentivo aos homens de letras e suas produções, bem como levava a transformações cada vez mais acentuadas de organização social urbana, com consequências diretas no mundo das artes e das letras, consideradas instrumentos de civilização e objetos de cunho político, mantidos por grupos a favor e contra a organização imperial. Nesse meio, a escrita feminina surge juntamente com outras iniciativas, no entanto, com objetivos diferentes e menos dado ao público. Os periódicos surgem e são divulgados como instrumento social para notícias, emissões de opiniões e, como não poderia ser diferente, também com intenção artística e literária, explorando textos e autores locais, de modo que esses periódicos pouco a pouco crescem em aceitação do público:

O Maranhão conhecerá, assim, uma fase agitada e próspera de seu jornalismo, já que foram muitos os periódicos colocados em circulação. Uma parte deles, no entanto, teve curta duração, ainda mais na fase inicial de implementação. Eram jornais com baixa repercussão, que mantinham linhas editoriais desorientadas e que eram utilizados por determinados agentes e grupos políticos unicamente para hostilizar a administração de Dom Pedro I. Mesmo assim, com o passar dos anos, considerando o acúmulo de experiência editorial obtido pelos jornalistas, a imprensa maranhense

⁴⁴Essa consciência feminista, conforme Constância Lima Duarte (2016, p. 14), nasce no Brasil mais ou menos no mesmo período do florescimento da imprensa e da literatura, como fruto do acesso à educação formal para as mulheres, mesmo que de forma tímida e voltada para a educação doméstica. Esse aspecto feminista das produções literárias não é usado para tratar da produção de Maria Firmina dos Reis, visto o modo de caracterização dos seus textos, assim, optou-se por trazer a perspectiva do feminino, como será visto adiante.

conseguiu atingir certo grau de maturidade, instalando-se, definitivamente, como instituição de prestígio na sociedade local (ZIN, 2016, p. 31)

A província maranhense acompanhava o movimento nacional de crescimento da imprensa e concepção deste meio como arma política e civilizatória, investindo para que os frutos positivos pudessem aparecer no meio social. Às mulheres, havia espaço para publicação e público para a leitura das obras, bem como animação, mesmo que tímida e cheia de contradições em certos momentos, como no restante do país, também frutos de um sentimento de temor comum ao tempo em relação ao crescimento da participação social e intelectual feminina.

Nos jornais maranhenses, especialmente já na segunda metade do século XIX, cresce também a tônica em relação ao tema da escravidão, ocorrendo textos nos jornais *Eco da Juventude*, onde Maria Firmina dos Reis publicou diversos poemas e o conto “Gupeva”, *O País*, também contendo poemas da escritora, *Revista Maranhense*, que publicou o conto “A escrava”, em 1887, entre outros periódicos que assumiam suas posições frente ao tema. Conforme Katiana Santos (2015, p. 59),

Estas iniciativas objetivavam resgatar os valores culturais e literários vividos no passado, sendo um signo da modernidade ludovicense. A tentativa de sistematização do conhecimento e incentivo à produção intelectual da capital reflete o momento que vivia a cidade, ávida por modernizar-se.

A escravização era vista, no início da segunda metade do século, como um atraso civilizatório, tema abordado por Maria Firmina dos Reis no conto “A escrava”, portanto, utilizar do jornal como instrumento de informação contra o sistema, permitia uma espécie de adequação ao movimento crescente de defesa da abolição em todo o país. Os argumentos, em geral, pesam apenas sobre o sistema escravista, enquanto a figura do escravizado segue sendo abordada de maneira negativa. No jornal *Eco da Juventude* lê-se o seguinte sobre a escravização:

Assim como não cresce a população de uma província por estar sempre sofrendo os vexames de qualquer peste, da mesma maneira nunca poderá florescer o Brasil por causa da escravatura que possui.

Da peste resulta a morte da matéria; da escravatura a morte do espírito, e consequentemente do progresso.

[...]

Nós ao contrário diremos e firmados em sólidos fundamentos, que desde o momento que a escravatura for abolida do solo brasileiro, não só o Brasil não retrogradará, como mesmo experimentará um progresso espantoso. (CARVALHO, 15 jan. 1865, p. 1-2)

Ainda no mesmo texto, fruto de uma série de matérias sobre a questão da escravidão no Brasil, o autor continua:

Escutemos ao arcebispo da Bahia, chorando a condição dos meninos, ‘Sempre lastimei, diz ele, a sorte dos tenros meninos brasileiros, que, nascendo e vivendo entre escravos, recebem desde os seus primeiros anos as funestas impressões dos contagiosos exemplos desses seres degenerados; e oxalá que eu me enganasse; oxalá que fossem mais raros os triunfos da sedução, e os naufrágios da inocência! Oxalá que tantas famílias não tivessem deplorado a infâmia, e a vergonha, em que as tem precipitado a imoralidade dos escravos.’ (CARVALHO, 15 jan. 1865, p. 2)

Assim, mesmo os escritos que defendiam a abolição ou demonstravam desprezo pelo sistema escravista no país, endossavam argumentos que rebaixavam o sujeito negro. Coube a escritores do período, a exemplo Maria Firmina dos Reis, um olhar diferente sobre o tema, abordando o sujeito negro de maneira positiva em seus escritos, possibilitando uma ideia de mudança social necessária acerca da escravização no país.

Maria Firmina dos Reis integrou esse meio da imprensa com suas publicações, sendo uma das precursoras dessa tendência antiescravista na província e no país. Seus escritos ocuparam as páginas de diversos jornais maranhenses e, ainda que a escritora não tenha tido grande reconhecimento fora do círculo literário a que pertencia, o diálogo entre sua produção e outras do mesmo período é evidente, mostra disso é o fato de ter sido uma das poucas mulheres a serem convidadas para publicar na coletânea *Parnaso Maranhense*⁴⁵. A escritora manifestava o desejo de socialização e conquistava espaço privilegiado, sendo elogiada pela qualidade dos escritos, como veremos adiante, mesmo com as barreiras sociais frente ao nascente movimento de entrada das mulheres nesse meio. Além disso, por meio dos seus escritos, incentivava outras mulheres a entrarem no meio literário, intuito externado desde a publicação de seu romance, no qual faz o pedido pela aceitação de sua obra, ao tempo em que manifesta o desejo de que outras mulheres possam trazer suas publicações a lume:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação

⁴⁵O *Parnaso Maranhense* é uma coletânea de poesias de escritores que se destacaram no cenário literário maranhense. Foi publicado em 1861 pela Tipografia do Progresso, a mesma que divulgava a venda do romance *Úrsula*, tendo como alguns de seus objetivos tornar mais conhecida e apreciada a obra de grandes poetas maranhenses, livrando-os do esquecimento, e mostrar as tendências literárias brasileiras e sua forma de apreensão naquela província. Em todo o volume há a presença de duas escritoras, Maria Firmina dos Reis e Jesuína Serra, a primeira com a publicação de duas poesias e a última com a publicação de um soneto.

mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2004, p. 14)

Por meio do prólogo de *Úrsula* as questões da educação e da escrita feminina são postas para reflexão, o que corrobora para pensar o papel de Maria Firmina dos Reis como uma das precursoras e incentivadoras dessa escrita no país. Tendo em vista que a organização dos jornais seguia uma lógica interna, que regia fatores envolvendo a distribuição do conteúdo, o prestígio do escritor e a importância atribuída aos textos e seus autores, nota-se, ainda, o modo como os textos de Maria Firmina dos Reis apareciam nesses periódicos, ora ocupando a primeira página, ora páginas pares, com menor visibilidade, inclusive nas críticas relacionadas à sua obra, ora páginas ímpares, em que, dependendo do jornal, viam-se as pessoas/escritores, com maior prestígio. Sua presença nesse meio fortalece a ideia de resistência, atestando a movimentação das mulheres em busca de seus direitos.

3.2 Olhares sobre o feminino: a produção poética de Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis participou ativamente na imprensa, publicando poesias e outros gêneros em jornais. Sua produção poética tem como um dos temas centrais o amor, visto muitas vezes de maneira triste e funesta, assim como apresentado em sua obra inaugural. Outros temas são as homenagens a amigos e poetas renomados, e outras pessoas que compunham a sociedade maranhense. O tema da morte é igualmente presente, bem como a insatisfação e aflição por aquilo que não consegue nomear, o que pode denotar, para a interpretação atual, apenas uma forma de, por meio do texto poético, esquivar-se do confronto direto com padrões e práticas pré-estabelecidas socialmente. Assim, as temáticas e a forma como as aborda nas suas poesias não provocam, diretamente, cisões e questionamentos acerca daquela sociedade, mas, especialmente para uma leitura de hoje, propõem reflexões importantes para construir novos modos de pensar a escrita feminina, e o próprio século XIX, um período que pouco compreendemos, ainda que falemos tanto sobre ele.

A atitude política da escritora manifesta-se no desejo de socialização dos seus escritos, construindo meios para o reconhecimento do seu papel como escritora. No contexto do século XIX, Maria Firmina dos Reis também reconhece sua posição como sujeito nessa sociedade, reafirmando a importância de seus escritos por meio da frutífera tentativa de manter-se no âmbito letrado. Se os temas abordados ou construções poéticas, de maneira geral, não ecoam

diretamente contra os sistemas de opressão, a própria atitude em publicá-los, seguindo a vertente Romântica nacional, soma-se ao seu papel subversivo manifestado de modo mais incisivo nas suas produções em prosa.

Como uma das primeiras, talvez a primeira publicação de poesia de Maria Firmina dos Reis em periódicos maranhenses, encontramos no jornal *A imprensa*, no mês de dezembro de 1860, um poema intitulado “Poesia”, no qual homenageia sua amiga Tereza de Jesus Cabral, que havia perdido seu filho. No poema, em que aborda a aflição pela morte de uma pessoa querida e a cruel pergunta do motivo de tal situação, há o seguinte trecho:

Percorre o infinito, revoa no espaço,
Compreende a grandeza que existe nos céus,
Aspira o perfume das auras divinas,
Entoa com os anjos seus hinos a Deus. (POESIA, 19 dez. 1860, p. 3)

A publicação segue uma vertente que tornaria conhecido o nome de Maria Firmina dos Reis, que mais tarde publicou outros textos nos quais homenageava pessoas do seu próprio círculo de amizade ou que solicitavam suas poesias para publicação nos jornais. Em alguns dos periódicos em que publicava, encontram-se elogios à sua escrita, e ânimo à sua produção. Exemplo disso é o primeiro comentário acerca da obra da escritora no *Jardim das Maranhenses*, em 1861⁴⁶. Digno de nota também é o comentário acerca da publicação do livro de poesias *Cantos à beira-mar* no jornal *Publicador Maranhense*:

CANTO À BEIRA-MAR – É este o formoso título debaixo do qual vão ser impressas as poesias da talentosa maranhense D. Maria Firmina dos Reis, digna professora pública do ensino primário da freguesia de Guimarães. São bem conhecidos muitos dos seus mimosos versos; e por eles, sem dúvida, o público acolherá muito agradavelmente a coleção que se lhe promete. Se são dignos de admiração os frutos da inteligência e da animação quando é o homem que com eles vêm enriquecer as letras pátrias, mais o é sem dúvida, se partem do talento de uma senhora. Nem só mais raros são os triunfos que neste gênero conquista em nosso país o belo sexo, como também importam eles mais vigor de talento e sentimento, e maior esforço para vencer os

⁴⁶ O *Jardim das Maranhenses* era mantido por mulheres e destinado ao público feminino, valorizando a escrita das senhoras e incentivando esse grupo a publicarem seus escritos, de forma a promover não apenas o reconhecimento das mulheres como escritoras, mas seu papel como produtoras de conhecimento e de obras dignas de serem apreciadas pelo público local, não simplesmente cultivadas no espaço privado. No número 24 é anunciada a iniciativa de publicar o conto *Gupeva*: “Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal, um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta provinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade, tendencionamos dar princípio do n. 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la a não desistir da empresa encetada. (JARDIM DAS MARANHENSES, 29 set. 1861, p. 1)

obstáculos que ainda dificultam entre nós ao sexo feminino uma instrução mais sólida e desenvolvida. (CANTO À BEIRA-MAR, 2 jan. 1871, p. 2)

No trecho citado a função de Maria Firmina dos Reis como professora é exaltada, como em outras ocasiões este e outros jornais o fizeram, além da menção à parca instrução ao sexo feminino. Como em outras notas sobre o trabalho da escritora, essa também segue a regra de louvar a tentativa de inserir-se no mundo das letras, reconhecendo a dificuldade da empreitada e, mais do que isso, comparando-o à trajetória masculina, mais aceita e possível para publicação. Olívia Candeia (2011, p. 48) afirma que a conquista de melhoras na instrução formal foi uma das formas para a modernização do papel social da mulher, no entanto, elas só ocorreram acentuadamente no final do século XIX, momento em que a educação passa a ser entendida como fator de progresso, assim, o livro de poesias de Maria Firmina dos Reis e as iniciativas de outras mulheres demonstram essa transformação, além da reivindicação de outros espaços de atuação, não necessariamente ligados às suas funções no âmbito familiar, como é o caso do magistério, visto como extensão da maternidade⁴⁷.

Observar o espaço em que Maria Firmina dos Reis publicava é uma das formas de reconhecer sua postura frente às limitações de seu tempo, pois assim como *O Jardim das Maranhenses* valorizava e incentivava a presença do público feminino na escrita e leitura, outros jornais começavam a manifestar certo apressamento pelos textos produzidos por mulheres. Além disso, sua participação na imprensa revela as teias sociais das quais a escritora era integrante, bem como suas relações e possibilidade advindas delas para seu trabalho como escritora. Santos (2016, p. 80-81), ao analisar as sociabilidades mantidas pela escritora, revela que Francisco Sotero dos Reis⁴⁸ era um dos editores da Tipografia do Progresso que, além do

⁴⁷A função de professora, para as mulheres, em geral, eram aceitas a partir do momento em que uma educação formal passou a ser exigida, de forma que tornava-se necessária em virtude da compreensão de que uma mulher instruída para certas atividades seria melhor ao lar e para a educação dos filhos. No entanto, a profissão docente, especialmente para mulheres, era mal remunerada e as condições de trabalho pouco confortáveis. Para muitas mulheres, mesmo dispostas a atuar como professoras, o casamento continuava ainda como um melhor futuro (GAY, 1988, p. 136). No caso de Maria Firmina dos Reis, sem casamento ou filhos, o trabalho docente, como também a escrita, firmou-se como atividades primordiais para manter-se economicamente, o que, aparentemente, lhe rendeu frutos, tendo em vista os comentários positivos a sua atuação.

⁴⁸O gramático e literato Francisco Sotero dos Reis, conhecido como um dos primeiros a publicar uma gramática do português no Brasil é, até o presente momento das pesquisas em torno da vida de Maria Firmina dos Reis, considerado seu primo por parte da mãe da escritora, Leonor Felipa dos Reis (MUZART, 2000; DUARTE, 2004; MORAIS FILHO, 1975; MENDES, 2006; SANTOS, 2016; ANDRETA, 2016, entre outros), perspectiva que, por enquanto, também consideramos. Com as novas fontes documentais acerca da vida da escritora, como os autos de justificação de sua data de nascimento, que podem ser consultados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), bem como a revelação, neste documento, de que sua mãe seria uma mulher mulata, forra, portanto, de família humilde, diferente de Francisco Sotero dos Reis, endossam o questionamento acerca do grau de parentesco entre os dois e a aproximação que existia entre eles. Além de um dos editores do jornal *A Imprensa*, ele também foi inspetor de educação no período em que Maria Firmina dos Reis fazia o concurso para professora de primeiras letras, em 1847, tendo sua inscrição indeferida por Francisco Sotero dos Reis,

romance *Úrsula*, também editava o jornal *A Imprensa*, o qual Maria Firmina dos Reis foi colaboradora. Dessa forma, as relações sociais estabelecidas podem ter contribuído para que seu nome e suas obras se tornassem mais conhecidos.

No jornal *A imprensa*, em 1861, destaca-se uma crítica positiva à participação de duas maranhenses na coletânea *Parnaso Maranhense*, em que Maria Firmina dos Reis publicou duas poesias, “Minha Vida” e “Por ver-te”. O caráter imaginativo de seus textos, bem como o nítido gosto pela leitura são elogios que demonstram o reconhecimento pela sua dedicação ao mundo das letras e largo conhecimento de obras e autores nacionais e estrangeiros, além disso, é interessante notar que seu nome já era conhecido na sociedade, em virtude da divulgação da venda do romance *Úrsula* nos jornais:

Os versos de Maria Firmina indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e o doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação.

De há muito que nós conhecemos os talentos e a habilidade da autora de *Úrsula*, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso. Todos esses trabalhos dessas duas senhoras [Maria Firmina e Jesuína Serra], tem defeitos, e mesmo incorreções, porém não desejo nota-los, porque atenta a instrução parca e acanhada que devem ter recebido essas senhoras, demasiado já é aquilo que elas apresentaram; outros mais habilitados do que eu, lhe darão os conselhos de que carecem para bem caminharem na senda que têm ante si. (SAPHIR, 19 out. 1861, p. 1)

Mesmo diante dos elogios, vem à tona críticas a eventuais incorreções, vistas como frutos da pouca instrução destinada às mulheres, confirmando a tônica dos jornais da segunda metade do século para o avanço da escrita feminina, com restrições concernentes ao patriarcado do período. Maria Firmina dos Reis segue publicando seus escritos em diversos jornais, tendo a poesia como o gênero mais divulgado nos periódicos, sendo este o mais recomendado para o público feminino. Outra crítica publicada no jornal *A Imprensa*, em 1860, logo após a publicação e divulgação da venda de *Úrsula*, rende elogios à escritora, recomendando o escrito para a sociedade e identificando a autora, que havia assinado a obra inicialmente apenas como Uma maranhense⁴⁹:

amparado no argumento de que ela ainda não possuía 25 anos, critério estipulado para a participação (CRUZ; SILVA; MATOS, 2016). Apenas após a escritora mudar sua data de nascimento para 11 de março de 1822, justificando no processo que teria sido batizada em 1825, em virtude de moléstia que a teria acometido após o nascimento, sua inscrição foi aceita por Francisco Sotero dos Reis na organização do concurso.

⁴⁹Por meio das fontes primárias disponíveis até o momento não é possível afirmar com certeza se o público e a crítica do período estavam cientes da autoria da obra, afinal, Maria Firmina dos Reis apenas estreava nos jornais, mesmo que já atuasse há alguns anos como professora. Cabe salientar que o caminho escolhido pela escritora destoava de outros literatos do período, que inicialmente publicavam sua produção literária nos jornais para, apenas após a construção de algum reconhecimento, publicar um volume completo, a exemplo de Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, entre outros. A escritora maranhense estreia com a

Acaba de sair dos prelos do Progresso o romance original – Úrsula – nitidamente impresso e em elegante formato.

É a primeira tentativa de uma comprovinciana – a D. Maria Firmina dos Reis, professora de Guimarães – e para tentativa estreia ela muito bem a carreira de romancista, e por isso pedimos-lhe desculpa de vir imprudentemente denunciar o seu nome, que com tanto empenho e modéstia trata de ocultar.

Descrições muito belas da nossa natureza, reflexões filosóficas e morais de subido valor, muita imaginação, são qualidades que tornam recomendado esse romance. Alguma incorreção de estilo, um ou outro tipo incompletamente desenvolvido são defeitos próprios de quem começa, e principalmente em uma senhora, que não tem estudos completos, e vive retirada em uma vila, longe do trato e das conversações, ou melhor, como ela se expressa no prólogo de sua estimável obra – ‘de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem.’

Não devemos deixar morrer no nascedouro um talento tão formoso e cumpre que o acoroçoemos e aplaudamos para que, animado e confiado em si, produza frutos melhores e mais bem sazoados.

A aceitação nestes casos é a procura da obra – e o esgotamento rápido da edição. É o que cremos acontecerá com essa publicação apesar de ter aparecido em época da efervescência eleitoral. (NOVA PUBLICAÇÃO, 1 ago. 1860, p. 4)

A produção poética de Maria Firmina dos Reis, assim, torna-se aos poucos mais reconhecida e recebida na imprensa, possibilitando a distinção de seu nome para mais do que professora de primeiras letras, apesar de esta função sempre permanecer como meio de reconhecimento pelo seu trabalho. No entanto, o ofício como poetisa ganha frutos tanto por meio das participações nos jornais quanto em virtude da publicação da coletânea de poemas *Cantos à beira-mar* e do romance *Úrsula*. Na nota em destaque, os elogios aparecem em meio a críticas pautadas na concepção de que a parca instrução feminina resultava em incorreções encontradas na obra, além do próprio preconceito, resultado da já mencionada concepção acerca de mulheres que adentram ao espaço das letras.

Assim, pelo menos a partir de 1860, após a publicação e divulgação de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis colabora em diversos jornais maranhenses, a exemplo de *O Jardim das Maranhenses*, em 1861, um jornal editado e destinado às mulheres, publicando textos literários e incentivando a prática da escrita. Nesse jornal, o qual temos poucos registros, apenas a partir do número 13 ao 29, sendo que faltam os números 14 a 20 e o número 26, Maria Firmina dos Reis publicou muitos textos, entre eles o conto indianista *Gupeva* (1861). Ainda nesse jornal há a poesia “Maria”, publicada na primeira página em três números (21, 22

publicação de um romance e, até o momento, não há como sugerir por quais meios financeiros ela pôde publicá-lo, se apenas com o salário de professora ou com o auxílio de terceiros.

e 23), sendo revelada a autoria apenas no último, em que há o desfecho desse interessante poema. Outros textos, alguns levados para seu livro de poesias, também foram publicados. Além desse periódico, há ainda o *Porto Livre*, no qual a maranhense republicou o conto indianista *Gupeva* (1863); *Eco da Juventude*, também literário, no qual a escritora publicou os poemas “Hosana”, “O canto do Tupi” e “T...”, todos em 1865, além da terceira republicação de *Gupeva* (1865); *Semanário Maranhense*, literário e noticioso, onde a escritora publicou duas poesias, “Meditação” (1867) e a “Lua Brasileira” (1868), ambos levados para *Cantos à beira-mar*. Outros jornais importantes foram *A Pacotilha*, em que há registros de poemas curtos e poemas de Maria Firmina dos Reis recitados em festas da sociedade maranhense; e o jornal *O Domingo*, em que a escritora publicou o texto *Um artigo das minhas impressões de viagem*, em 1872, o qual temos acesso apenas a uma parte.

Ao analisarmos as poesias da escritora buscamos relacioná-las à sua trajetória, utilizando seu *Álbum de lembranças* e os espaçados registros colhidos por Morais Filho (1975) em sua busca por reconstruir a história da maranhense. Tomar a autora como parte importante para a análise é uma posição que se vincula à noção de escrevivência, exposta anteriormente, por meio da qual sustenta-se a importância da subjetividade para a construção do texto literário. Essa noção vincula-se à concepção atual acerca da literatura negra brasileira, abarcando toda uma gênese de resistência das mais variadas formas, externadas no texto literário, reivindicando o reconhecimento da intelectualidade desse sujeito na sociedade.

Conceição Evaristo trata sobre essa questão afirmando a importância da subjetividade para a construção do texto literário, apropriando-se do esquema tradicional de teoria literária em relação às bases autor-obra-público, para reivindicar o papel do autor como central para a construção literária. A autora o faz a partir da noção de Escrevivência, comentada anteriormente, por meio da qual refrata o olhar sobre o ponto de vista e o lugar de fala do autor empírico, para as vivências por ele conhecidas e tantos outros aspectos para construir a narrativa literária, reafirmando-se uma relação entre a literatura e o contexto em que se situa.

Maria Firmina, mulher negra, vivendo em meio ao regime escravista de uma sociedade patriarcal, poderia ter algo a dizer sobre o mundo a partir desse ponto de vista e desse lugar social experienciado, na análise aqui empreendida afirmamos a perspectiva de que ela o fez, posicionando-se intelectualmente a partir de uma visão própria da sociedade a que estava inserida. bell hooks, no texto *Intelectuais Negras*, abordando a situação de mulheres negras norte-americanas, afirma o difícil caminho para elas serem vistas como intelectuais ativas, um caminho construído com base em uma necessidade, afinal,

[...] a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil. Para muitos de nós tem parecido mais um chamado que uma escolha vocacional. Somos impelidos até mesmo empurrados para o trabalho intelectual por forças mais poderosas que a vontade individual. (hooks, 1995, p. 465)

No caso de Maria Firmina dos Reis, filha de uma mulher negra forra, convivendo cotidianamente com a escravização negra no país, essa necessidade relaciona-se diretamente com a sua realidade. A escrevivência toma corpo especialmente nos textos antiescravistas da escritora, mas está permeado em toda a sua produção literária, nos termos de Evaristo (2009, p. 18): “Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta.”. A partir dessa concepção abre-se um horizonte de leitura que dá a conhecer uma literatura negra de autoria feminina, comprometida com seu tempo, seu espaço e experiência subjetiva de criação literária, do qual Maria Firmina dos Reis também é parte integrante.

Ao propormos a interpretação de sua produção poética, consideramos que há certa falta do que podemos chamar de *interpretações modelares* ou *paradigmas de análises* (KUHN, 2007) de suas poesias, visto que sua produção em prosa, particularmente a antiescravista, é mais comentada no campo científico que se dedica à sua obra. Longe de isso ser um problema, mostra-se como mais uma oportunidade de apresentar as diversas faces de Maria Firmina dos Reis. Se, até o momento, não foram lançadas perspectivas que apontem profundamente o percurso do projeto literário da escritora – mesmo que haja certos padrões de análise, como projeto antiescravista, projeto nacionalista, projeto ultrarromântico – certo é que esse projeto existia, e estava de acordo com aspirações do seu período de atuação e estilo literário do período.

Ressalta-se, ainda, a possibilidade de descoberta de novos textos para análise, afinal, sendo uma autora estudada em profundidade apenas nos últimos anos, há muito o que descobrir, mesmo após o minucioso trabalho de pesquisa já executado por Nascimento Morais Filho, que traz em seu livro grande quantidade de textos escritos por Maria Firmina dos Reis. No decorrer desta pesquisa foram encontrados, pelo menos, quatro poemas inéditos, seja pequenos trechos ou poesias inteiras, quais sejam: “Maria”⁵⁰, citado anteriormente, publicado

⁵⁰[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho I. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 21, 6 ago. 1861, p. 81-82.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho II. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 22, 15 ago. 1861, p. 85-86.

no *Jardim das Maranhenses*, dividido em três partes, das quais apenas a terceira era conhecida; “Nênia”⁵¹, publicada no jornal *O país* por ocasião da morte de Raimundo Marcos Cordeiro, amigo de Maria Firmina dos Reis, como pode ser verificado em seu *Álbum de lembranças*, no qual há poesias e notas dedicadas a ele, assim como uma poesia dele dedicada à escritora; “Poema recitado por ocasião das bodas de Eduardo Ubaldino Marques”⁵² e “Prantos”⁵³, ambos publicados no jornal *Pacotilha*. Além disso, também é possível encontrar novos fatos sobre sua vida e sobre as relações sociais estabelecidas, como viagens feitas pela escritora para outras províncias, como as viagens ao Pará em 1881⁵⁴, ou visitas de pessoas ilustres do período, como do governador Luiz Domingues⁵⁵, o que pode confirmar certo prestígio conquistado pelo seu trabalho como escritora.

Há, ainda, a possibilidade de abordar sua produção a partir de uma perspectiva comparada ao seu *Álbum de lembranças*, dando certo grau de confiabilidade a esse documento, que tanto poderia ser algo literário, no sentido de não manter relação direta com suas concepções acerca daquilo que escreve; quanto pode conter descrições pessoais, ser instrumento de construção do passado e uma representação memorialística do vivido, voltada para o modo como Maria Firmina dos Reis poderia construir para ser lida no futuro⁵⁶.

O *Álbum* de Maria Firmina dos Reis configura-se como uma espécie de diário, gênero que emergiu no século XIX, primeiramente com objetivo literário, em seguida, como uma prática social aconselhável para mulheres que tinham acesso à alfabetização. Essa fonte

REIS, Maria Firmina dos. Maria – a nova Sapho III. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 89.

⁵¹REIS, Maria Firmina. Nênia. *O País*, ano 12, n. 202, 7 set. 1881, p. 2.

⁵²REIS, Maria Firmina dos. Poema recitado por ocasião das bodas de Eduardo Ubaldino Marques. *Pacotilha*. São Luis, ano 28, n 43, 20 fev. 1908.

⁵³REIS, Maria Firmina dos. Prantos. *Pacotilha*. São Luis, ano 5, n. 106, 7 mai. 1885, p. 3

⁵⁴PASSAGEIROS. *O País*. São Luís, ano 19, n. 126, 4 jun. 1881, p. 2.

⁵⁵Cita-se a visita do governador da Província Maranhense entre os anos de 1910 a 1914, Luiz Domingues, que em 1911 faz uma visita a Maria Firmina dos Reis, como afirma a nota publicada no jornal *Pacotilha*: “O governador do estado, pela manhã, visitou a distinta poetisa Maria Firmina dos Reis. Guimarães, 15/01/1911” (Conferir: DR. LUÍZ Domingues. *Pacotilha*. São Luís, ano. 21, n. 12, 16 jan 1911, p. 1.)

⁵⁶Dante Moreira Leite (2007, p. 47) ao refletir sobre ficção, biografia e autobiografia no Romantismo Brasileiro afirma que “não podemos conhecer o homem através da ficção, pois esta é, muitas vezes, aquilo que desejaria ser ou fazer, não o que conseguiu realizar na vida diária. Pode ocorrer, ao contrário, que a ficção apresente os piores aspectos do criador, isto é, constitua o seu universo reprimido na vigília. Finalmente, em outros casos, a aparente ficção é uma transposição quase direta da experiência pessoal. De qualquer maneira, seria impossível pensar numa regra válida para todos, e, quando muito, podemos apenas analisar a dinâmica dos eventos individuais.” Assim, o autor destaca a dificuldade em, mesmo no contexto romântico, compreender claramente a dinâmica existente entre ficção e realidade, ou a relação entre personagens e concepções próprias do autor. A literatura, por sua singularidade com a linguagem, seria algo enganador, mas, diante da natureza do texto literário como fenômeno social, há a inevitabilidade das relações estabelecidas entre essas duas dimensões. O *Álbum* configura-se como documento íntimo, mas também feito para ser lido no futuro, portanto, possivelmente une ficção (no sentido de escrita literária) e realidade (percepções próprias da escritora sobre situações de sua vida), o que dá a esse documento certo grau de confiabilidade para estudos que pretendam associar a literatura de Maria Firmina dos Reis ao seu contexto de produção.

documental, conforme Maria Teresa Cunha (2015, p. 271), proporciona a reflexão acerca das formas como se dá a constituição da subjetividade desses sujeitos, partindo das análises das narrativas feitas sobre si e as formas como constroem sua autorrepresentação.

Segundo Muzart (2013, p. 251), o *Álbum* de Maria Firmina dos Reis “tem também teor de diário íntimo com anotações não só dos seus estados d’ alma, mas ainda de pequenos fatos como, por exemplo, em 11 de janeiro de 1860, mudou-se de casa, em 1862, adotou um órfão, recém-nascido que faleceu um ano depois e, assim por diante.”, assim, pode ser tomado como uma das poucas formas de compreender o posicionamento da escritora sobre determinadas questões que envolviam suas relações sociais no século XIX, concepção adotada neste estudo, no qual analisamos o material problematizando os textos apresentados a partir de temas concernentes ao seu tempo, como educação feminina e situação social da mulher no período, pautando as análises também no modo como a escritora define esse livro:

O álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos; assim como as mais pungentes dores de nossos corações.

E também o nome daquelas pessoas que nos são gratas, que nos transpiram simpatia que nos cobram sincera amizade deve escrever-se aqui. (REIS in MORAES FILHO, 1975, s/p).

Para esta relação entre a poesia e o *Álbum de lembranças* há alguns de seus escritos em que o tom poético e o estilo utilizado para a construção do texto mostram-se semelhantes, como no poema “No álbum de uma amiga”, publicado em *Cantos à beira-mar*, no qual é possível identificar o aspecto de enaltecimento da amizade e apresentação de relações sociais, contextualizadas e marcadas pelos freios sociais e morais da época em foi publicado:

D'amiga a existência tão triste, e cansada,
De dor tão eivada, não queiras provar;
Se a custo um sorriso desliza aparente,
Que mágoas não sente, que busca ocultar!?...

Os crus dissabores que eu sofro são tantos,
São tantos os prantos, que vivo a chorar,
É tanta a agonia, tão lenta e sentida,
Que rouba-me a vida, sem nunca acabar.

D'amiga a existência
Não queiras provar,
Há nelas tais dores,
Que podem matar.

O pranto é ventura,
Que almejo gozar;
A dor é tão funda,

Que estanca o chorar.

Se intento um sorriso,
Que duro penar!
Que chagas não sinto
No peito sangrar!...

Não queiras a vida
Que eu sofro - levar,
Resume tais dores
Que podem matar.

E eu as sofro todas, e nem sei
Como posso existir!
Vaga sombra entre os vivos, - mal podendo
Meus pesares sentir.

Talvez assim deus queira o meu viver
Tão cheio de amargura.
P'ra que não ame a vida, e não me aterre
A fria sepultura. (REIS, 1976, p. 67-68)

A temática explorada no texto encontra eco na própria vivência da mulher no século XIX, com a imposição do ambiente interno e compreensão da vida escapando em meio as reações para transformar o sentimento de *dor* que assola esse eu-lírico. O discurso acerca da mulher como mais frágil e menos apta a trabalhos intelectuais marca o pensamento de toda uma época, além do papel social isolado da vida pública. O título do poema remete a uma prática comum entre as mulheres, a escrita de poesias nos seus álbuns de recordação, tido como um documento mais puro para explorar certos temas. Peter Gay (1988), ao estudar a experiência burguesa do século XIX, afirma que diários, cartas de família, manuais do lar e outros documentos íntimos são ricas fontes para analisar a experiência desses sujeitos, bem como para identificar dissimulações, frutos da necessidade de romper com certos padrões. Em reações sutis pela busca dos seus direitos a partir de pequenas subversões, os álbuns serviam como documento para expor suas insatisfações, mesmo que de maneira inconsciente⁵⁷, assim como poesias aparentemente simples, depois divulgadas em outros meios, como em jornais literários ou coletâneas de poesias, como o fez Maria Firmina dos Reis. Nesses documentos há relatos que indicam muito mais do que a resignação, pois aparece latente o desejo de mudança. Segundo Maria Teresa Cunha (2015, p. 259) a memória externada nos diários ou

⁵⁷ O historiador menciona o caso de Hallan, uma senhora de 33 anos de Connecticut, que mantinha um diário em que expunha diversas lamúrias de dias monótonos e “escravidão doméstica”. Alguns exemplos de relatos incluem comentários como “um dia de Páscoa desagradável”, “Dia monótono”, “Inválida hoje”, “Um dia como tantos outros”, “acho que enlouquecerei se algum dia não houver mudanças” (GAY, 1988, p. 130-131), entre tantos outros textos que demonstram uma insatisfação involuntária, que talvez não se saiba o real motivo, apesar de já mostrar uma importante consciência.

álbuns confluem o individual e o coletivo, podendo ser analisados a partir do pertencimento do autor a determinado grupo social. Neste texto, Maria Firmina dos Reis mostra-se como mulher naquela sociedade e contexto, fazendo de seus versos, a partir da relação com seu *Álbum de lembranças*, um discurso memorialístico válido para a análise das relações sociais estabelecidas em relação às mulheres do período.

Desde a primeira estrofe do poema demonstra-se uma percepção negativa de se estar no mundo, o que não é vida, mas simples *existência*. O choro estancado pela tristeza e resignação por imposição marcam a disciplina exigida para as mulheres, desqualificando-a para que permanecesse interna ao lar e passiva ao poder social masculino. Sobre a alegria, mesmo o sorriso não se mostra possível diante das amarguras, afinal, a vida em si não é vivida, o eu-lírico apenas sofre com um sentimento intraduzível, mas muito presente para ser escondido. Este sentimento indefinível aparece diversas vezes no *Álbum* da escritora, como no registro do dia 24 de setembro de 1860: “Hoje tenho o coração oprimido... é incompreensível o que sinto! Tenho amarga melancolia!” (REIS, 1860 in MORAIS FILHO, 1975, s.p.), que corroboram para pensar seu desconforto diante de certas situações e amarras sociais.

A mudança de referência também é um dos aspectos que demonstram o eco desse sentimento, ao iniciar com *D'amiga* como sujeito diferente sobre o qual se fazem afirmações, e logo depois colocar-se pessoalmente no texto por meio da primeira pessoa, além de desnudar a empatia, descortina também a continuidade do mesmo tratamento para diversas mulheres, como também os sentimentos, a um só tempo, de resignação e insatisfação pelo que não se pode efetivamente questionar. A felicidade aparece apenas como uma noção distante, talvez alcançável com uma única saída: a morte. Sentimento semelhante é exposto no *Álbum* de Maria Firmina dos Reis, ainda na narração “Resumo da minha vida”:

Que será pois o que sinto? Amo a noite, o silêncio, a harmonia do mar, amo a hora do meio dia, o crepúsculo mágico da tarde, a brisa aromatizada da manhã; amo as flores, seu perfume me deleita; amo a doce melodia dos bosques, o terno afeto de uma mãe querida, as amigas de minha infância e de minha juventude, e sobre todas essas coisas amo a Deus; e ainda assim não sou feliz, porque insondável me segue, me acompanha esse querer indefinível que só poderá encontrar satisfação na sepultura. (REIS in MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

A felicidade, assim, não se alcança com os elementos naturais, tampouco com a devoção a Deus, por mais sincero e profundo que possa se mostrar esse amor, e ambos os elementos são caros ao imaginário Romântico do período, a natureza e uma espécie de espiritualidade, expressa na obra de Maria Firmina dos Reis por meio da crença no Deus

cristão. A igreja, como instituição opressora, impunha para a mulher o temor da ira divina caso seu comportamento doméstico ou social ultrapassasse certos limites, assim, a obediência ao primeiro mandamento, Amar a Deus sobre todas as coisas, impunha-se como a ordem suprema. Abaixo de Deus, o marido, sob o qual o juramento de que, do casamento em diante, seriam um, o que implicava a entrega de toda uma vida, do passado ao futuro, ao homem e, sobre este com os mesmos direitos, a Igreja e a Deus (MILL, 1869 apud GAY, 1988, p. 132). No entanto, para o mesmo sentimento intraduzível ou um *querer indefinível* resta a resposta desoladora: a morte, único meio para a satisfação das muitas queixas às condições de sua *existência*. Dessa forma, elementos temáticos e de estilo do Romantismo, bem como o contexto discursivo do século XIX, sob a perspectiva feminina, estão presentes em suas construções poéticas, e também em outros escritos importantes, como o romance *Úrsula* ou o conto indianista *Gupeva*.

Sobre a temática indianista, possivelmente por conta do seu sucesso no Brasil entre 1845 a 1865, a escritora também enveredou para esses escritos, produzindo e publicando poesias e o conto *Gupeva*, sobre os quais também imprimia um ponto de vista dentro e fora do Romantismo nacional. Conforme Candido (2000, p. 18-19), o indianismo no Brasil surge em virtude da busca pelo específico brasileiro, sobre o qual o índio tornou-se uma representação aceita e equiparável a personagens nobres europeus, apresentando-se com grande capacidade poética, dado que sua construção também primava pela pureza de seu caráter e virtudes. Sua presença na literatura nacional deve-se, ainda, à luta pela busca de uma identidade nacional por meio do estudo do passado brasileiro, no intuito de louvar nossas terras.

No entanto, diante dos sentidos contidos nessa representação de “reação contra os desmandos e violências do colonizador” (CANDIDO, 200, p. 19), sobressai a dificuldade de abordar o indígena distante dos padrões europeus, afinal, a equiparação entre o indígena e o cavalheiro europeu tomava ares épicos que acabavam pondo um espesso véu nas tradições aborígenes, assim, o olhar romântico tradicional, por vezes, acabava por reforçar a influência do pensamento do colonizador e sua força sobre o ideal brasileiro, sendo exemplo disso o fato de que em obras como *Iracema*, de José de Alencar, é o europeu quem irrompe seu poder sobre os indígenas, enquanto Iracema acaba abandonada e morre em virtude dos sofrimentos.

Para a análise da produção poética de cunho indianista de Maria Firmina dos Reis, pode-se destacar o poema “O canto do Tupi”, publicado no jornal *Eco da Juventude* (1865) e em *Cantos à beira mar* (1871), no qual a escritora insere seu olhar sobre a temática e constrói um eu-lírico que fala de si e de dentro da tradição indígena. A primeira pessoa marca a

identificação desse sujeito e orgulho pela sua cultura, em que se destaca a força com que lida com as atribuições que lhe competem no interior da tribo:

Sou filho das selvas – não temo o combate.
 Não temo o guerreiro – guerreiro nasci;
 Sou bravo, - eu invoco do bravo o valor,
 Sou filho dum bravo, valente Tupi.

Na marcha pra guerra, se invoco Tupã,
 Tupã me responde na voz do trovão;
 Entesa-se o arco, - desprende-se a flecha,
 E o fraco reclina o seu rosto no chão.

Sou filho das selvas – nas selvas nasci,
 Sou bravo guerreiro, só amo o lidar;
 Se tribo inimiga correndo aí vem,
 Ao campo, sanhudo, vou só, pelear.

Se sonho, nos sonhos eu vejo anhangá,
 Que vela a meu lado, qual vela Tupã;
 As vezes lhe escuto: guerreiro ao combate
 Vai lesto, vai forte, mal rompa a manhã.

Eu vivo nas selvas – nas selvas imensas.
 Que vastas se estendem nas terras do norte;
 Se corro a peleja, bem sei que a vitória
 Pertence ao meu braço, que é grande, que é forte.

Nas selvas do norte – nasci dum guerreiro
 Que as tribos guerreiras fazia tremer.
 Herdei-lhe esse sangue, seus brios herdei,
 Valente como ele só sei combater. (REIS, 5 fev. 1865, p. 7)
 [...]

No poema, percebe-se o canto pela honra e caráter bravo e guerreiro do indígena, tema recorrente nas produções indianistas, como em *I-Juca Pirama* e *O canto dos Tamoios*, de Gonçalves Dias, ou em *O Guarani*, de José de Alencar, todos pautados na história de coragem de seus protagonistas e o modo como enfrentam as tribos inimigas ou os colonizadores europeus. Como a representação do índio construída por Gonçalves Dias, esse personagem na poesia de Maria Firmina dos Reis é rico em sentido simbólico, próximo de sua tradição e cultura indígena, repleto do sentimento de honra, que o torna matéria característica do movimento romântico⁵⁸.

⁵⁸A comparação dos textos da escritora com obras canônicas da literatura nacional, realizada especialmente observando essa produção indianista de Maria Firmina dos Reis, não serve à perpetuação de um pensamento colonizador, como se a produção reconhecida no país fosse o modelo único para as produções literárias nacionais, no entanto, a perspectiva adotada neste trabalho busca também compreender a relação das obras da maranhense com o estilo literário romântico, percebendo o diálogo estabelecido entre essas obras e autores.

A questão da força, e a recorrente construção de cenas em que é reforçado o fato de que o índio jamais deve fugir de um combate, marcam a representação desse sujeito nas produções indianistas, estando presente também em outros textos. O poema “O canto do Tupi”, seguindo a tradição romântica, “situa-se nesta perspectiva de exaltação à figura do índio guerreiro e destemido, que se relaciona com a natureza com respeito e cultuando-a como a uma divindade” (SANTOS, 2015, p. 78). O louvor também é manifestado em relação à ancestralidade do indígena, igualmente forte e guerreira. A figura do colonizador não aparece nesta produção, focando-se a atenção no aspecto heroico do indígena. Além disso, percebe-se o peso dado ao espaço de origem, que o mantém capaz para a luta e mostra-se também como instrumento de proteção e segurança.

Para além da citação a aspectos da tradição indígena, analisar a poesia de Maria Firmina dos Reis e a menção a essa cultura passa por uma transformação importante, quando comparado a produções, como *Úrsula* ou mesmo seu *Álbum de lembranças*, em especial em relação à religiosidade. Em grande parte de seus escritos sobressai a crença e obediência ao Deus cristão. A figura sagrada aparece durante todo o romance *Úrsula*, seja entre os personagens brancos, ou entre os personagens negros brasileiros ou africanos. Do mesmo modo, no *Álbum*, mostra-se a crença em um Deus cristão de virtudes e amor infinitos. No entanto, nas produções indianistas, a religiosidade exaltada é a dos próprios indígenas, em especial a crença nas manifestações de Tupã, que trazem sentidos importantes para as tribos que nelas acreditam.

Como em “O canto do Tupi”, também em *Gupeva*⁵⁹ a manifestação de Tupã é mencionada, dando-se uma percepção positiva para elas. No entanto, pode-se inferir que a

⁵⁹O conto indianista *Gupeva* trata da história do índio, de nome homônimo ao do título do conto, e sua filha, Épica, que se apaixonou pelo marinheiro francês Gastão, o que provocou grande tragédia ao final da história. O desenrolar da narrativa, como outras de Maria Firmina dos Reis, ocorre por meio de *flashbacks*, quando Gupeva rememora para Gastão, em um tenso encontro após aquele descobrir o relacionamento entre Épica (filha) e Gastão, o passado da mãe de Épica, que tinha o mesmo nome da filha. Épica (mãe) ainda jovem viajou para a França, e também se apaixonou e engravidou de um outro homem, um conde francês não identificado pelo nome, que a abandonou quando soube de sua gravidez. Épica (mãe) retorna ao Brasil e casa-se com Gupeva, que sempre a amou e a aceitou após seu retorno ao país, no entanto, ela morre ao dar à luz a sua filha. O índio Gupeva, testemunha do sofrimento de Épica (mãe), nutre o ressentimento e o sentimento de vingança contra os franceses, e transmite esse sentimento para Gastão que, coincidentemente, era o filho do homem francês com quem Épica (mãe) se relacionou na juventude, portanto, irmão de Épica (filha). Após o encontro entre Gupeva e Gastão, que se torna um confronto entre Brasil e França e entre culturas diferentes, tudo termina na morte dos três personagens principais. Analisando a posição de cada personagem no conto percebe-se que Gupeva, como representante dos indígenas, era um homem bom e honrado; Épica (mãe) era a vítima da vilania dos franceses; Gastão e o conde de... são a personificação de uma nação colonizadora e desonrada, que, pensando em seus próprios desejos, recai na violência. Como narrativa épica fundadora da concepção de nação ou identidade nacional, como outras produções indianistas do período Romântico, a obra de Maria Firmina dos Reis traz a figura do colonizador francês, tão intruso quanto o português, e igualmente indesejado pelos nativos. A temática da narrativa trata da impossibilidade da união frutífera entre esses povos, reiterando a violência com a qual essa relação se pautou na província maranhense. As análises desse conto, até o momento, são escassas na

escritora não estava apenas seguindo as premissas do indianismo romântico, mas imprimindo o ato de rejeição ao cristianismo pelos indígenas como uma ação necessária, visto que havia, acima de tudo, a impossibilidade das forças do Deus cristão sobre os desejos dos homens, enquanto Tupã agia e falava com aqueles que acreditavam em sua manifestação:

E prosseguiu: O que se passou porém nessa noite de tão amargurada recordação, só Deus e eu sabemos. O sedutor de Épica, mancebo, era um francês, um francês é um cristão; bem, desde essa hora eu deixei de o ser. Tupã não abandona seus filhos... mancebo, eu não amo o Deus dos cristãos. O conde de... era filho da igreja. (REIS in MORAIS FILHO, 1975, s.p.)

O conto, diferente de muitos textos românticos, não se fundamenta majoritariamente na história do encontro amoroso entre colonizador e colonizado, indígenas e europeus, mas, sim, na história de vingança de Gupeva contra os franceses, no qual o indígena lamenta e vinga-se do mal provocado pelo colonizador europeu e sua imposição aos indígenas. Assim, “não se trata de um canto lírico comemorativo, mas da narrativa de um embate violento entre as raças, sugerindo a impossibilidade de um encontro harmonioso entre elas.” (ZIN, 2016, p. 63). A utilização da cultura e crenças indígenas para a construção narrativa reforça o caráter de rebeldia contra os valores impostos pelos colonizadores e, pensando no conjunto da obra de Maria Firmina dos Reis, fundamenta sua relação ao Romantismo nacional, ao tempo em que demonstra conhecimento acerca da sustentação de um sistema de poder pautado pelas práticas colonizadoras, que podem ser contestadas de alguma forma, inclusive pela rejeição da religiosidade.

“O canto do Tupi”, assim, mostra-se como encontro com a literatura romântica nacional a partir da visão de Maria Firmina dos Reis, reconhecendo o aspecto de força entre as tribos indígenas e o reconhecimento desses sujeitos à sua própria ancestralidade, cultura e espaço de vivência, compreendendo a importância de se situar onde sua força torna-se mais pungente.

Além do trabalho com a natureza baseado nas florestas, símbolo da natureza local mais presentes no campo do Romantismo, a obra de Maria Firmina dos Reis também traz o mar e as praias como elemento natural inspirador das poesias, contemplando a tranquilidade desse espaço e apresentando esse outro aspecto da natureza brasileira⁶⁰. O mar aparece, por

crítica literária que trata sobre a obra da escritora, mas alguns dos textos que podem ser consultados são os de Rafael Balseiro Zin, “Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista” (2017) e de Régia Silva, “A força da literatura: Maria Firmina dos Reis e a mulher indígena em Gupeva” (2016).

⁶⁰Em estudo realizado sobre a presença do motivo marinho na literatura romântica brasileira, no recorte dos anos de 1830 a 1870, Antonio Carlos Secchin (2000, p. 52-53) seleciona diversos poetas do período e o modo como

exemplo, em duas poesias em que cita-se a Praia de Cumã, próxima à Vila de Guimarães, intituladas “Uma Tarde no Cuman” e “Nas Praias do Cuman”. Além dessas duas poesias, há também “Scismar”, “Itaculumim”, “Meditação”, todas presentes no livro de poesias *Cantos à beira-mar*, que já pelo título menciona esse elemento como uma das inspirações para a construção da obra.

Nas poesias citadas, o mar aparece como propulsor para momentos de reflexão, seja sobre o amor, sobre a saudade ou sobre o reconhecimento do espaço da praia e a solidão que ela traz como propícios para a profundidade dos sentimentos dos emissores das poesias. No poema “Uma tarde no Cuman” o mar e a praia inspiram a poesia de um eu-lírico apaixonado, que vê no movimento das ondas um pouco de suas próprias paixões e desejos:

Aqui minh'alma expande-se, e de amor
Eu sinto transportado o peito meu;
Aqui murmura o vento apaixonado,
Ali sobre uma rocha o mar gemeu.

E sobre a branca areia - mansamente
A onda enfraquecida exausta morre;
Além, na linha azul dos horizontes,
Ligeirinho baixel nas águas corre.

Quanta doce poesia, que me inspira
O mago encanto destas praias nuas!
Esta brisa, que afaga os meus cabelos,
Semelha o acento dessas frases tuas.

Aqui se ameigam de meu peito as dores,
Menos ardente me goteja o pranto;
Aqui, na lira maviosa e doce
Minha alma trina melodioso canto.

A mente vaga em solidões longínquas,
Pulsa meu peito, e de paixão se exalta;
Delírio vago, sedutor quebranto,
Qual belo íris, meu desejo esmalta.

trazem o mar em suas produções: “percorremos a obra de 52 poetas do Romantismo brasileiro, uma vez que o centramento exclusivo nos autores canônicos nos parecia insuficiente para revelar a dimensão da incidência (ou da ausência) do mar na produção do período. Foram lidos todos os poemas que fizessem no título menção explícita ao mar, ou implícita, através de campos metonímicos como praia, concha, areia, barco. Desse total, nada menos do que 22 poetas não assinaram textos com motivo marinho; dos 30 restantes (3), 23 possuem poemas efetivamente dedicados ao tema, e nos demais o mar comparece na condição de coadjuvante, seja no contexto mais amplo de uma baía ou de um litoral, seja num cenário protagonizado pela lua. Presença, portanto, relativamente moderada [...] Percorridos os poemas, percebemos a recorrência de algumas configurações no tratamento do motivo marinho [...] a) o mar como objeto de narração; b) como substrato épico-histórico; c) como matéria lírica; d) como fonte de indagação filosófica”. Na poesia de Maria Firmina dos Reis, não analisada pelo pesquisador, poderíamos vincular sua utilização do motivo marinho no quarto tópico mencionado, visto que o mar e a praia aparecem como espaços propícios para o silêncio e a reflexão.

Vem comigo gozar destas delícias,
 Deste amor, que me inspira poesia;
 Vem provar-me a ternura de tu'alma,
 Ao som desta poética harmonia.

Sentirás ao ruído destas águas,
 Ao doce suspirar da viração,
 Quanto é grato o amor aqui jurado,
 Nas ribas deste mar, - na solidão.

Vem comigo gozar um só momento,
 Tanta beleza a me inspirar poesia!
 Ah! vem provar-me teu singelo amor
 Ao som das vagas, no cair do dia. (REIS, 1976, p. 25-26)

A praia torna-se o espaço de calma, e os elementos característicos desse lugar, o mar, a brisa, a beleza, o espaço aberto, todos funcionam como algo que leva a boas lembranças com a pessoa amada, que se deseja perto, inclusive para a contemplação desse espaço e momento. A construção do eu-lírico nessa poesia também é de alguém triste (Aqui se ameigam de meu peito as dores / Menos ardente me goteja o pranto), mas esperançoso e apaixonado, tornando a praia e o mar cenário e testemunhas de suas paixões. Esse poema faz parte da temática do amor como sentimento puro nas poesias de Maria Firmina dos Reis, por vezes não consumado. Nem sempre essa construção permanece, pois sua obra em prosa traz a pureza desse sentimento acompanhada por situações amargas. Em *Gupeva*, como mencionado (ver nota 54), os amantes morrem antes de consumarem o sentimento; em *Úrsula* os personagens principais casam-se, mas são impedidos de viverem seu amor por conta das armadilhas do vilão. No *Álbum* de Maria Firmina dos Reis pode-se encontrar uma explicação para essa percepção do amor:

Amei eu já acaso? Não sei. Amor – acrescentarei eu, é uma paixão funesta – é o amor quem espreme no mundo tanto fel, tanta amargura, é quem torna a vida peso insofrível, por demais incômodo. Amor que abre ao homem a senda do prazer e da vida é também quem cerra sobre ele a lousa da sepultura. (REIS in MORAIS FILHO, 1975)

Estabelecendo para si um estado de solidão e sensibilidade, a autora atraía esse mesmo estado para o leitor de suas poesias. A alma sensível e a desilusão amorosa ou não consumação do amor almejado aparecem como sentimentos característicos da estética romântica, e, sendo as poesias “o termômetro mais sensível das tendências literárias” (CANDIDO, 2000, p. 23), é por meio desse gênero que Maria Firmina dos Reis abarca a concepção estética e temática do período. Nessa poesia, o amor como vetor da criação poética (Deste amor, que me inspira poesia) é possível pela idealização do sentimento das ações, o

desejo de compartilhar momentos, mas sem chegar ao ponto da realização, pois, atingindo a concretização, o resultado poderia ser negativo.

Assim, analisando a produção poética de Maria Firmina dos Reis, como muitas mulheres do período, observamos que a escritora buscou reivindicar um lugar no mundo das letras, seguindo uma tendência ainda nascente de crescimento da escrita feminina no Brasil. Em seus textos poéticos, demonstrava um ponto de vista próprio, mas vinculado às produções nacionais românticas. Sua participação na imprensa reforça uma tentativa de subverter a determinados padrões patriarcais, de forma que ultrapassa certos limites na construção e apresentação de personagens de suas obras em prosa e eu-lírico em suas poesias.

Para a compreensão de seus escritos, a noção de escrevivência corrobora para pensar a importância da subjetividade da autora e de seu contexto para o desenvolvimento dos textos, afinal, dá a conhecer sentimentos que ecoam entre outras mulheres que viveram na sociedade patriarcal oitocentista, como também imprime seu ponto de vista a partir de seu lugar social. Seu papel como professora possibilitou sua inserção em grupos sociais que acabam por motivá-la a seguir também como escritora, tendo recebido incentivos significativos para que se tornasse reconhecida, burlando, em parte, o sistema de opressão vindo de diversas instituições limitadoras da mulher em sociedade, colocando-a apenas em ambiente interno. Estudar a obra de Maria Firmina dos Reis, como de outras escritoras do período, possibilita notar que a passividade não era a atitude primordial para as mulheres no período. Contestar essa postura cristalizada no pensamento social traz à tona essas personagens esquecidas, que, em meio ao *contexto proibitivo*, de alguma forma faziam com que sua voz ecoasse.

Problematizar a atuação de Maria Firmina dos Reis para além da literatura antiescravista mostra a vinculação de seus textos a uma literatura nacional romântica, em seu estilo, temáticas, modo de composição, de acordo com regras e instrumentos formais vigentes, bem como a atitude política em reconhecer-se como sujeito crítico e intelectualmente ativo, buscando uma posição em meio à imprensa. Como mulher negra, constrói sua produção literária a partir de muitas vertentes, não necessariamente ligadas à luta contra a escravidão negra, mas que se observe a diversidade temática que pôde construir nos cinquenta anos em que atuou como escritora, nem todos pautados no enfrentamento direto ao discurso hegemônico, afinal, tomar essa atitude poderia ter tornado seu nome e obra mais esquecidos, tendo em vista o já citado período em que sequer tomamos conhecimento de sua existência, tendo sua obra descoberta apenas cerca de cem anos após a publicação (ver nota 3).

As poesias de Maria Firmina dos Reis apontam para a relação de sua escrita com o movimento romântico, explorando temáticas presentes nesse período de maneira semelhante

aos autores canônicos, mas não apenas sob esse ponto de vista. Se há certa dificuldade em analisar suas poesias fundamentados na percepção atual do conceito de literatura negra brasileira, essa ainda é uma limitação do conceito em relação às produções do século XIX, embora o conceito literatura afro-brasileira lance uma tentativa considerável a partir, especialmente, dos critérios autoria, sob o qual as poesias de Maria Firmina dos Reis poderiam ser analisadas sob o viés desse conceito, e o ponto de vista, que, conforme Duarte (2014), além da autoria, poderia ser identificado por um posicionamento do escritor a partir do lugar de fala como homem ou mulher negra, tematizando aspectos vinculados a esse segmento social em suas produções literárias. O ponto de vista na obra poética de Maria Firmina dos Reis lança-se desse lugar de fala de mulher negra, como algo que não se desvincula, especialmente tendo em vista aquele *contexto proibitivo*, no entanto, as temáticas majoritariamente trabalhadas nas poesias distanciam-se da produção antiescravista, ainda que faça parte de um projeto de ingresso na imprensa do período.

Assim, os conceitos trabalhados anteriormente mostram-se ainda carentes de elementos para a compreensão desse *contexto proibitivo* do século XIX para a análise da literatura desse período, ainda que o reconheça. As poesias de Maria Firmina dos Reis configuram-se como desafiadora produção literária para a compreensão a partir desse lugar de fala da mulher negra. Reconhecer a variedade dessa literatura e os diferentes modos como a escritora trabalha suas poesias é um primeiro passo, de muitos que ainda podem ser realizados, para a compreensão da produção poética de Maria Firmina dos Reis.

3.3 Antiescravismo sob a ótica da mulher negra: *Úrsula* e *A escrava*

Neste tópico é realizada a análise de duas obras em prosa de Maria Firmina dos Reis, o romance *Úrsula* (1859) e o conto “A escrava” (1887), tendo em vista o lugar de fala da escritora e a sua atitude política, levando em consideração o contexto em que atuou. O romance *Úrsula* utiliza como argumento antiescravista o aspecto religioso e o civilizatório, de forma a construir a imagem do sujeito escravizado ao mesmo tempo consciente e manifestando revolta em relação à situação de opressão. Destacando os personagens negros da narrativa, o romance da escritora maranhense promove a denúncia da escravidão como instituição. No conto “A escrava” a história é contada ainda na perspectiva adotada pela escritora décadas antes, em *Úrsula*, no entanto, os argumentos voltam-se para um pensamento social, destacando o mal que a escravidão trazia para o país, afirmando o negro como vítima

desse sistema e a crueldade dos defensores dessa cadeia que perdurava no Brasil, como pode ser identificado ainda no início da narrativa:

– Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionista; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezanove! a moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (REIS, 2004, p. 241)

O argumento em favor da moral cívica permeia a estrutura narrativa de maneira que recupera o contexto de ambiguidade de desejos da burguesia local, vivendo em busca de civilidade e de uma vida moderna, dado o contexto de ascensão das ideias de libertação no mundo europeu, ao mesmo tempo em que não abdicavam do trabalho escravo. No entanto, o fato é que a realidade não obrigava a optar, formando o que Roberto Schwarz (1997, p. 41) denomina de ambivalência ideológica das elites brasileiras, formando uma incompatibilidade que, no entanto, funcionava para as elites como forma de reafirmarem seu poder mandonista. Além disso, seja pelo argumento da moral religiosa, seja pela incongruência das ideias que formavam a moral cívica, nas duas obras os personagens negros são construídos com atitudes que provoquem o reconhecimento da sua humanidade e consciência, desconstruindo-se a imagem negativa que pesava nas representações desse sujeito. Assim, neste tópico, compreendemos as duas narrativas como projetos que transparecem a percepção antiescravista, podendo ser analisados em conjunto, pois complementam-se em relação aos argumentos utilizados em favor da causa abolicionista. As atitudes políticas mostram-se, sobretudo, nas narrativas dos próprios escravizados, assim:

Maria Firmina dos Reis evidentemente traz uma contribuição definitiva para a literatura abolicionista: ela representa um ponto de vista de oposição à tendência geral, dotando o negro de um padrão mental próprio dentro do cenário de Novo Mundo. Isto significa uma revolução na representação do outro e na representação da autoridade. Não só o outro passa a ter um ‘eu’, como também passa a se expressar de modo próprio. (MARTIN, 1988, p. 13)

Ao ser afirmada a possibilidade de atitudes políticas na obra de Maria Firmina dos Reis, voltamo-nos para os aspectos estabelecidos no capítulo anterior, elaborados a partir do olhar para as características da literatura negra brasileira. A escritora maranhense, por meio de sua atuação, se faz sujeito e promove o discurso contra a opressão, distanciando-se do discurso hegemônico em relação ao sujeito negro, trazendo-o a partir de sua própria fala nas narrativas, em *Úrsula* a partir dos personagens Túlio, Susana e Antero e em “A escrava” a

partir de Joana. As mulheres negras de suas narrativas, trazendo uma perspectiva histórica e comprometida com a denúncia a partir de suas consciências em relação ao sistema escravista, estabelecem o teor político de maneira mais densa, promovendo a reflexão acerca de práticas estabelecidas no período contra a população negra.

O enredo de *Úrsula* centra-se no triângulo amoroso entre a personagem de nome homônimo ao romance, a menina Úrsula, que vive com sua mãe acamada em uma pequena propriedade; Tancredo, bacharel em direito, que foge transtornado de sua casa após ver a morte de sua mãe e ser enganado por seu pai, posteriormente é encontrado muito debilitado por Túlio, que o salva e o leva para a casa de Úrsula, onde fica sob os cuidados da moça e se apaixona por ela; e Fernando P..., tio de Úrsula e feroz senhor de escravos, que se apaixona pela sobrinha e impossibilita a união do jovem casal, assassinando Tancredo e casando-se com a jovem, que enlouquece em virtude dos muitos sofrimentos e perdas. Entre esse enredo mais amplo, seguem as histórias dos personagens Túlio, afro-brasileiro que vive na propriedade de Úrsula, alforriado por Tancredo após salvar sua vida e protetor do rapaz diante das armadilhas de Fernando P...; Susana, senhora africana que passou pelo processo da diáspora e, assim como Túlio, vive com a menina, ambos sob a posse de Luísa B..., mãe de Úrsula. É Susana quem narra o rapto de seu país de origem, a travessia para a América e o modo como eram tratados os escravizados ao aportarem em praias brasileiras; e Antero, velho africano que vive sob as ordens de Fernando P..., responsável por contar alguns dos costumes de sua terra natal.

O conto “A escrava” também é formado por narrativas sobrepostas, a primeira inicia com uma mulher abolicionista em uma festa, conversando com um grupo de pessoas sobre a escravização negra no país, momento em que recorda uma situação que havia passado há pouco tempo, e conta ao grupo de modo a argumentar contra o sistema escravista no país. Sua história forma a segunda narrativa, na qual menciona o encontro com uma mulher escravizada muito debilitada, Joana; um feitor que estava a sua procura e um jovem negro, de nome Gabriel, filho de Joana. Após o encontro segue a terceira narrativa, na qual Joana conta à mulher abolicionista sua história, desde criança, quando viu seu pai ser enganado por um senhor em relação à alforria da filha, até a idade adulta, quando tem dois de seus filhos, Carlos e Urbano, vendidos a um traficante de escravos, o que a deixa transtornada. Joana, diante dos muitos sofrimentos, morre após contar sua história, deixando o filho Gabriel sob os cuidados da senhora abolicionista, que concede a alforria ao rapaz e um enterro para Joana, apresentando-os ao antigo senhor dos dois escravizados, deixando-o furioso.

Nas duas narrativas, o tom político sobressai nas vozes das duas mulheres negras escravizadas. Analisar as falas dessas mulheres, seja da autora ou dessas duas personagens,

denotam o aspecto de tentar “ferir o silêncio imposto” no que diz respeito ao modo como o negro escravizado era representado nos poucos registros literários em que se encontram até então, tomado como sujeito sem voz e prejudicial ao ambiente familiar⁶¹. Conforme Gomes (1988, p. 29), “A literatura brasileira, até o final do século XVIII, prudentemente ignorou o negro. O romantismo oitocentista, por sua vez, bloqueou o quanto pôde a sua presença.” As narrativas de Maria Firmina dos Reis, por um lado, adequam-se ao modelo romântico, ao trazer como foco central o triângulo amoroso em torno de três personagens brancos ou a posição de uma senhora abolicionista, ao passo que distancia-se dessa tradição ao introduzir a voz e a história dos personagens negros como fonte vital das narrativas, transgredindo discursos negativos, valorizando a ancestralidade africana e rompendo com o eixo da tradição do romance romântico em relação ao papel do sujeito negro (LOBO, 1993), abordando a temática da escravização pelo olhar piedoso, assim como de consciência em relação à humanidade desses sujeitos a partir da escuta de suas histórias.

Nesse sentido, a escrita de Maria Firmina dos Reis encontra-se com a postura mencionada por Conceição Evaristo no que concerne a perspectiva de desafio na construção dessa literatura: “Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança.” (EVARISTO, 2005, p. 202). As narrativas são pautadas na construção de modelos sociais de maneira a enfraquecer o sistema escravista na narrativa, desnudando a crueldade com que eram tratados os escravizados, também humanos e semelhantes, desconstruindo-se a concepção do sujeito negro como propriedade ou selvagem.

Nesse aspecto, Túlio, em *Úrsula*, e Gabriel no conto “A escrava” inscrevem ainda no início das duas narrativas o tom escolhido para abordar a presença desses sujeitos nas histórias. Túlio é um rapaz honrado e forte, que ingressa na narrativa, a princípio, para salvar Tancredo. Sobressai em sua descrição a sua bondade e caráter, expressos desde a sua fisionomia: “O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a

⁶¹A importância das duas mulheres negras é ressaltada desde a capa de algumas das edições publicadas de *Úrsula*, especialmente a 3ª edição, de 1988, organizada por Luiza Lobo; a 5ª edição, de 2009, sob organização de Zahidé Muzart e Eduardo de Assis Duarte; e a 6ª edição, de 2017, organizada por Eduardo de Assis Duarte, nas quais pode-se observar o rosto de mulheres negras no primeiro plano, feitas também sujeitos de enunciação. Tanto em *Úrsula* quanto em “A escrava”, as personagens são responsáveis por situar o leitor em relação ao contexto em que se desenvolvem as narrativas, de escravização e violências múltiplas contra as mulheres negras, mas nem por isso marcado unicamente pela submissão, ao contrário, o olhar dessas mulheres no texto, assim como nas imagens das capas, inscrevem suas consciências em relação ao processo de desumanização desses sujeitos, indicando nesses olhares que as memórias expostas jamais poderão ser esquecidas.

nobreza de um coração bem formado.” (REIS, 2004, p. 22). A narradora continua: “E o mísero sofria, porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma” (REIS, 2004, p. 23).

Gabriel, do mesmo modo, traz desde a sua fisionomia o aspecto de quem sofria, mas trazia virtude e jamais poderia causar medo em quem nele lhe pusesse a vista: “Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto, sua fisionomia era franca e agradável [...] No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade.” (REIS, 2004, p. 247). Assim, os dois rapazes, como os outros personagens escravizados nas duas narrativas, são construídos de modo a promover a compaixão dos leitores, provocando a reflexão acerca das violências impostas pelo sistema. Túlio e Gabriel são fontes de atenção das narradoras ao abordar a escravização, mas a nobreza e o caráter honrado dos rapazes não se limitam apenas aos dois, mas, sim, ressoam a humanidade de todos os sujeitos reduzidos à propriedade pelo sistema escravista, configurando, assim, a crítica à escravização como instituição.

No contexto em que o romance foi escrito, na década de 1850, a instituição ainda aparecia prodigiosa no Brasil, no entanto, com os movimentos a favor da abolição em outros países e a emancipação dos escravizados em boa parte do mundo ocidental, na década de 1860 o Brasil passou a ser o único Estado que ainda conservava o sistema. O clima abolicionista tornou-se mais notável somente na década de 1870, quando se desenvolve a crise do sistema escravocrata, já próximo da aprovação da lei do ventre livre, que dava visibilidade às conquistas alcançadas pelos escravizados e movimentos pró-abolição, difundindo-se o reconhecimento do enfraquecimento da instituição escravista no país. Nesse mesmo contexto, e também em anos anteriores a ele, os escravizados tinham apenas na alforria a possibilidade de serem libertos, além das estratégias de subversão, como as fugas, no entanto, a vida como alforriado pouco diferenciava das concepções como escravizado:

Os dados provenientes dos livros da Casa de Detenção da Corte oferecem um panorama da situação, sugerem o quanto a experiência de liberdade dos negros no Brasil do século XIX permaneceu constrangida pela força da escravidão. Não se pode subestimar o quanto o risco de ser empurrado de volta à escravidão, ou de ser reduzido ilegalmente ao cativeiro, pautava o pensamento, a conduta e as estratégias de vida dos negros brasileiros naquele tempo. (CHALHOUB, 2012, p. 233)

Para as mulheres negras o contexto não era diferente, somando-se a isso a percepção dessas mulheres como libertinas:

Ser liberta não eximia as mulheres no ônus de viver em uma sociedade escravista. As forras enfrentavam inúmeros preconceitos, eram acusadas de ‘levar vida airada’, de não ter moral. Eram constantemente abordadas pelas autoridades como se fossem escravas fugidas e algumas chegavam a ser presas várias vezes, amargando processos judiciais para comprovar o seu status de liberta. Muitas chegaram mesmo a ser raptadas, reescravizadas e revendidas como escravas. (DIAS, 2012, p. 377-378)

A discussão acerca da emancipação dos sujeitos escravizados, desse modo, engatinha por décadas. Em texto de José Bonifácio de Andrade e Silva à Assembleia Constituinte de 1823, que não chegou a ser discutido em virtude de ter sido dissolvida por Dom Pedro I precocemente, o autor faz uma análise da escravização e denuncia a instituição promovendo a crítica ao sistema que atrasava o desenvolvimento do Brasil, assim, propõe a abolição gradual dos escravizados, indo contra os interesses dos escravocratas e destacando uma das minorias do país. Uma das principais críticas do documento concentra-se naquilo que o autor chama de “escravidão perpétua”, no qual o senhor teria direito a toda a descendência do escravizado, dando continuidade a barbaridade iniciada com o tráfico do negro africano para o Brasil. Já nesse período, críticas ao sistema acumulavam-se no país, o que, de início não enfraqueceu a prática, mas endossou outras perspectivas surgidas posteriormente.

Esse contexto pode ser recuperado nas narrativas de Maria Firmina dos Reis, desde a escravização como sistema econômico produtor até as lutas pela emancipação, ocorridas em diversas frentes, inclusive pela resistência dos escravizados, ainda que, em certa medida, o romance e o conto apresentem a vida dos escravizados de maneira quase eufemística em certas passagens, o que, talvez, deva-se ao caráter moralizante das narrativas que, pelo modo como são construídas, parecem buscar a conscientização dos leitores acerca das violências praticadas contra os negros, ora amenizando as palavras ora mostrando de maneira mais enfática como determinadas violências aconteciam. A hipótese levantada nesse tópico compreende que a percepção da escritora acerca do sistema escravista, externada nas construções narrativas em que deixa entrever esse contexto oitocentista, deve-se, em grande medida, ao lugar de fala de Maria Firmina dos Reis como mulher negra.

Djamila Ribeiro (2017) apresenta o conceito de lugar de fala especialmente a partir do diálogo com textos de Patrícia Hill Collins e sua teoria do ponto de vista feminista, pelo qual destaca o lugar de fala como lugar social, considerando o indivíduo e suas vivências, mas pensando nas relações estabelecidas entre o indivíduo e os grupos sociais aos quais pertence. Em relação aos sujeitos negros e seu direito à fala e a escuta dessas falas, a escritora destaca que “quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o

direito à própria vida.” (RIBEIRO, 2017, p. 43). A afirmação vai de encontro à realidade social que exclui a mulher negra e suas vivências da sociedade, estabelecendo um lugar de dupla marginalização que há muito tempo vem sendo construído.

bell hooks (1995) salienta que a mulher negra é comumente representada a partir de seu corpo, seja no âmbito na escravização, em que seus corpos viraram sinônimo de luxúria e pecado, ou apenas como predispostos para a reprodução e alimentação, até a atualidade, quando ainda persiste o pensamento de que, a princípio, as mulheres, especialmente as mulheres negras, devem se dedicar aos trabalhos domésticos antes do trabalho intelectual, este visto sob o domínio masculino. Dessa forma, mulheres negras, por vezes, têm suas possibilidades de fala restringidas, seu discurso baseado na intelectualidade desmerecidos ou esquecidos da tradição hegemônica.

Maria Firmina dos Reis é parte desse grupo de mulheres negras que tiveram suas vozes negadas ou esquecidas por muito tempo, ressurgindo no atual contexto de legitimação desses discursos e da tentativa de reconstrução histórica. Assim, ao pensarmos o lugar de fala da escritora, pensamos em seu lugar social como mulher negra, que ecoa em seus textos literários, entendendo que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (RIBEIRO, 2017, p. 64). Além disso, considera-se seu papel como intelectual negra, numa leitura de seu contexto, compreendendo que “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo [...] é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla.” (hooks, 1995, p. 468). Os conceitos de lugar de fala e intelectual negra, este último compreendendo suas especificidades e adaptação para o contexto do século XIX, dialogam, na medida em que possibilitam analisar a obra de Maria Firmina dos Reis como produção consciente em relação ao seu caráter precursor especialmente no contexto do Romantismo, marcada por uma postura socialmente identificada com as temáticas desenvolvidas em torno da escravização negra no Brasil.

A escritora maranhense não foi a única a tematizar a escravização negra em seus textos literários criticando o sistema e trazendo os personagens negros dotados de virtudes. Nísia Floresta, de março a junho de 1855, publica o conto “Páginas de uma vida obscura” no jornal *O Brasil Ilustrado*, do Rio de Janeiro, no qual conta a história de Domingos desde seu rapto no continente africano e sua chegada ao Brasil até sua morte, destacando seu caráter honrado e colocando-o como exemplo de cristão, posicionando-se contra o sistema escravista.

No texto, denuncia-se o sistema a partir da crítica à passividade da Igreja diante das violências cometidas, questionando o poder opressor a partir de suas próprias contradições, assim como nas obras de Maria Firmina dos Reis. Nísia Floresta demonstra uma compreensão a frente de seu tempo em relação à escravização negra no país e, por meio do texto literário, constrói a imagem do sujeito negro de maneira positiva. A narradora reconhece Domingos como preso pelo poder dominante, no entanto, mesmo sob a escravização, é apresentado como aquele a quem os vícios não podem corromper, porque é dotado de nobreza de caráter. O personagem representa o verdadeiro cristão, seguindo com retidão os preceitos de Cristo, aceitando a escravização resignado, mesmo reconhecendo a violência da prática escravista⁶².

Domingos, como o bom cristão, manteve-se sempre fiel, mesmo diante de oportunidades de reação contra o sistema a partir de fugas ou violências contra o senhor. Apesar de almejar a liberdade, permanece constantemente ao lado de seu senhor: “O fiel Domingos foi o único que ali o acompanhou porque dos poucos escravos com que não havia traficado, só este permanecendo constante aos princípios de resignação cristão, não quis recorrer à fuga para obter a liberdade.” (FLORESTA, 1855 in DUARTE, 2009, p. 51) Ao mencionar Domingos como o verdadeiro cristão sobressai a crítica contra o Cristianismo e a Igreja que, ao aceitar a escravização e as violências passivamente, contrariava os princípios pregados por Cristo. A crítica é realizada por outro personagem escravizado, que vivia junto a Domingos e revoltava-se contra o sistema por ter sido separado de sua família:

– Cristianismo! exclama depois com voz repassada de dor.

Praticam os nossos tiranos? Sentimos nós outros, vítimas de seus cruéis caprichos, de seu brutal domínio, influência alguma em tal conduta havida conosco, dessa religião que dizem professar, e de cujo ensino e verdades de propósito nos privam?

Eu tinha uma mulher e dois filhos, venderam-os quando menos o pensava a diferentes senhores. Minhas lágrimas, minhas súplicas só me obtiveram maiores rigores. (FLORESTA, 1855 in DUARTE, 2009, p. 63)

⁶²O texto de Nísia Floresta faz a construção do bom senhor e do bom escravo, ancorado na premissa de que todos são filhos do mesmo Deus, no entanto, os cativos, diante de sua origem, passam por mais agruras, a fim de encontrarem o descanso no perdão divino após a morte, caso cumpram fielmente os desígnios a que são submetidos. Essa perspectiva segue a concepção da Igreja em relação à escravidão, que pode ser encontrada no Sermão XIV do Padre Antônio Vieira, Sermão do Rosário, pregado na Bahia à irmandade dos pretos, no dia de São José Evangelista. Neste texto, o padre ressalta o papel dos pretos que, tendo nascido em terra pagã: “[...] deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazidos a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salveis.” (VIEIRA, 1998, s.p). Assim, a resignação faria parte do propósito divino para que os cativos pudessem adentrar ao reino de Deus, tendo os castigos em vida como provações para alcançarem a graça celeste.

Nísia Floresta utiliza desse argumento para a construção do texto, atribuindo a Domingos todas as virtudes morais para ser considerado bom, mesmo diante da condição imposta. Domingos é predisposto a servir, pois sabe que, assim, estará de acordo com o que Deus e o seu senhor esperam de seu comportamento, o que lhe dará recompensas no céu. Alguns pontos do texto ora identificam essa produção a uma tradição já construída em relação à concepção de escravizado, ora diferenciam o texto, levando-o além das concepções expressas em outros títulos abolicionistas posteriores: a) No texto a escravidão é um sistema odioso. Domingos não o merecia, por conta de suas virtudes, e tantos outros escravizados também não, porém, o primeiro é resignado, enquanto os demais não estariam conseguindo passar pelas provações sem promover ações que poderiam desagradar a Deus, como fugas e rebeliões; b) A construção de Domingos não o coloca como um homem feliz com o cativo, ele deseja a liberdade; c) A bondade de Domingos é construída de forma que ele acredita que pode mudar o coração dos senhores. Essa construção, assim como em *Úrsula*, coloca o sujeito negro como “base de comparação” (MARTIN, 1988, p. 11) diante do branco.

Tendo em vista esses pontos, cabe ressaltar que a escritora constrói a narrativa a partir do que Heloísa Toller Gomes (1988, p. 12) denomina de racismo romântico, segundo a qual sobressai

a visão paternalista e pretensamente humanista do homem negro, caracterizando-o como o ‘cristão natural’: um ser humilde e dócil, mais preocupado com a felicidade do outro do que a sua própria, capaz de sacrificar-se até a autoimolação pelos seres amados (em especial, pela família do bondoso senhor). Assim sendo, o negro teria em si as virtudes mais nobres da humanidade, aquelas enaltecidas pelo verdadeiro espírito do cristianismo.

Essa concepção cria no texto literário o sujeito escravizado sob medida para os senhores, afinal, predisposto a servir e dotado de virtudes que apenas beneficiavam a família, estava sujeito às explorações sem a expressão de rebeldia, mesmo quando consciente de sua condição. Domingos é inserido neste papel na medida em que, além de estar na narrativa como o bom cristão e sacrificar-se pelo senhor, busca imprimir a mesma ideia de subserviência e verdadeiro cristianismo para outros personagens escravizados, quando esses demonstravam insatisfação e insurreições contra esse sistema.

Em *Úrsula*, o personagem Túlio, apesar de sua fidelidade à Tancredo, que acaba por ser um dos motivos da morte do personagem, não está inserido no contexto do racismo romântico, pois seu comportamento deve-se à adaptação ao contexto de ideologia paternalista vigente. Em estudo conduzido anteriormente (CARVALHO, 2015), coube a análise de que

Túlio reconhece a posição social a que estava submetido, bem como manifestava compreensão das relações sociais entre senhor e escravizado, assim, sua postura, por vezes subserviente, é justificada, primeiramente, por esse reconhecimento das relações sociais e, em seguida, por estar, ironicamente, liberto em virtude da alforria concedida por Tancredo, mas preso ao sentimento de gratidão que devota a este rapaz. Seu comportamento não é regido pela esperança de recompensas divinas, mas ancorado nas relações sociais e ideologias vigentes, além da constante esperança de mudanças sociais significativas que pudessem enfraquecer o regime escravista:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! (REIS, 2004, p. 23)

A voz política e o lugar de fala de Maria Firmina dos Reis ressoam na passagem, em que a narradora vê em Túlio um motivo para o fim da opressão e conscientiza o leitor em relação à humanidade do sujeito negro, igualmente livre, mas submetido ao sistema escravista, no qual tinha sua liberdade ceifada. Ao emprestar sua voz aos personagens negros das narrativas, a escritora refaz a história desses sujeitos. A construção do personagem Túlio, desde o início da narrativa, reforça o argumento da semelhança, do serem irmãos, excluindo o argumento da diferença, que se tornaria uma das justificativas para a escravização, retornando à concepção de que o termo negro e suas significações, assim como o branco e seus sentidos, a percepção de África são afirmações e construções políticas e historicamente construídas (ver nota 24), de maneira a tonificar a diferença, que serve à inferiorização da população negra, que contribuiu para a criação de um mito que perdura até a atualidade. Grada Kilomba (2016, s.p), em entrevista para Djamilia Ribeiro, afirma que

Outro mito que precisamos desconstruir é de que muitas vezes nos dizem que nós fomos discriminados, insultados, violentados porque nós somos diferentes. Esse é um mito que precisa acabar. Eu não sou discriminada porque eu sou diferente, eu me torno diferente através da discriminação. É no momento da discriminação que eu sou apontada como diferente.

Analisar o lugar de fala de Maria Firmina dos Reis como um dos pontos que marcam o posicionamento adotado nas narrativas, assim como caracterizam sua atuação na imprensa e produção poética, reafirma essa concepção de desconstruir a ideia de diferença, assinalando em suas narrativas o fator do poder para a construção dessa diferença, não como algo inato. Essa percepção coloca a autora maranhense no rol de escritoras negras que trazem para a

narrativa um posicionamento social, e atitudes políticas, no qual se identifica, como mulher negra, assim como o faz, na atualidade, a escritora Conceição Evaristo, por meio da escrevivência que, afinal, também versa sobre a questão do lugar de fala e o modo como pode ser relevante para a construção literária. Por meio das obras *Úrsula* e “A escrava” há a afirmação de um pensamento étnico que desestabiliza o sistema de opressão, além de, como menciona Evaristo (2014), subverter as noções de dominador e dominado, fazendo deste último consciente das práticas de opressão e igualmente consciente de estratégias para subverte-lo.

Ao mencionarmos o texto de Nísia Floresta percebe-se também o lugar de fala dessa escritora. Abordando o mesmo tema presente na obra de Maria Firmina dos Reis a partir de um personagem negro que é ressaltado na construção literária de maneira essencializada, dessa forma, Nísia Floresta imprime na narrativa a perspectiva do racismo romântico. Tendo em vista o contexto do século XIX, em que a influência europeia em diversos âmbitos da sociedade se fazia presente, inclusive no meio cultural, a literatura reforçava, em grande medida, a tônica de representações estereotipadas de sujeitos que não condiziam com a idealização pautada em um padrão burguês, o que fazia do negro um personagem distante das narrativas ou, quando muito, apresentado de maneira negativa ou essencializado. No caso do conto de Nísia Floresta, mesmo prevalecendo a representação positiva, narra-se um homem resignado com a opressão, adequando-se ao padrão de representação desse sujeito.

Em *Úrsula* e “A escrava” sobressaem as vozes de mulheres negras que abordam a escravização de maneira a condenar a instituição e exteriorizar sua revolta contra a opressão, contando suas próprias histórias sob o jugo do sistema escravista. As narrativas de Susana, em *Úrsula*, e Joana, no conto “A escrava” ressoam o viés histórico do período e possibilitam observar algumas das práticas do sistema, seja no sequestro de africanos como mão-de-obra escravizada, seja na venda dos filhos de mulheres escravizadas, tornando mais forte a denúncia contra a instituição, como na fala de Joana, lembrando a venda de seus filhos:

- Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!
 - Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.
 - Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando a mão do cruel traficante: – meus filhos!... meus filhos!
- Mas ele dando um forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar... (REIS, 2004, p. 257)

Ambas as personagens trazem no bojo de suas narrativas a “inversão da ordem do colonizador” (LOBO, 1993, p. 175), e outros parâmetros no que diz respeito às temáticas

abordadas em suas histórias, ancoradas no que Lobo (1993, 193) denomina de “dimensão rememorativa do passado”, no caso das personagens, um passado em continuidade dentro de seus contextos de fala. A narrativa de Joana encontra-se com a narrativa de Túlio no romance *Úrsula*, no entanto, neste último sob a perspectiva deste rapaz, que foi separado de sua mãe ainda jovem. Túlio foi separado de sua mãe por conta do ciúme de Fernando P... pelo modo como sua irmã Luísa B... mantinha amizade com a escravizada, assim, ele compra a mãe de Túlio entre as muitas dívidas do esposo de Luísa, com o objetivo de separa-la do filho e submetê-la a maus-tratos até sua morte:

– Minha mãe – continuou o jovem negro – era a escrava predileta de minha senhora: essa predileção chamou sobre ela parte do ódio que Fernando P... votava à sua irmã.

Deveis saber que esse homem amaldiçoado comprou as numerosas dívidas, que meu senhor legou à órfã, e à sua viúva, com o intuito tão somente de reduzi-la ao último extremo de miséria, como a reduziu.

[...]

– Pois bem – prosseguiu Túlio, com voz lagrimosa – minha desgraçada mãe fez parte *daquilo* que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das *coisas* que mais o interessava. Quando ela se viu obrigada a deixar-me, recomendou-me entre soluços aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora, e que é a única escrava que lhe resta hoje!

Minha mãe previa a sorte, que a aguardava; abraçou-me sufocada em pranto, e saiu correndo como uma louca. (REIS, 2004, p. 167-168)

A perspectiva do “eu”, que perpassa parte significativa da produção literária de Maria Firmina dos Reis, aparece na voz dos personagens trazendo a expressão da escrevivência a partir da temática da escravização, demonstrando o enfrentamento aos senhores, representados em *Úrsula* pelo personagem Fernando P..., homem “afeito a mandar, e por isso julgava que todos eram seus súditos ou seus escravos” (REIS, 2004, p. 178), que tem suas ordens questionadas e seu poder desestabilizado, assim como em “A escrava” o senhor é posto como cruel e responsável pelos muitos sofrimentos da personagem Joana, que denuncia seu comportamento.

As narrações de Joana e Túlio encontram eco em histórias de mulheres negras que foram separadas de seus filhos, prática recorrente no período, seja para tornar as mulheres amas de leite das crianças dos senhores, seja para torna-las escravas no lar ou na lavoura, tornando seus filhos próximos das crianças dos senhores de modo a poder servi-los ou colocando-os igualmente no trabalho da lavoura ainda crianças, assim, ambos ficavam sob domínio dos senhores. A separação dos filhos torna-se mais frequente no período de proibição do comércio de escravizados, em meados do século XIX; com o fim do tráfico a transferência

de cativos para outras regiões do país tornou-se um meio para continuar o abastecimento do sistema. O Maranhão, como detentor de grande mão-de-obra de escravizados no período posterior à proibição do tráfico, foi uma das principais províncias para esse comércio interprovincial, o que contribuía para a desestabilização das famílias dos escravizados, como sucede para a personagem Joana. Segundo Cristiane Jacinto (2016, p. 79):

A venda significava uma ruptura ainda mais radical quando os escravos eram direcionados para outras localidades ou províncias. E isso não era improvável, posto que o Maranhão se tornara, a partir de 1846, uma das fontes de abastecimento do tráfico interprovincial de escravos. Ser vendido para outra província ou mesmo para o interior podia significar, na maioria dos casos, a separação definitiva de seus familiares e de toda uma rede de solidariedade construída no cativo. Nesse cenário, o momento da venda não era traumático apenas para os que partiam, os que ficavam também se desesperavam diante das separações

Esse tipo de prática gerou resistências entre os escravizados, na busca por manterem as organizações familiares, bem como estratégias para minimizarem as consequências do momento traumático da separação, ocorrendo casos em que a mãe, algumas vezes liberta, tendo em vista as possibilidades de comprar sua alforria, novamente se submetiam à escravização para poderem acompanhar os seus filhos. No caso de Joana o trauma provoca o desespero da personagem, que busca resistir por meio da fuga em virtude dos castigos excessivos a que era submetida⁶³. As consequências dessa proibição do tráfico modificam o papel da mulher negra escravizada nas fazendas, situação que não ocorreu apenas no Brasil. Além do tráfico interprovincial, a capacidade de reprodução das mulheres negras passou a ser mais valorizada, pois a criança se tornaria igualmente propriedade do senhor. Angela Davis, tratando sobre essa prática nos Estados Unidos, ressalta:

Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passam a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada

⁶³As atitudes de resistência de Joana se inscrevem também em outras faces. Além das já mencionadas fugas, em virtude dos castigos, e a proteção que buscou dedicar aos filhos até o momento em que eles foram arrancados para serem vendidos, demonstrando enfrentamento direto contra o feitor e o senhor, Joana também resiste por meio do aprendizado da leitura: “Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e viver com alguma liberdade” (REIS, 2004, p. 254). Esse aprendizado, para muitas mulheres negras, também eram uma forma de resistência, no caso de Joana, como ainda era muito pequena, pouco pôde lhe ser útil para contrariar as ordens do senhor quando este enganou seus pais entregando uma carta de alforria falsa, no entanto, cabe o registro das possibilidades que esse aprendizado poderia proporcionar. Ângela Davis menciona que, “Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais” (DAVIS, 2016, p. 34). Assim, a leitura e a escrita poderiam se tornar formas de subverter determinadas opressões, a própria escritora Maria Firmina dos Reis, como filha de ex-escrava alforriada, poderia ser um dos exemplos da importância desse aprendizado para as mulheres negras.

como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiriam a ampliação da força de trabalho escrava. [...] Uma vez que as escravas eram classificadas como ‘reprodutoras’, e não como ‘mães’, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe. (DAVIS, 2016, p. 19)

Desse modo, justifica-se o porquê das súplicas de Joana não terem sido ouvidas, afinal, seu papel como mãe não era reconhecido no contexto do comércio de escravizados, tendo em vista sua posição e a de seus filhos como mercadorias na visão dos senhores e traficantes. A separação ocorria, assim, como motivo para a sustentação da instituição escravista, bem como do comércio, pois, mesmo com a proibição do tráfico, outras estratégias surgem para mantê-lo, seja por meio do tráfico interprovincial, seja por meio dos tráficos ilegais e desembarques clandestinos, que continuaram ocorrendo após 1831. (CHALHOUB, 2012).

No caso de Túlio, mesmo tendo permanecido em localidade próxima de sua mãe, a desestabilização da família ocorre por conta das ordens do senhor, que impossibilita o encontro entre os dois durante anos, até a morte da escravizada. Por essas passagens do romance, a narração de Túlio somada à concepção da narradora em relação à Fernando P... como o senhor que acomodava-se ao papel social mandonista, revela-se o aspecto da ideologia senhorial (CHALHOUB, 2003), fundamentada na percepção da escravização como situação de máxima dependência, sobre a qual predominaria a vontade senhorial. Em *Úrsula* esse aspecto pode ser explorado especialmente a partir do personagem Túlio, seja em momentos em que ele sofre sob os mandos do senhor, como no caso da separação de sua mãe, seja nos momentos em que enfrenta Fernando P... e demonstra o caráter realmente ilusório da ideologia senhorial, afinal, as resistências e estratégias de subversão *sempre* estão presentes, e a voz e os mandos do senhor *sempre* podem ser questionados. (CARVALHO, 2015).

As histórias de Joana e Túlio encontram semelhanças, ainda, no modo como veem em alguns dos personagens brancos, aqueles dotados de compaixão pelos escravizados, a visão de como poderia ser uma nova sociedade, baseada, em *Úrsula*, na relação mais branda entre senhor ou escravizado ou, em “A escrava”, na não escravização, tendo em vista a concepção negativa indelével ao sistema que, se poderia ser extinguido, afinal, havia quem resistissem e quem lutasse contra ele, deixaria suas marcas na população escravizada.

Em relação à Tancredo, Túlio afirma: “Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontramos no meio das nossas dores! Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão.” (REIS, 2004, p. 29), pensamento confirmado pela narradora: “E o negro dizia uma verdade: era o primeiro branco que tão doces palavras lhe havia dirigido; e sua alma, ávida de uma outra alma que a compreendesse, transbordava agora de felicidade e de reconhecimento.” (REIS, 2004, p. 29). A relação dos dois personagens é baseada na gratidão mútua, especialmente de Túlio, que dedica sua vida ao mancebo após este conceder-lhe a alforria, sendo o lado dessa relação que mais sofreu com as armadilhas de Fernando P..., mas a amizade entre os dois transborda na narrativa a possibilidade de uma relação harmônica, ainda que o sujeito escravizado, nesse momento, fosse representado como aquele que mais sofre nessa cadeia, inclusive quando um bom senhor cruza com o seu caminho.

Em “A escrava” Joana, antes de contar a história que a levou ao encontro com a senhora abolicionista, questiona quem era aquela mulher: “Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é pra mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos.” (REIS, 2004, p. 253). Diferente de Túlio, mesmo reconhecendo a bondade da senhora, Joana teme o futuro incerto, tanto para ela, que logo morreria, quando para seu filho Gabriel, que abandonado à própria sorte iria voltar para as mãos do senhor Tavares, o que motiva o pedido de Joana: “– Ah! Minha senhora, começou de novo mais reanimada – apadrinhe Gabriel, meu filho, ou esconda-o no fundo da terra; - olhe se ele for preso, morrerá debaixo do açoite, como tantos outros, que meu senhor tem feito expirar debaixo do azorrague! Meu filho acabará assim.” (REIS, 2004, p. 255). A personagem, conhecendo a posição social da mulher abolicionista como pertencente às sociedades em favor dos escravizados, encontra nela uma esperança para que seu filho seja salvo.

Nessas falas de Joana, Maria Firmina dos Reis traz o papel de três dos protagonistas do período em que foi escrita: o senhor, representado na figura de Tavares; os escravizados, apresentados por meio das personagens Joana e Gabriel, sendo esta primeira a protagonista do conto; e os abolicionistas, representados na personagem da narradora. Os membros das sociedades abolicionistas poderiam apadrinhar os cativos, diminuindo o poder dos senhores, assim, essas sociedades ganharam importância, especialmente nas décadas finais da instituição, conforme Telles (1997, p. 415):

O segmento de sociedades e clubes femininos abolicionistas se mostra um tipo de iniciativa pública organizada que substituiria, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas. Eles tinham o apoio de homens engajados na mesma vertente política. Na imprensa, na década de 1870, vão se tornando comuns libelos e comentários de mulheres. Algumas discursavam em praça pública e outros artistas davam espetáculos visando a emancipação dos escravos.

Assim, a presença desse grupo representado na obra de Maria Firmina dos Reis segue a tônica antiescravista iniciada anos antes, fortalecida por outros argumentos e possibilidades para a emancipação dos escravizados. Se no contexto de *Úrsula* predominava a alforria como forma de libertação, que não oferecia ao escravizado qualquer proteção social, estando sempre sob o risco de voltar à escravidão, pois “os libertos tinham direitos civis limitados. A legislação muitas vezes se referia a eles e aos escravos em conjunto.” (MOTT, 1988, p. 36-37). Em “A escrava” os clubes abolicionistas seriam mais um ponto de estabelecimento de uma sociedade sem a escravização. Essas histórias de Túlio e Joana acerca das muitas faces da instituição escravista ainda ressoam de alguma maneira cada uma dessas violências e resistências que marcaram a vida de tantos sujeitos negros, assim como ainda ecoam como marcas presentes na sociedade contemporânea.

Além das mencionadas, outra face do sistema é revelada por Susana, em *Úrsula*, voltada para a memória anterior à chegada no Brasil. A personagem surge apresentada pela narradora, no capítulo IX, intitulado “A preta Susana”, que marca a importância dessa personagem na narrativa, revelando as relações estabelecidas no comércio de escravizados. No entanto, na voz da velha africana, um passado mais distante toma forma, o ponto zero de conhecimento de cada um desses sujeitos como escravizados: o sequestro no continente africano e tráfico para o Brasil. Ainda que Susana relembre seu convívio familiar, felicidade, liberdade, todas essas boas lembranças são sufocadas nos dias transcorridos após o sequestro para a América. Susana aparece como uma negra idosa, “boa, e compassiva” trajando alguns pedaços de tecido que cobriam um corpo com “pernas magras, e descarnadas”, trajando ainda “um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs” (REIS, 2004, p. 112), assim, a personagem se diferencia da representação comum da mulher negra na literatura canônica, como objeto sexual sujeito aos desejos masculinos, para ser introduzida na história como memória corporificada de sujeitos escravizados que passaram pelo trauma do tráfico e viagem nos navios tumbeiros, o desembarque em terra estranha e violências que os submetiam ao trabalho forçado. Conforme Dias (2012, p. 360),

Para as mulheres de origem africana que viveram como escravas nas grandes propriedades rurais do Brasil, sobreviver já era uma vitória. Distantes de suas redes familiares originais, elas constituíam minoria no plantel de escravos, majoritariamente masculino. No Brasil, vistas mais como mercadoria do que como seres humanos, essas mulheres foram obrigadas a trabalhar e sobreviver em condições extremamente precárias, que incluíam se submeter a constantes maus-tratos, além da violência inerente ao sistema escravista.

Susana representa a voz e memória consciente de alguém que passou por algumas das mais traumáticas experiências advindas da escravização, o sequestro do convívio familiar, e de sua condição humana, para o estabelecimento no Brasil como propriedade. É nesse ponto que se torna visível a experiência de desapossamento, seja de sua terra, de seus costumes, de sua família. O passado pode ser reconstituído apenas pela memória dos sujeitos que passaram pela travessia, cabendo refletir, entretanto, o quanto cada uma das lembranças que traziam poderia ser entenebrecida ou apagada a cada balanço provocado pelo mar, que marcava as muitas violências ocorridas no ventre do navio negreiro.

Conceber a personagem Susana como memória corporificada retoma o já mencionado aspecto das marcas presentes (ver nota 34), sendo Susana a representação ficcional do momento que essas marcas principiam suas escritas no corpo negro, inscrevendo a “dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade [que] foram sufocados nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades” (REIS, 2004, p. 117). A travessia no navio negreiro, a cada dia transcorrido, assinala a supressão das possibilidades de retorno ou de liberdade, mesmo que a busca por ela esteja ainda presente pelas atitudes de rebeldia ainda no navio negreiro. Na narração, Susana apresenta ao leitor cada momento que demarca sua experiência, vista na singularidade de sua percepção, mas ecoando muito além dela:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nesta sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu

ferendo, que escaldou-nos e veio dar a morte os cabeças do motim. (REIS, 2004, p. 117)

Neste trecho retorna a presença do mar na literatura de Maria Firmina dos Reis, mas, dessa vez, sob a perspectiva da temática da escravização, sob a ótica da mulher negra escravizada. Susana rememora o momento da travessia no mar no navio negreiro, tema ainda presente na literatura negra brasileira, como veremos adiante no poema de Conceição Evaristo, como forma de lembrar o momento em que a escravização é consumada e o modo como suas consequências até hoje se mostram presentes para a população negra. Na passagem em destaque, três menções de Susana são aqui consideradas para análise: a metáfora do navio como sepultura e o reconhecimento do desapossamento impresso na narração; o suicídio como prática de insurreição desde o navio negreiro; a opressão contra as insurreições, também desde o navio negreiro. Os três excertos podem ser compreendidos como o caminho da escravização negra no Brasil, desde o seu início com o sequestro de homens e mulheres do seu país de origem, até as violentas repressões, seja em contextos de auge da instituição no país, seja nos momentos que antecedem e marcam o seu declínio, no qual a rebeldia e estratégias de subversão dos escravizados tornam-se mais frequentes, assim como cresce a violência das ações contra os negros insurretos. Assim, o cotidiano da população escravizada no Brasil era uma extensão do navio negreiro, constantemente repetida.

Édouard Glissant (2005) menciona a travessia no navio negreiro, e esse lugar em específico, como aquele onde a vida do sujeito escravizado é tomada pelo mais profundo desapossamento, de suas origens, de suas famílias, de seus costumes, porque os africanos escravizados e trazidos para a América são o que ele denomina de migrantes nus que, diferente dos migrantes armado e familiar, que trazem suas posses, cultura, língua, elementos que o caracterizam, os africanos chegam despojados de tudo, cabendo apenas o papel da memória para a reconstituição e reconfiguração de suas vivências, mas não – jamais será novamente – da mesma maneira de quando foram sequestrados, conforme o autor:

se examinarmos as três formas históricas de povoamento, perceberemos que ao passo que os povos migrantes da Europa, como os escoceses, os irlandeses, os italianos, os alemães, os franceses, etc, chegam com suas canções, suas tradições de família, seus instrumentos, a imagem de seus deuses, etc, os africanos chegam despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava dessa maneira despojado de toda espécie de elementos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua (GLISSANT, 2005, p. 19)

O sentimento e a constatação da perda de instrumentos e elementos que significavam suas vidas são, no ventre do navio negreiro, distantes caminhos sobre os quais o reencontro se fazia cada vez mais improvável, daí a imagem da sepultura, lugar onde se concentra a impossibilidade de reversão. Em momento anterior escrevi que seria “Neste local [que] toda a esperança deveria ser dissipada, mesmo aquela de que eram humanos, assim como os brancos que os estavam transportando de forma tão cruel.” (CARVALHO, 2015, p. 57), cabendo a reflexão, proposta pela própria personagem, em relação às concepções do período sobre o caráter humano de homens e mulheres negras, desapossados, também, de sua humanidade, enquanto lhes era imposto a condição de “*mercadoria humana*” e propriedade, transportados em condições que mais pareciam “os animais ferozes das nossas matas”, acorrentados e despidos de seus gêneros como humanos.

A violência com que era feita a travessia no ventre do navio negreiro provocava, entre outras formas de resistência, o suicídio, prática recorrente não apenas nesse lugar, mas realizada por homens e mulheres negras com o intuito, muitas vezes, de “fugir de situações de opressão que viviam”, assim como seria uma forma de “lesar o senhor” (MOTT, 1988, p. 31), caracterizando a oposição máxima à escravização. No navio negreiro os suicídios poderiam ser a escolha de homens e mulheres negras – e enfatiza-se o caráter de escolha não para marcar que haviam possibilidades diversas, mas com o intuito de reconhecimento de cada um desses sujeitos como possuidores de autonomia em relação aos próprios corpos, fazendo do suicídio uma ação política contra a escravização – uma escolha que tornaria a travessia o momento último da tentativa de retorno, porque o suicídio “Era frequente entre os escravos nascidos em algumas regiões da África, pois acreditavam que depois de mortos iriam retornar para lá. Alguns chegaram a fazer pacto de morte na esperança deste encontro futuro.” (MOTT, 1988, p. 31), cabendo, assim, a esperança remanescente como uma das motivações dessa prática, fato que fazia da África o lugar que permanecia no imaginário como a terra-mãe, um lugar de repouso.

Tanto os suicídios quanto as mortes ocorridas por outros motivos, resultando na entrega dos corpos ao mar, faziam das águas cemitérios de corpos negros, assim, “No fundo do mar, repousam depositados os corpos dos mortos nos navios, desenhando uma trilha de esqueletos no trajeto equivalente às rotas.” (ALVES, 2014a, p. 93), formando a lembrança de um período que, vistas as inúmeras tentativas de apagamento, ainda repercutem sob outras formas, para outros sujeitos, ainda que distantes ou pouco ouvidas. A reflexão sobre essa

lembrança presente pode ser feita a partir do poema de Conceição Evaristo, no texto da epígrafe deste trabalho, “Recordar é preciso”:

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
 A memória bravia lança o leme:
 Recordar é preciso.
 O movimento vaivém nas águas-lembranças
 dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
 salgando-me o rosto e o gosto.
 Sou eternamente naufraga,
 mas os fundos oceanos não me amedrontam
 e nem me imobilizam.
 Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
 Sei que o mistério subsiste além das águas. (EVARISTO, 2017, p. 11)

O mar é ainda objeto da criação poética, assim como ressalta a perspectiva da memória e da lembrança como algo importante para trazer de volta certos períodos e histórias. Essa lembrança da travessia ou do desapossamento não é inerente à figuração do mar na poesia, tampouco a materialidade do navio tumbeiro, como o é na narrativa de Maria Firmina dos Reis, ao contrário, o mar torna-se elemento de vida, é nele que a emersão também se torna possível, ainda que seja preciso recordar as memórias que subjazem no intervalo que nos distancia desses outros tempos, que nos distancia da narrativa de Susana, mas que trazem a mensagem do ser “eternamente naufraga”, pois o mar e a travessia transatlântica não são lembranças passíveis de serem apagadas⁶⁴. Aqueles que deram-se à morte, ou que por algum motivo deixaram a vida na imensidão do mar, de alguma maneira, ainda podem ser lembrados como corpos políticos, também memórias corporificadas, bem como advertências contra as violências e força propulsora para a reação, tendo em vista que o mar já não amedronta ou imobiliza, tampouco as violências cotidianas contra a população negra.

O medo, advindo dos castigos a que eram submetidos a população de negros escravizados, era construído como ferramenta de controle contra insurreições. Presente desde os anos iniciais da escravização negra, a violência contra aqueles que vozeavam ou iam contra a ordem dos senhores e feitores foi responsável pelas marcas de crueldade que ficaram estampadas na frente desses sujeitos. Em *Úrsula* ela aparece na narração de Susana no navio negreiro, assim como no tratamento de Fernando P... aos cativos de sua propriedade:

⁶⁴Lana Leal destaca que “o navio negreiro enquanto *útero* ou *ponto zero* da formação cultural do Caribe e, por extensão, das Américas, deixam *traces* tanto no corpo quanto no inconsciente dos sujeitos negros, mesmo que estes não tenham vivenciado a travessia no navio. É o conhecimento dessas *traces* que possibilitam as manifestações de novos comportamentos políticos, sociais, econômicos, sexuais e religiosos, minando as normas sedutoras expandidas pelo discurso hegemônico colonial.” (LEAL, 2016, p. 40).

O comendador P... derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência [...] mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho e do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultava vivos. (REIS, 2004, p. 118)

A própria Susana foi vítima dessas violências: “E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça” (REIS, 2004, p. 118). A violência que a levou à morte foi dada pela sentença de Fernando P... para prendê-la acorrentada, em situação de cativo análogo à do navio negreiro: “Encerrem-na em a mais úmida prisão desta casa, ponha-se-lhe corrente aos pés, e à cintura, e a comida seja-lhe dada quanto baste para que eu a encontre viva” (REIS, 2004, p. 192), castigo este dado como punição por preta Susana não ter lhe dado as informações de que precisava em relação ao paradeiro de Úrsula e Tancredo.

Em “A escrava” as situações de violência são novamente trabalhadas, primeiramente a partir de Gabriel: “Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites” (REIS, 2004, p. 248), além de Joana, no já mencionado momento de perda de seus filhos em meio à violência para que os deixasse ir com os comerciantes de escravos, atestando que as mulheres negras “sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão”(DAVIS, 2016, p. 31), sendo a elas requerido a mesma força de trabalho dos homens, assim como sofriam os mesmos castigos. Diante das narrações de violência, os relatos históricos apenas iriam reiterar essas mesmas práticas, tão ou mais cruéis, e com sua presença nos diversos contextos de escravização no país.

Assim, é estabelecida pelas narrações de Susana e Joana a atitude política de Maria Firmina dos Reis pelo viés antiescravista, que sobressai na fortuna crítica em torno de sua literatura⁶⁵. O lugar de fala da escritora, que possivelmente conviveu com mulheres e homens escravizados, pode ser sentido em suas narrações, bem como sua percepção como sujeito na construção das duas histórias, assumindo o papel de denunciante das práticas da instituição escravista, de maneira a atacar o sistema, ao tempo em que sensibilizava o leitor em relação ao caráter humano de homens e mulheres negras a que era imposta a escravização.

⁶⁵Outro personagem negro da narrativa que propõe reflexões acerca da escravização negra no país, assim como faz parte da construção literária ativamente, tendo como uma de suas principais características a memória e a ancestralidade, é Antero, que vivia na fazenda de Fernando P... e prendeu Túlio quando a ele foi dada essa ordem. Um estudo desse personagem foi realizado no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2015, já referenciado neste tópico (CARVALHO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à atuação na imprensa, sua atuação como professora e o reconhecimento social, Maria Firmina dos Reis, hoje, pode ser lida como uma intelectual no âmbito do século XIX em favor, especialmente, do antiescravismo, visto a atenção dos estudos atuais devotados à sua obra nesse sentido, mas também em outras frentes, sendo uma das primeiras mulheres brasileiras a publicar um romance, bem como uma das pioneiras como participante na imprensa maranhense, publicando suas diversas poesias e textos em prosa, e em tudo isso refletindo sobre seu tempo. Por meio do estudo da obra da escritora e a própria observação de como ela esteve presente na sociedade maranhense, vemos, como indica bell hooks (1995, p. 466), lembrando o trabalho de líderes negros do século XIX, que o social e o intelectual não estariam desvinculados, ao contrário, “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes”. Maria Firmina dos Reis, da forma como pôde, naquele contexto em que atuou, não se eximiu da construção dessas ferramentas de luta por libertação, o meio literário foi o seu espaço, e a literatura um instrumento para impulsionar sua voz.

Neste estudo abordamos as possibilidades de uma atitude política na obra de Maria Firmina dos Reis, caracterizando sua produção no âmbito das literaturas negras brasileiras, em sua manifestação no século XIX. O romance *Úrsula* e o conto “A escrava” continuaram como os propulsores para estabelecer a ideia de atitude política, visto o olhar contundente e denunciador que assumiram, bem como a perspectiva de reestruturação da literatura nacional que os dois provocam. Neste sentido, é importante salientar os aspectos que caracterizam os conceitos de literatura negra brasileira discutidos, e o que aponta Duarte (2017), no posfácio da sexta edição de *Úrsula*, quando traz o romance no contexto das produções literárias voltadas para a temática da escravização no século XIX. No entanto, por meio do olhar para a participação da escritora na imprensa no século XIX, observou-se que suas poesias poderiam estabelecer relações com a sua produção em prosa, além da necessidade de compreender essa produção como aspecto diverso da obra de Maria Firmina dos Reis, muito menos observado, mas igualmente importante para o entendimento dessa atitude política possível no contexto em que atuou. Foi essa produção poética que proporcionou alguns dos questionamentos, referentes especialmente ao conceito de literatura negra brasileira – e suas tantas ramificações – no que concerne a compreensão das formas que assume no período oitocentista.

Os trabalhos com os conceitos escolhidos para discussão, seja literatura negra, literatura afro-brasileira ou literatura negro-brasileira, estão passando pelo momento de questionamento da sua aplicabilidade para as análises dos *corpora* que constituem tantas pesquisas em todo o país, especialmente nesse momento de crescimento dos estudos que se dedicam a essas literaturas. No decorrer das discussões sobre os conceitos, cabe ressaltar a identificação de suas especificidades, bem como o caráter de construção que todos apresentam, afinal, na ebulição de pesquisas que vêm surgindo nesse sentido, as novas contribuições para a ampliação da percepção de cada um dos conceitos aparecem como movimento necessário. Em relação aos textos literários, sejam os produzidos no século XIX, sejam os contemporâneos, é preciso salientar o seu potencial de crescimento e diálogo com o público leitor atual, ganhando reconhecimento nos diversos meios de comunicação que trazem escritores negros e teóricos dessa literatura, inclusive com alcance nacional.

Pensar as literaturas negras brasileiras parte da compreensão de que a resistência ao poder dominador *sempre* esteve presente na sociedade brasileira – assim como foi discutido, a partir do texto de Said (2011), ainda no início deste trabalho – seja no contexto de violência da escravização negra, seja na contemporaneidade, marcada pela violência e pelo racismo estrutural presente no imaginário nacional. Entender o papel de sujeitos da população negra, inclusive quando se propõem a escrever e criar textos que abordem a temática racial, é um passo para promover mudanças significativas no modo como se configura a discriminação racial no Brasil, combatendo-a. Reconhecer essas literaturas pode ser relevante, ainda, para destacar o papel de intelectualidade assumida por muitos dos escritores, inclusive porque questionam as bases da intelectualidade formada por sujeitos que não os representam. Refletindo sobre esse aspecto, Conceição Evaristo faz os seguintes questionamentos:

Qual seria, pois, o problema em reconhecer uma literatura, uma escrita afro-brasileira? A questão se localiza em pensar a interferência e o lugar dos afro-brasileiros na escrita literária brasileira? Seria o fazer literário algo reconhecível como sendo de pertença somente para determinados grupos ou sujeitos representativos desses grupos? Por que, na diversidade de produções que compõe a escrita brasileira, o difícil reconhecimento e mesmo a exclusão de textos e de autores(as) que pretendem afirmar seus pertencimentos, suas identificações étnicas em suas escritas? (EVARISTO, 2009, p. 19)

Assim, o questionamento central volta-se para a posição de marginalização a que são submetidos sujeitos negros no país, excluindo essa população de determinados espaços – dentre os quais as histórias possíveis de uma literatura nacional, tal como referido por Rita

Terezinha Schmidt (2000), mencionada em tópico anterior – de maneira a sentenciá-los ao silêncio, seja por receio dos seus discursos ou para manter a mesma ordem de exclusão. Nesse ponto, as literaturas negras brasileiras surgem como forma de romper padrões e promover o diálogo, tanto no século XIX quanto na atualidade. A literatura de Maria Firmina dos Reis é uma das provas disso.

É relevante pensar que *Úrsula* foi o meio pelo qual a escritora entrou no mundo das letras, seguindo os modelos de construção literária do período, ao desenvolver um romance com aspectos folhetinescos e ligado aos temas e estilo românticos, no entanto, pensado a partir do seu lugar de fala como mulher negra, abordando o tema da escravização negra em perspectiva interna.

Por esse aspecto, a escritora traça o caminho de tradição em relação ao estilo empregado na construção narrativa, ao mesmo tempo, de inovação acerca da temática racial no país, ao tempo em que imprime uma visão subjetiva e crítica acerca da temática da escravização negra. O movimento de resistência e denúncia é feito em diversas frentes, entre elas talvez algumas das mais significativas sejam: a) valer-se da possibilidade de fala em meio a imprensa do período, publicando frequentemente poesias em jornais, alguns femininos, outros de posição antiescravista, em que, mesmo sem assumir por meio desse gênero uma postura incisiva contra a escravização, faz de sua presença na imprensa periódica um modo pelo qual incentivava outras mulheres a adentrarem ao mundo das letras; b) destacando temáticas históricas e sociais criticamente, especialmente na produção em prosa – colocando seus personagens negros como pano de fundo, mas ativos positivamente nas narrativas –, encabeçando um caminho de denúncia que, mesmo que *Úrsula* não tenha tido o alcance de ser amplamente lida naquele contexto do século XIX, marca o início de uma postura política, que apenas mais tarde seria realizada por outros escritores e escritoras voltados para essa temática.

Após os diversos debates ao longo da pesquisa, a opção pelo uso do termo literatura negra brasileira serve à compreensão dos estudos atuais de crítica literária, observando, a princípio, o aspecto apontado por Regina Dalcastagné (2012) de que a literatura e a crítica literária são instituições de poder, e por meio dela há a disputa pela possibilidade de se fazer visível. Se Maria Firmina dos Reis não pôde, em seu período de atuação, destacar-se a partir da crítica que construiu, seja em relação à educação feminina ou à escravização negra, a crítica literária atual pode ser um meio de reler e rever sua obra e contexto buscando aprofundar o debate acerca das temáticas trabalhadas pela escritora, compreendendo seu período de atuação, mas também tornando relevante a discussão para os contornos da sociedade contemporânea, na qual a literatura negra assume grande potencial para ser lida e

reconhecida em âmbito nacional. A terminologia literatura negra brasileira reforça o aspecto político, ao passo que possibilita o reconhecimento de sua pertença ao grupo de tantos outros sujeitos negros e negras que resistiram e resistem, cada um a seu modo, contra as desigualdades sobrepostas à população negra no país. Analisar sua obra sobre essa perspectiva propõe, ainda, a reflexão de que essas vozes, como a de Maria Firmina dos Reis, sempre falaram, sempre se manifestaram, cabe, assim, o questionamento acerca dos motivos pelos quais elas não foram ouvidas. (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Ressaltamos, ainda, que cada um dos conceitos contribuiu para as análises realizadas, afinal, sendo cada um deles fruto das interpretações e compreensão da produção afrodescendente no país, com as especificidades, as temporalidades, as espacialidades, os elementos que as tornam únicas, cabe entender o modo de caracterização dos conceitos como possíveis de apresentarem chaves interpretativas para essas obras, inclusive identificando um fio condutor que as une. Nesta Dissertação esse fio pôde ser observado a partir de atitudes políticas construída nas narrativas, marcadas pelo modo como, além de Maria Firmina dos Reis, também outros autores mencionados formam sua literatura como sujeitos, assumem a posição de ir contra a opressão sofrida em suas diversas faces e vão ao encontro do eixo de corrosão da literatura nacional, distanciando-se do discurso hegemônico em relação à escravização, às desigualdades, imprimindo em seus textos o ponto de vista do sujeito negro.

Para mulheres negras, duplamente marginalizadas, inclusive no contexto da escritora maranhense, o caminho da intelectualidade mostra-se mais difícil, especialmente na perspectiva de união entre pensamento e prática, como forma de tornar incisiva a postura contra a opressão. Assim, a atuação de Maria Firmina dos Reis denota a prática de libertação. Quando afirma em sua obra, por meio do personagem Túlio, que ninguém pode escravizar a mente, sobressai nesse pensamento a prática da resistência não apenas de seus personagens, mas como algo que encontra identificação em sua própria trajetória.

Nos poemas de Maria Firmina dos Reis encontramos um estilo literário romântico marcado pela subjetividade, individualismo, desejo, ancorada nos estilos e temáticas do Romantismo nacional – e também ao estilo simbolista, aspecto não trabalhado nesta dissertação, mas presente na obra da escritora. Também nesse gênero encontramos marcas do lugar de fala da escritora (RIBEIRO, 2017), encontrando-se com o denominado eixo de corrosão, como o tema da solidão externado por um eu-lírico feminino, trazendo a mulher como ser isolado diante da solidão e desejos não realizados. Na prosa, como mostra o viés de análise mais trabalhado pela crítica literária, a posição antiescravista sobressai nas narrativas, tendo em vista cada um dos contextos para a construção da argumentação. Em 1859, com

Úrsula, mais marcado pelo argumento religioso e, em 1887, com “A escrava”, assinalado pelo argumento da civilidade e a ideia de progresso para a construção da crítica ao sistema. Em tudo isso preserva-se a perspectiva de apresentar o sujeito negro humanizado, e não submisso ao sistema, mas caracterizado pelo desejo de mudança do pensamento senhorial.

Retornando à epígrafe desta pesquisa, o poema “Recordar é preciso”, em que o eu-lírico vê no movimento do mar a lembrança da dor, mas também de força, é possível perceber a memória ocupando lugar importante na presença desse movimento, no qual é construída a união entre o mar e a lágrima, remetendo-nos ao contexto apresentado por Maria Firmina dos Reis, no qual o mar e, sobretudo, o ventre do navio negreiro, são alguns dos elementos que sempre devem ser recordados, porque cada um dos sujeitos marcados pela escravização negra no país, especialmente os que trazem na pele essa marca, podem repetir os mesmos versos de Conceição Evaristo: “Sou eternamente naufraga”. E como não fosse suficiente ter na memória esse momento, o poema termina com a força de quem já não teme o mar, não teme o navio negreiro, não se imobiliza com a memória de outros tempos, mesmo tendo consciência de que, de maneira diferente do século XIX, ainda há a presença desse contexto.

Como o poema de Conceição Evaristo, também o conto “A escrava” termina com o sentimento de esperança: “Gabriel és livre!”, além de constatar, em seguida, a fúria que cada uma dessas palavras provoca ao escravizador. No entanto, a mensagem de que nada deve amedrontar ou imobilizar prevalece, assumindo-se a resistência mesmo diante das muitas formas de opressão. A atitude política no contexto do século XIX, a partir da atuação de Maria Firmina dos Reis no âmbito da intelectualidade, ou entre tantos outros sujeitos em outras formas de manifestação de suas atitudes políticas, assim como na atualidade, mostra-se como algo que está *sempre* presente, visto que é uma das maneiras de promover transformações. Atuar na imprensa no *contexto proibitivo*, abordar o tema da escravização de maneira crítica, recusando-se à indiferença ao tema e utilizando-se dos instrumentos possíveis nesse contexto, podem ser tomados como atitudes políticas da escritora maranhense, no intuito de promover a reflexão de seus contemporâneos em relação aos temas trabalhados, subvertendo padrões discursivos hegemônicos para imprimir sua própria voz e perspectiva de mulher negra.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alcione Corrêa. Mulheres deixam traços nas águas?. *Organon*, Porto Alegre, v. 29, n. 57, p. 77-98, jul/dez. 2014a.

_____. Teseu, o labirinto e seu nome: sobre o lugar de enunciação às literaturas africanas contemporâneas. *Boitatá*, Londrina, n.17, p. 101-116, jan/jul. 2014b.

_____. A palavra crítica, a palavra-canto, a palavra-refrão. In: ALVES, Alcione Corrêa; BEZERRA, Rosilda Alves; SOUZA, Elio Ferreira; WALTER, Roland [et al]. *Entre centros e margens: literaturas afrodescendentes da diáspora*. Curitiba: CRV, 2014c. p. 5-11.

ALVES, Miriam. Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza; PUC Minas, 2002. p. 221-240.

_____. *Brasilafro autorrevelado: literatura brasileira contemporânea*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ANDRETA, Bárbara Loureiro. *Visões da escravatura na América Latina: Sab e Úrsula*. 150f. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

AUGUSTO, Ronald. Dá licença, meu branco!. In: _____. *Decupagens assim: crítica*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

_____. *Literatura negra e fogo amigo*. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/literatura-negra-e-fogo-amigo/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. *Literatura negra: além da recepção convencional*. Disponível em: <<http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2014/01/literatura-negra-alem-da-recepcao.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. p. 37-52

BARR, Shirley Campbell. *Negras o Afrodescendentes*. Disponível em: <<http://rotundamentenegra.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. Letras e vozes da diáspora negra. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; DECHEN, Chaia; FERNANDES, Jaqueline (orgs.). *Griôs da diáspora negra*. Brasília: Griô Produções, 2017, p. 21-31.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BARROS, José D'assunção. *A construção social da cor*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERND, Zilá. *Antologia de poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BISPO, Ella Ferreira. *Processos de criouliização no romance Um defeito de cor: sobre as condições de possibilidade a uma identidade cultural latino-americana*. 125f. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, 2017.

CAMARGO, Oswaldo de. *A descoberta do frio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Luiz Gama. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. v. 1.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Vila Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000.

_____. *Literatura e Sociedade*. 13. ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2010.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de.. 2015. 92f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2015.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de; ALVES, A. C. Representações da mulher negra nos romances Úrsula e Eu, Tituba, feiticeira... negra de Salem. *Verbo de Minas*, v. 15, p. 16-30, 2014.

_____. *Um Tributo de Saudade: a consciência do escravizado sobre sua condição através da personagem Susana, no romance Úrsula*. In: II Encontro Nacional de Ficção, Discurso e Memória: cultura, linguagens e ensino, 2016, Teresina. Anais do II Encontro Nacional de Ficção, Discurso e Memória. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 586-596.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORTAZZO, Uruguay. *Branquitude e Crítica Literária*. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/artigos/artigouruguaygonzalez.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima; SILVA, Ediane Holanda. Maria Firmina dos Reis: um marco na história da educação feminina no maranhão. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 8. 2016, Imperatriz. *Anais...* Imperatriz: UFMA, 2016. p. 1-5.

CUNHA, Diva. Auta de Souza. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e afrodescendência no Brasil: precursores*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 253-270. v. 1.

CUNHA, Maria Tereza. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora contexto, 2009. p. 251-280.

CUTI. *Literatura negro-brasileira: consciência em debate*. São Paulo: Selo negro, 2010.

_____. Quem tem medo da palavra negro? *Revista Matriz: uma revista de arte negra*, Porto Alegre, nov. 2010. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. Cuti. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 45-70.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. Escravas: resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

DIOGO, Luciana Martins. *Da Sujeição à Subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis*. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula. *Revista de Estudos Feministas*, v.13, n.2, maio/ago, 2005, p. 443-444.

_____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p. 265-281.

_____. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula; A escrava*. 6. ed. Florianópolis: Editora PUC Minas, 2017. p. 209-236.

_____. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 375-400. v. 4.

_____. O negro na literatura brasileira. In: SOUZA, Elio Ferreira; BEZERRA, Feliciano; COSTA, Margareth Torres de Alencar. (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de*

Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Identidades e Diásporas. Teresina: Fundação Universidade Estadual do Piauí, 2015.

_____. *O negro na literatura brasileira*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/16787/10936>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra. In: _____. *Literatura e afrodescendência no Brasil: precursores*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 13-48. v. 1.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, 2º sem. 2009, p. 17-31.

_____. Conceição Evaristo. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.103-116.

_____. EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária - UFPB, 2005, p. 201-212.

_____. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORESTA, Nísia. Páginas de uma vida obscura. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Inéditos e dispersos de Nísia Floresta*. Natal: EDUFRN; NCCEN, 2009. p. 45-83.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura Negra, Literatura Afro-brasileira: Como responder a polêmica. In: LIMA, Maria Nazaré; SOUZA, Florentina (Org.). *Literatura Afro-Brasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 9-38.

_____. Literatura negra os sentidos e as ramificações. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica: história, teoria, polêmica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011. p. 245-277. v.4.

FILHO, Domício Proença. *A trajetória do negro na literatura brasileira*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017>> . Acesso: 27 jun. 2015.

GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Bulescas de Getulino*. Disponível em: <<http://www.quilombhoje2.com.br/trovasluisgama.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

GAY, Peter. Mulheres agressivas e homens defensivos. In: _____. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

GLISSANT, Édouard. *Introdução à uma poética da diversidade*. Juiz de fora: Editora UFJF, 2005.

GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

HOOKS, bell. *Intelectuais negras*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Laços familiares e resistência escrava no Maranhão oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos (orgs.) *O Maranhão e a escravidão moderna*. São Luís: EDUEMA, 2016. p. 71-87.

KUHN, Thomas. A prioridade dos paradigmas. In: _____. *A estruturas das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Editora perspectiva, 2007. p. 67-76.

LEAL, Lana Kaíne. “*De la Barbarde, à l’Amérique et retour*”: memória, resistência e construções identitárias em diáspora no romance *Moi, Tituba sorcière...*, de Maryse Condé. 88f. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, 2016.

LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. 3º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LOBO, Luíza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 111-125

_____. Um questionamento sobre a escrita de autoras da América Latina. In: MENDES, Algemira de Macêdo; CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. *Literatura e gênero: relações de poder e representações literárias*. Teresina: EDUFPI, 2014.

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da Literatura Brasileira*: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 282f. 2006. Tese (Doutorado em Letras). PUC Rio Grande do Sul, 2006.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 149f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / Projetos globais*: colonialidade, saberes, subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina*: fragmentos de uma vida. São Luís: COCSN, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência*: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2013. p. 261-275.

_____. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. *Revista Travessia*, Florianópolis, v. , n. 21, 2º sem. 1990. p. 64-70.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro*. 106 fl. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 107 fl. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. *Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

_____. Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis: entre a razão negra e o projeto romântico. In: SIMPÓSIO DE LITERATURA NEGRA ÍBERO-AMERICANA, 3. 2017, Curitiba. *Atas do III Simpósio internacional de literatura negra ibero-americana*. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2017. p. 105-114.

PEREIRA, José Gomes. Escravidão e loucura: uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. *Estudos linguísticos*. São Paulo, 46 (3): p. 1134-1144, 2017.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. O Brasil-decifrado e o Brasil-enigma: abordagens da exclusão e da violência na literatura negra e/ou afro-brasileira. In: MACHADO, Rodrigo Vasconcelos. *Panorama da literatura negra ibero-americana*. Curitiba: Imprensa UFPR, 2015. p. 55-78.

QUEIROZ, Teresinha. Amélia Bevilacqua e a escrita feminina no Brasil. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche (org.). *Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista*. São Luís: Café e Lápis Editora/UEMA//Capes, 2011. p. 175-203.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. *Cantos à beira-mar*. São Luís: COCSN, 1976

_____. Minha vida. In: *Parnaso maranhense: coleção de poesias*. São Luís: Tipografia do progresso, 1861, p. 223 - 225.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

_____. “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201d-uma-conversa-com-grad-kilomba>>. Acesso em: 18.11.2017.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. Cultura letrada e deslocamentos da cidade. In: _____. *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875-1950)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2011. p. 37-87.

SAID, Edward. Introdução. In: _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011. p. 9-33.

SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. 126f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

SANTOS, Katiana Souza. *Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula*. 135f. 2015. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativa à ideia de raça. *Almanack*. Guarulhos, n.11, p.707-748, dez. 2015.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. *Estudos feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 1, jan-jun. 2000. p. 84-96

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SECCHIN, Antonio Carlos. Um mar à margem: o motivo marinho na poesia brasileira do Romantismo. *Revista USP*, São Paulo, n.47, set./nov. 2000. p. 52-60.

SEGANFREDO, Thaís. *Ronald Augusto: “As feiras literárias precisam naturalizar a presença de escritores negros”*. Disponível em: <<http://www.nonada.com.br/2017/10/ronald-augusto/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3ªed. São Paulo: Editora 34, 1997.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Tipografia de Firmino Didot, 1825.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 177f. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

_____. A força da literatura: Maria Firmina dos Reis e a mulher indígena em Gupeva. In: BORRALHO, Henrique. *Literatura, filosofia, história e outras linguagens*. São Luís: Editora UEMA; Café & Lápis, 2016. p. 227-236.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442

XAVIER, Giovana. *Intelectuais negras visíveis*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. *Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta*. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 99f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. *Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista*. *Em Tese*. Florianópolis. v. 14, n. 1, jan./jun., 2017. p. 31-45.

Manuscritos

APEM. *Autos de justificação do nascimento de Maria Firmina dos Reis*. Arquivo da Arquidiocese/APEM: São Luís-MA. Manuscrito, doc. 4844, 1847.

Fontes hemerográficas

CANTO à beira-mar. *Publicador maranhense*, São Luís, ano 30, n. 1, 2 jan. 1871, p. 2.

CARVALHO, V. de. A escravatura no Brasil. *Eco da Juventude*, São Luís, ano 1, n. 6, 15 jan. 1865, p. 1-2

DR. LUÍZ Domingues. *Pacotilha*. São Luís, ano. 21, n. 12, 16 jan 1911, p. 1.

FOLHETIM. *A Imprensa*, São Luís, ano 5, n. 83, 19 out. 1861, p. 1.

INSTRUÇÃO Pública. *Publicador Maranhense*. São Luís, ano 40, n. 261, 18 nov. 1881, p. 1.

LICENÇA. *Publicador Maranhense*, São Luís, ano 39, n. 40, 10 fev. 1880, p. 2.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho I. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 21, 6 ago. 1861, p. 81-82.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho II. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 22, 15 ago. 1861, p. 85-86.

[Maria Firmina dos Reis]. Maria – a nova Sapho III. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 89.

NOTÍCIA local. *O Progresso*. São Luís, n. 158, 13 ago. 1847, p. 2.

NOVA publicação. *A Imprensa*, São Luís, ano 4, n. 1, 1 ago. 1860, p. 4.

OBRA nova. *Jornal do Comércio*. São Luís, ano 3, n. 61, 4 ago. 1860, p. 2.

O JARDIM DAS MARANHENSES. *O jardim das maranhenses*, São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 1.

PARTE OFICIAL. *Publicador Maranhense*, São Luís, ano 18, n. 202, 9 set. 1859, p. 1.

PASSAGEIROS. *O País*. São Luís, ano 19, n. 126, 4 jun. 1881, p. 2.

RECOMENDAMOS aos nossos leitores. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 89.

REIS, M. F. dos. Ao amanhecer e o pôr do sol. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 90

REIS, M. F. dos. A vida. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 95.

REIS, M. F. dos. Charadas. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 24, 30 set. 1861, p. 96.

REIS, M. F. dos. Não me acreditas!. *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, ano 1, n. 25, 13 out. 1861, p. 100.

REIS, Maria Firmina dos. A lua brasileira. *Semanário Maranhense*, ano 1, n. 27, 1 mar. 1868, p. 7-8.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *O Jardim das Maranhenses*, São Luís, ano 1, n. 25, 13 out. 1861. p. 1-2.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *O Jardim das Maranhenses*, São Luís, ano 1, n. 27, 25 nov. 1861, p. 1-2.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *O Jardim das Maranhenses*, São Luís, ano 1, n. 29, 13 jan. 1862, p. 1-2.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 68, 9 fev. 1863, p. 3.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 69, 21 fev. 1863, p. 2-3.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 70, 11 mar. 1863, p. 4.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 74, 6 maio 1863, p. 3-4.

REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 75, 13 maio 1863, p. 3-4.

- REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Porto Livre*, São Luís, ano 2, n. 76, 21 maio 1863, p. 1-2
- REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Eco da Juventude*, São Luís, ano 1, n. 14, 12 mar. 1865, p. 3-7.
- REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Eco da Juventude*, São Luís, ano 1, n. 15, 19 mar. 1865, p. 5-7
- REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Eco da Juventude*, São Luís, ano 1, n. 16, 26 mar. 1865, p. 5-7.
- REIS, Maria Firmina dos. Gupeva. *Eco da Juventude*, São Luís, ano 1, n. 17, 2 abr. 1865, p. 4-8.
- REIS, Maria Firmina dos. Maria. *O Jardim das Maranhenses*, São Luís, ano 1, n. 23, 20 set. 1861, p. 1
- REIS, Maria Firmina dos. Meditação. *Semanário Maranhense*, São Luís, ano 1, n. 10, 3 nov. 1867, p. 7.
- REIS, Maria Firmina dos. A. Herculano. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. São Luís, ano 3, 1868, p. 31-32.
- REIS, Maria Firmina dos. Conceito. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. São Luís, ano 3, 1868, p. 127.
- REIS, Maria Firmina dos. A ventura. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. São Luís, ano 3, 1868, p. 192-193.
- REIS, Maria Firmina dos. Nênia. *O País*, ano 12, n. 202, 7 set. 1881, p. 2.
- REIS, Maria Firmina dos. Prantos. *Pacotilha*, ano 5, n. 106, 7 mai. 1885, p. 4
- REIS, Maria Firmina dos. Poema recitado por ocasião das bodas de Eduardo Ubaldino Marques. *Pacotilha*. São Luis, ano 28, n 43, 20 fev. 1908.
- REIS, Maria Firmina dos. Poesias. *A Imprensa*, ano 4, n. 101, 19 dez. 1860, p. 3
- REIS, Maria Firmina. Uma lágrima. *O País*, São Luís, ano. 23, n. 213, 17 mar. 1885, p. 3.
- SAPHIR. Parnaso Maranhense VII. *A Imprensa*. São Luís, ano 5, n. 83, 19 out. 1861, p. 1.
- ÚRSULA: romance brasileiro. *A Imprensa*. São Luís, ano 4, n. 15, 22 fev. 1860, p. 4.
- ÚRSULA: romance brasileiro. *A Imprensa*. São Luís, ano 4, n. 29, 11 abr. 1860, p. 4.
- ÚRSULA: romance brasileiro. *A Imprensa*. São Luís, ano 4, n. 39, 16 maio 1860, p. 4.